

ESTR. no
unidade, pela
aprovacao
de 11/83
Ap.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÂMARA DOS DEPUTADOS
(DO PODER EXECUTIVO)
MENSAGEM Nº 414/83

ASSUNTO:

PROTOCOLO Nº _____

Dispõe sobre a Pesquisa, Exploração, Remoção e Demolição de Coi-
sas ou Bens Afundados, Submersos, Encalhados e Perdidos em Águas sob Ju-
risdição Nacional, em Terrenos de Marinha e seus Acrescidos e em Terre-
nos Marginais, em Decorrência de Sinistro, Alijamento ou Fortuna do Mar,
e dá outras providências.

- DESPACHO: JUSTIÇA

PROJETO Nº 2.680 DE 1983

A COM. DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA em 21 de NOVENBRO de 1983

DISTRIBUIÇÃO

- Ao Sr. Deputado *Galvão Bueno*, em 30/11/83
- O Presidente da Comissão de *Justiça* *SR*
- Ao Sr. _____, em _____ 19____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em _____ 19____
- O Presidente da Comissão de _____

SINOPSE

Projeto n.º _____ de _____ de _____ de 19____

Ementa: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19____

Sancionado em _____ de _____ de 19____

Promulgado em _____ de _____ de 19____

Vetado em _____ de _____ de 19____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19____

MENSA GEM

SECRET - EYES ONLY

(DO PODER EXECUTIVO)

2680



DESPACHO: À Comissão de Constituição e Justiça

EM 21 DE NOVENBRO DE 1983.

RESPOSTA

VIDE PROJETO DE LEI Nº 2680/83



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

EMENDAS DE PLENÁRIO



CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO
CD		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
			PL. 2680 A					

DESCRIÇÃO DA AÇÃO								

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO
CD		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO								

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO
CD		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO								

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO
CD		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO								

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº
COORD. DAS COMISSÕES PERMANENTES

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO
CD		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
		PL.	2680	1983				

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO
CD		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO
CD		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO
CD		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

SGM 20.32.0014.4

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.680, de 1983

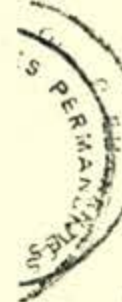
| (DO PODER EXECUTIVO)

MENSAGEM Nº 414/83



Dispõe sobre a Pesquisa, Exploração, Remoção e De
molição de Coisas ou Bens Afundados, Submersos, En
calhados e Perdidos em Águas sob Jurisdição Nacion
al, em Terrenos de Marinha e seus Acrescidos e
em Terrenos Marginais, em Decorrência de Sinistro,
Alijamento ou Fortuna do Mar, e dá outras providênç
cias.

(A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA).



Projeto de Lei nº de de de 1983.

Dispõe sobre a Pesquisa, Exploração, Remoção e Demolição de Coisas ou Bens Afundados, Submersos, Encalhados e Perdidos em Águas sob Jurisdição Nacional, em Terrenos de Marinha e seus Acrescidos e em Terrenos Marginais, em Decorrência de Sinistro, Alijamento ou Fortuna do Mar, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, são submetidos às disposições desta Lei.

Art. 2º - Compete ao Ministério da Marinha a coordenação, o controle e a fiscalização das operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, e em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único - O Ministro da Marinha poderá delegar a execução de tais serviços a outros órgãos federais, estaduais, municipais e, por concessão, a particulares, em áreas definidas de jurisdição.

Art. 3º - As coisas ou bens, referidos no Artigo 1º, serão considerados como perdidos quando o seu responsável:

I - Declarar à Autoridade Naval que o considera perdido; e

II - Não for conhecido, estiver ausente ou não manifestar sua disposição de providenciar, de imediato, a flutuação ou recuperação da coisa ou bem mediante operação de Assistência e Salvamento.

Art. 4º - O responsável por coisas ou bens, referidos no Artigo 1º, poderá solicitar à Autoridade Naval licença para pesquisá-los, explorá-los, removê-los ou demolí-los, no todo ou em parte.

Art. 5º - A Autoridade Naval, a seu exclusivo critério, poderá determinar ao responsável por coisas ou bens, referidos no Artigo 1º, sua remoção ou demolição, no todo ou em parte, quando constituírem ou vierem a constituir perigo, obstáculo à navegação ou ameaça de danos a terceiros ou ao meio ambiente.

Parágrafo único - A Autoridade Naval fixará prazos para início e término da remoção ou demolição, que poderão ser alterados, a seu critério.

Art. 6º - O direito estabelecido no Artigo 4º prescreverá em 5 (cinco) anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

MARINHA

Handwritten signature

Parágrafo único - O prazo previsto neste artigo ficará suspenso quando:

I - O responsável iniciar a remoção ou demolição; e
II - A Autoridade Naval determinar a remoção ou demolição; e

III - A remoção ou demolição for interrompida mediante protesto judicial.

Art. 7º - Decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna do mar, sem que o responsável pelas coisas ou bens, referidos no Art. 1º, tenha solicitado licença para sua remoção ou demolição, será considerado como presunção legal de renúncia à propriedade, passando as coisas ou os bens ao domínio da União.

Art. 8º - O responsável pelas coisas ou bens, referidos no Art. 1º, poderá ceder a terceiros seus direitos de disposição sobre os mesmos.

§ 1º - O cedente e o cessionário são solidariamente responsáveis pelos riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio ambiente, decorrentes da existência das coisas ou bens referidos no Art. 1º ou conseqüentes das operações de sua remoção ou demolição.

§ 2º - A cessão deverá ser comunicada à Autoridade Naval, sob pena de ser anulado o ato.

Art. 9º - A determinação de remoção ou demolição de que trata o Art. 5º será feita:

I - Por intimação pessoal, quando o responsável tiver paradeiro conhecido no País; ou

II - Por edital, quando o responsável tiver paradeiro ignorado, incerto ou desconhecido, quando não estiver no País, quando se furtar à intimação pessoal ou quando for desconhecido.

§ 1º - A intimação de responsável estrangeiro deverá ser feita através de edital, enviando-se cópia à Embaixada ou ao Consulado de seu país de origem, ou, caso conhecido, daquele que residir.

§ 2º - O edital, com prazo de 15 dias, será publicado, uma vez, no Diário Oficial da União, em jornal de grande circulação da capital da Unidade da Federação onde se encontrem as coisas ou bens, em jornal da cidade portuária mais próxima ou de maior importância do Estado e em jornal do Rio de Janeiro, caso as coisas ou os bens se encontrem afastados da costa ou nas proximidades de ilhas oceânicas.

Art. 10 - A Autoridade Naval poderá assumir as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens, referidos no Art. 1º, por conta e risco de seu responsável, caso este não tenha providenciado ou conseguido realizar estas operações, dentro dos prazos legais estabelecidos.

Art. 11 - A Autoridade Naval determinará que o responsável, antes de dar início à pesquisa, exploração, remoção ou demolição solicitadas ou determinadas, das coisas ou bens, referidos no Art. 1º, adote providências imediatas e preliminares para prevenir, reduzir ou controlar os riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio ambiente.

§ 1º - A providência determinada deverá consistir:

I - Na manutenção, se possível, a bordo, ou em local próximo à embarcação, de seu Comandante ou de um Oficial ou um Tripulante; e

II - Demarcação ou sinalização das coisas ou dos bens.



§ 2º - Na falta de atendimento imediato de tais providências, ou quando for impraticável ou não houver tempo para intimar o responsável, a Autoridade Naval poderá adotar providências por conta e risco do responsável.

Art. 12 - A Autoridade Naval poderá empregar seus próprios meios ou contratar terceiros para executar as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição de coisas ou bens, referidos no Art. 1º, no exercício do direito a que se referem o Art. 10 e o § 2º do Art. 11.

§ 1º - No contrato com terceiros poderá constar cláusula determinando o pagamento, no todo ou em parte, com as coisas ou bens recuperados ou removidos, ressalvado o direito do responsável de reaver a posse, até 30 (trinta) dias após a recuperação, mediante pagamento do valor da fatura, do seguro ou do mercado, o que for maior, da mesma coisa ou bem, além do pagamento do que faltar para reembolso integral das despesas havidas ou contratadas para a operação executada.

§ 2º - Na falta de disposição em contrário no contrato ou sendo a recuperação feita pela Autoridade Naval, as coisas ou bens, nacionais ou nacionalizadas, resgatados serão imediatamente vendidos em licitação ou hasta pública, dando-se preferência na arrematação àquele que efetuou a remoção ou recuperação, ressalvado o direito do responsável de reaver sua posse, na forma e no prazo estabelecidos no parágrafo anterior.

Art. 13 - O responsável pelas coisas ou bens, referidos no Art. 1º, seu cessionário e o segurador, que tenham coberto especificadamente os riscos de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens, permanecerão solidariamente responsáveis:

I - Pelos danos que venham provocar, direta ou indiretamente, à segurança da navegação, a terceiros ou ao meio ambiente, até que as coisas ou os bens sejam removidos ou demolidos, ou até que sejam incorporados ao domínio da União pelo decurso do prazo de 5 (cinco) anos a contar do sinistro; e

II - Pelo que faltar para reembolsar ou indenizar a União, quando a Autoridade Naval tiver atuado conforme disposto nos Art. 10 e § 2º do Art. 11.

§ 1º - No caso de uma embarcação, o seu responsável responderá, solidariamente, com o responsável pela carga, pelos danos que a carga possa provocar à segurança da navegação, a terceiros e ao meio ambiente.

§ 2º - No caso de haver saldo a favor do responsável pelas coisas ou bens, após a disposição das coisas e dos bens recuperados e depois de atendida a disposição do item II deste artigo, o saldo será mantido pela Autoridade Naval, à disposição do interessado, até 5 (cinco) anos a contar da data do sinistro, depois do que será considerado como receita da União.

§ 3º - As responsabilidades de que tratam o item I e o § 1º deste artigo permanecerão, mesmo nos casos em que os danos sejam decorrentes das operações realizadas pela Autoridade Naval, conforme autorizado pelo Art. 1º e § 2º do Art. 11.

Art. 14 - No caso de uma embarcação que contiver carga e que em decorrência de sinistro ou fortuna do mar se encontrar em uma das situações previstas no Art. 1º, será adotado o seguinte procedimento:

I - Não havendo manifestação de interesse por parte do responsável pela carga, o responsável pela embarcação poderá soli

citar autorização para remoção ou recuperação da carga ou ser intimado pela Autoridade Naval a remover a carga, juntos ou separadamente da embarcação; e

II - O responsável pela carga poderá solicitar à Autoridade Naval autorização para sua remoção ou recuperação, independente de pedido por parte do responsável pela embarcação.

§ 1º - A Autoridade Naval poderá, a seu critério, exigir a remoção da carga intimando o seu responsável e o da embarcação, juntos ou separadamente.

§ 2º - A Autoridade Naval poderá negar autorização ao responsável pela carga, para sua remoção ou recuperação, quando, a seu critério concluir haver sério risco de resultar em modificação de situação em relação à embarcação, que venha a tornar mais difícil ou onerosa a sua remoção.

§ 3º - A Autoridade Naval, ao assumir a operação de remoção da embarcação, poderá aceitar, a seu critério, a colaboração ou participação do responsável interessado pela recuperação da carga.

Art. 15 - Ao solicitar autorização para a pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens, referidos no Art. 1º, o responsável deverá indicar:

I - Os meios de que dispõe, ou pretende obter, para a realização das operações;

II - A data em que pretende dar início às operações e a data esperada de seu término;

III - O processo a ser empregado; e

IV - Se a recuperação será total ou parcial.

§ 1º - A Autoridade Naval poderá vetar o uso de meios ou processos que, a seu critério, representem riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, para terceiros ou para o meio ambiente.

§ 2º - A Autoridade Naval poderá condicionar a autorização, à remoção, pelo responsável, de todas as coisas ou bens, e não parte deles, bem como de seus acessórios e remanescentes ou, quando se tratar de embarcação, também de sua carga.

§ 3º - A Autoridade Naval fiscalizará as operações e, na hipótese de que o responsável venha a abandoná-las sem completar a remoção do todo determinado, poderá substituí-lo nos termos do Art. 10º.

Art. 16 - A Autoridade Naval poderá conceder, a quem o requer, autorização para a remoção ou exploração, no todo ou em parte, de coisas ou bens, referidos no Art. 1º, que tenham passado ao domínio da União.

§ 1º - O pedido de autorização para exploração ou remoção deverá ser antecedido por pedido de autorização para pesquisa de coisas ou bem.

§ 2º - Havendo mais de um pedido de exploração ou remoção, em relação à mesma coisa ou bem, apresentados no prazo de intimação ou do edital a que se refere o § 3º deste artigo, terão preferência, independente de prazos para início e fim das operações, mas desde que ofereçam as mesmas condições econômicas para a União:

I - Em primeiro lugar, aquele que, devidamente autorizado a pesquisar, tenha localizado a coisa ou o bem; e

II - Em segundo lugar, o antigo responsável pela coisa ou pelo bem.

§ 3º - Para que possam manifestar sua preferência, se assim o desejarem, deverão aqueles mencionados nos itens I e II, do § 2º deste artigo, ser intimados, pessoalmente ou por editais, obedecendo-se, no que couber, as regras estabelecidas no Art. 9º e seus parágrafos.



fos. O custo das intimações ou publicações de editais correrá por conta dos interessados.

§ 4º - As intimações ou editais darão o prazo de 15 (quinze) dias para que aqueles mencionados nos itens I e II, do § 2º deste artigo, manifestem seu desejo de preferência. Manifestada a preferência, a Autoridade Naval decidirá de acordo com o que dispõe o § 2º deste artigo.

Art. 17 - A Autoridade Naval, quando for de seu interesse, poderá pesquisar, explorar, remover e demolir quaisquer coisas ou bens, referidos no Art. 1º, já incorporados ao domínio da União.

Art. 18 - A Autoridade Naval, no exame de solicitação de autorização para pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens, referidos no Art. 1º, levará em conta os interesses da preservação do local, das coisas ou dos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, a segurança à navegação e o perigo de danos a terceiros e ao meio ambiente.

Parágrafo único - A autorização de pesquisa não dá ao interessado o direito de alterar o local em que foi encontrado a coisa ou o bem, suas condições, ou de remover qualquer parte.

Art. 19 - A Autoridade Naval, ao conceder autorização para pesquisa, fixará prazos para o seu início e término, que poderão ser alterados, a seu critério.

§ 1º - A Autoridade Naval, a seu critério, poderá autorizar que mais de um interessado efetue pesquisas e tente a localização de coisas ou bens.

§ 2º - O autorizado a realizar operações de pesquisa manterá a Autoridade Naval informada do desenvolvimento das operações, e, em especial, de seus resultados e achados.

Art. 20 - As coisas e os bens resgatados, de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, permanecerão no domínio da União, não sendo passíveis de apropriação, adjudicação, doação, alienação direta ou através de licitação ou hasta pública, e a eles não serão atribuídos valores para fins de fixação de pagamento a concessionário.

Art. 21 - O contrato ou ato de autorização de remoção ou exploração poderá prever como pagamento ao concessionário:

I - Soma em dinheiro;

II - Soma em dinheiro, proporcional ao valor das coisas e dos bens que vierem a ser recuperados, desprovidos de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico;

III - Adjudicação de parte dos bens que vierem a ser recuperados, desprovidos de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico; e

IV - Pagamento a ser fixado diante do resultado de remoção ou exploração, conforme as regras estabelecidas para fixação de pagamento por Assistência e Salvamento, no que couber.

§ 1º - Serão decididos por arbitragem os pagamentos previstos nos itens II e IV, deste artigo, que não estejam ajustados em contrato ou acordo.

§ 2º - Salvo a parte das coisas e dos bens adjudicados ao concessionário, de conformidade com o item III deste artigo, todas as demais coisas ou bens desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, que venham a ser removidos, terão sua destinação dada pela Autoridade Naval, a seu critério, ou serão alienados, pela mesma Autoridade, em licitação ou hasta pública, tendo preferência, preço por preço, o concessionário, em primeiro lugar, e o



antigo responsável, em segundo lugar.

§ 3º - O valor das coisas e dos bens que vierem a ser removidos poderá ser fixado no contrato ou ato de concessão, antes do início ou depois do término das operações de remoção.

Art. 22 - A Autoridade Naval poderá cancelar a autorização se:

I - O autorizado não tiver dado início às operações dentro do prazo estabelecido no ato de autorização, ou, no curso das operações, não apresentar condições para lhes dar continuidade;

II - Verificar, durante as operações, o surgimento de riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, de danos a terceiros, inclusive aos que estiverem trabalhando nas operações, e ao meio ambiente; e

III - Verificar, durante as operações, que o processo ou os meios empregados estão causando ou poderão causar prejuízo às coisas ou aos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, ou danificar local que deva ser preservado pelos mesmos motivos.

Parágrafo único - Nenhum pagamento será devido ao autorizado, pelo cancelamento da autorização, salvo quando já tenha havido coisas ou bens, desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, recuperados, situação em que tais coisas ou bens poderão ser adjudicados ou entregue o produto de sua venda, mesmo que em proporção inferior ao previsto no contrato ou ato de autorização, para pagamento e compensação do autorizado.

Art. 23 - Independente da forma de pagamento contratada, toda e qualquer coisa ou bem recuperado, mesmo os destituídos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico deverão ser entregues, tão logo recuperados, à Autoridade Naval. O autorizado, como depositário, será o responsável pela guarda e conservação dos bens recuperados, até efetuar a sua entrega.

Art. 24 - O autorizado para uma remoção, quando na autorização constar que a coisa ou bem deve ser totalmente removido, permanecerá responsável pela operação até a sua completa remoção. A Autoridade Naval poderá intimá-lo a completar a remoção, nos prazos estabelecidos na autorização, bem como poderá substituí-lo, por sua conta e risco, para terminar a remoção, se necessário.

Art. 25 - O autorizado ou contratado estará sujeito às mesmas regras de responsabilidade que se aplicam, na forma do Art. 13, ao responsável, seu cessionário e o segurador autorizados ou compelidos a efetuar remoção ou demolição de coisas ou de bens, referidos no Art. 1º.

Art. 26 - A Autoridade Naval poderá exigir, do interessado e requerente de autorização para pesquisa, uma caução, em valor por ela arbitrado, como garantia das responsabilidades do autorizado.

Art. 27 - Nos casos em que exista interesse público na remoção ou demolição de embarcações ou quaisquer outras coisas ou bens, referidos no Art. 1º, e já incorporados ao domínio da União, a Autoridade Naval poderá vendê-los, em licitação ou hasta pública, a quem se obrigue a removê-los ou demolí-los no prazo determinado pela Autoridade Naval.

Art. 28 - Aquele que achar quaisquer coisas ou bens, referidos no Art. 1º, em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, não estando presente o seu responsável, fica obrigado a:

I - Não alterar a situação das referidas coisas ou bens, salvo se for necessário para colocá-los em segurança; e



II - Comunicar imediatamente o achado à Autoridade Naval, fazendo a entrega das coisas e dos bens que tiver colocado em segurança e dos quais tiver a guarda ou posse.

Parágrafo único - Não caberá a quem achar coisas ou bens, desde que nos locais estabelecidos no Artigo 1º, invocar em seu benefício as regras do Código Civil que tratam da invenção e do tesouro.

Art. 29 - As coisas e os bens referidos no Artigo 1º, nas condições previstas no Artigo anterior, serão arrecadados e ficarão sob a custódia da Autoridade Naval, que poderá entregá-los, quando nacionais ou nacionalizadas, aos seus responsáveis.

§ 1º - Não sendo as coisas e os bens reclamados por seus responsáveis, no prazo de 30 (trinta) dias da arrecadação, a Autoridade Naval poderá declará-los perdidos.

§ 2º - As coisas e os bens que ainda não tenham sido alienados pela Autoridade Naval poderão ser reclamados e entregues aos seus responsáveis, pagando o interessado as custas e despesas de guarda e conservação.

§ 3º - As coisas e os bens de difícil guarda e conservação poderão ser alienados em licitação ou hasta pública pela Autoridade Naval. O produto da alienação será guardado pela Autoridade Naval pelo prazo de 6 (seis) meses, à disposição do responsável pela coisa ou bem. Decorrido o prazo, o produto da alienação será convertido em receita da União.

Art. 30 - As coisas e os bens de que trata o Artigo 1º, quando identificados pela Autoridade Naval como de procedência estrangeira, serão por esta encaminhados à Secretaria da Receita Federal para aplicação da legislação fiscal.

Art. 31 - As autorizações concedidas, até a data da promulgação desta Lei, para a pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens referidos no Artigo 1º, não ficarão prejudicadas, ficando os interessados, no entanto, sujeitos às normas desta Lei.

Art. 32 - As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar ocorrido há mais de 20 (vinte) anos da data de publicação desta Lei, e cujos responsáveis não venham requerer autorização para pesquisa para fins de remoção, demolição ou exploração, no prazo de um ano a contar da data da publicação desta Lei, serão considerados, automaticamente, incorporados ao domínio da União.

Art. 33 - Das decisões proferidas, nos termos e em relação à matéria tratada nesta Lei, caberá pedido de reconsideração à própria Autoridade Naval ou recurso à instância imediatamente superior àquela que proferiu a decisão, sem efeito suspensivo.

Parágrafo único - Para fins da presente Lei, o Ministro da Marinha é considerado a instância final, na esfera da Administração Pública, para recursos às decisões da Autoridade Naval.

Art. 34 - São consideradas Autoridades Navais, para fins da presente Lei, as do Ministério da Marinha, conforme as atribuições definidas nos respectivos regulamentos.

Art. 35 - O Ministro da Marinha, sem prejuízo da aplicação imediata do estabelecido nesta Lei, baixará e manterá atualizadas instruções necessárias à execução desta Lei.

Art. 36 - As infrações aos dispositivos desta Lei sujeitam os infratores às sanções cabíveis do Código Penal, sem prejuízo da aplicação de outras previstas na legislação vigente.

Mar



Art. 37 - Ficam revogados os artigos 731 a 739 da Lei nº 556, de 25 de junho de 1850 - Código Comercial Brasileiro; o Art. 5º do Decreto-Lei nº 1 284, de 18 de maio de 1939; o Decreto-Lei nº 235, de 02 de fevereiro de 1938; o Decreto-Lei nº 8 256, de 30 de novembro de 1945, com as alterações introduzidas pela Lei nº 1 471, de 21 de novembro de 1951; a letra p) do artigo 3º da Lei nº 4 213, de 14 de fevereiro de 1963; o Título XXI do Livro V, do Decreto-Lei nº 1 608, de 18 de setembro de 1939(artigos 769 a 771) e o item XIV do artigo 1218 da Lei nº 5 869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil - e demais disposições em contrário.

Art. 38 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

BRASÍLIA, DF., em de de 1983; 162ª da Independência e 95ª da República.



Legislação Pitman

LEI N. 556 — DE 25 DE JUNHO DE 1850

Código Commercial do Imperio do Brazil.

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil; Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

Código Commercial do Imperio do Brazil

PARTE I

Do commercio em geral

TITULO I

Dos commerciantes

CAPITULO I

DAS QUALIDADES NECESSARIAS PARA SER COMMERCIANTE



LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N. 235 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1938

Remoção de embarcações naufragadas ou encalhadas e de cascos abandonados

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e atendendo à necessidade de definir a competência dos Ministerios da Marinha e da Viação e Obras Públicas quanto à promoção de remoção de embarcações naufragadas ou encalhadas e de cascos abandonados; decreta:

Art. 1.º A promoção das providências necessárias à remoção de embarcações naufragadas ou encalhadas e de cascos abandonados, observadas as normas disciplinadas pela legislação vigente, compete:

a) ao Ministério da Viação e Obras Públicas, representado pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, nos trechos dos portos organizados ou em suas vias de acesso nos quais operam os navios para atracação e desatracação das instalações portuárias existentes;

b) ao Ministério da Marinha, representado pelas Capitânicas dos Portos, em todos os demais casos não atribuídos ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Os armadores ficam obrigados, pelas embarcações sob suas responsabilidades, ao custeio das despesas com a remoção de que trata o artigo anterior.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.



Legislação Citada

DECRETO-LEI N. 1.284 — DE 18 DE MAIO DE 1939

Cria a Comissão de Metalurgia e dá outras providências

Art. 5.º A exploração dos metais de cascos de navios submersos, encalhados ou abandonados só será permitida com audiência da Comissão, respeitada a preferência para a indústria bélica.



Legislação Pitana

DECRETO-LEI N. 1.608 — DE 18 DE SETEMBRO DE 1939

Código de Processo Civil

TÍTULO XXI

Dos salvados marítimos

Art. 769. Quando a venda dos salvados marítimos não se puder realizar sem autorização do juiz, o produto do leilão, salvo dispositivo legal em contrário, será depositado, por conta daquele a quem pertencer.

A venda não se efetuará sem a assistência do empregado fiscal, preposto às operações de salvamento.

Art. 770. A decisão de qualquer dúvida ou reclamação sobre a entrega dos salvados, ou do seu produto, compete privativamente ao juiz de direito da comarca onde o naufrágio ocorrer.

Parágrafo único. Se o navio naufragado pertencer a nação estrangeira que com o Brasil tenha celebrado tratado ou convenção sobre o assunto, e tenha na comarca agente consular, observar-se-a o que houver sido tratado ou convencionado.

Art. 771. O produto líquido do leilão feito pela autoridade alfandegária, reunido aos fretes recebidos pelo gestor, e os salvados remanescentes serão depositados judicialmente, por conta daquele a quem pertencerem, à disposição do juiz, e a este serão remetidas cópias autênticas do auto do sinistro, do inventário dos salvados arrecadados e das contas de todas as vendas efetuadas, além de relação das despesas, créditos e direitos pagos ou deduzidos do produto das vendas.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 8.256 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1945

Cria no Ministério da Marinha o Departamento Administrativo de Recuperação do Material (DARM) e da outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 100 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' criado no Ministério da Marinha um Departamento Administrativo de Recuperação do Material (DARM), diretamente subordinado ao Ministro da Marinha, com a finalidade econômica de promover o aproveitamento de todo o material naval, manufaturado ou não, considerado inservível para a finalidade especificada.

Art. 2.º Para o objetivo definido no art. 1.º o DARM terá arrecadar no seu parque industrial todo o material inservível aos navios, corpos e estabelecimentos, seja ele inutil ou não, desde que tenha matéria prima utilizável.

§ 1.º Os navios, corpos e estabelecimentos farão recolher ao DARM, mediante recenseio, todo o material nas condições referidas neste artigo.

§ 2.º Esse material depois de arrecadado pelo DARM será periciado e classificado, para nova aplicação ou aproveitamento.

Art. 3.º O DARM, de acordo com a sugestão dos peritos promoverá os meios necessários para a restauração ou readaptação do material, para posterior suprimento mediante requisição.

§ 1.º O material restaurado ou readaptado deverá ser novamente avaliado para fins de carga ao responsável.

§ 2.º O material recolhido ao DARM que não possa ter mais aplicação na Marinha poderá ser por ele alienado.

Art. 4.º Os cascos dos navios que tiverem baixa do serviço da Armada e não tenham aplicação na Marinha serão alienados pelo DARM, mediante concorrência pública.

Art. 5.º Os cascos metálicos de navios submersos ou encalhados e definitivamente abandonados ficarão sob o controle do DARM que poderá autorizar a sua exploração, por pessoa considerada idônea, mediante concorrência e contrato lavrado com o Ministério da Marinha.

§ 1.º As concessões para essa exploração deverão compreender, entre outras, a obrigação por parte do concessionário de desobstruir o local, se se tratar de porto, canal, via de acesso ou de perigo à navegação.

§ 2.º No contrato a ser firmado deverá sempre constar a obrigatoriedade do concessionário de recolher ao DARM uma caução, arbitrada sobre o valor do casco acrescido do valor da carga útil.

§ 3.º Essa caução só poderá ser levantada depois do certificado da Capitania dos Portos de que o contrato foi fielmente observado, e caducará em favor do Fundo Naval se, esgotado o prazo do contrato, não tiver o mesmo sido cumprido ou tenha sido verificado mau fe ou negligência por parte do concessionário.

§ 4.º A adjudicação será conferida a quem maiores vantagens oferecer na proposta, ficando o Ministério da Marinha com opção de compra do material recuperado.

Art. 6.º A remoção de cascos não metálicos submersos ou encalhados ficará sob a jurisdição e competência das Capitâncias de Portos ou Departamento de Portos, Rios e Canais, conforme a sua localização.



Art. 7.º A venda a pessoa natural ou jurídica de material inservível, pertencente ao Ministério da Marinha, só poderá se processar pelo DARM.

Art. 8.º A renda arrecadada pelo DARM será aplicada na recuperação do material, devendo o saldo ser recolhido ao Fundo Naval.

Art. 9.º Fica extinta a Comissão de Metalurgia, a que se refere o Decreto-lei n.º 1.204, de 10 de maio de 1939 e assim liberado o pessoal e as transações sobre metais que eram por ela controladas e de sua unidade extranha ao Ministério da Marinha.

Art. 10.º O Ministro da Marinha deverá elaborar o Regulamento para a execução deste Decreto-lei, submetendo-o oportunamente à aprovação do Presidente da República.

Art. 11.º O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1945, 121.º da Independência e 57.º da República.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N.º 1.471 — DE 21 DE NOVEIRO
DE 1951

Extingue o Departamento Administrativo de Recuperação do Material e da outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' extinto o Departamento Administrativo de Recuperação do Material.

Art. 2.º As atribuições do referido Departamento são transferidas para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1951: 130.ª da Independência e 63.ª da República.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.213 — DE 14 DE
FEVEREIRO DE 1963

Reorganiza o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais dando-lhe a denominação de Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, disciplina a aplicação do Fundo Portuario Nacional e da outras providências.

Art. 3º — Ao D.N.P.V.N. compete especialmente:

p) promover a retirada de cascos ou outros objetos submersos que obstruam ou impeçam a navegação nos portos e vias navegáveis, e decidir sobre a disposição dos mesmos;



Legislação Citada

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

(Lei n.º 5.869, de 11-1-1973 com as retificações da
Lei n.º 5.925, de 1-10-1973)

Art. 1.218. Continuam em vigor até serem incorporados nas leis especiais os procedimentos regulados pelo Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939, concernentes:

- I — ao loteamento e venda de imóveis a prestações (arts. 345 a 349);
 - Vide art. 1º da Lei nº 6.014, de 27-12-1973.
- II — ao despejo (arts. 350 a 353);
- III — à renovação de contrato de locação de imóveis destinados a fins comerciais (arts. 354 a 365);
 - Vide arts. 12 e 13 da Lei nº 6.014, de 27-12-1973.
- IV — ao Registro Torrens (arts. 457 a 464);
 - Vide arts. 278 e seguintes da Lei nº 6.015, de 31-12-1973.
- V — às averbações ou retificações do registro civil (arts. 595 a 599);
 - Vide arts. 98 a 114 da Lei nº 6.015, de 31-12-1973.
- VI — ao bem de família (arts. 647 a 651);
 - Vide arts. 261 e seguintes da Lei nº 6.015, de 31-12-1973.
- VII — à dissolução e liquidação das sociedades (arts. 655 a 674);
- VIII — à habilitação para casamento (arts. 742 a 745);
 - Vide arts. 68 e seguintes da Lei nº 6.015, de 31-12-1973.
- IX — ao dinheiro a risco (arts. 754 e 755);
- X — à vistoria de fazendas avariadas (art. 756);
- XI — à apreensão de embarcações (arts. 757 a 761);
- XII — à avaria a cargo do segurador (arts. 762 a 764);
- XIII — às avarias (arts. 765 a 768);
- XIV — aos salvados marítimos (arts. 769 a 771);
- XV — às arribadas forçadas (arts. 772 a 775).



MENSAGEM Nº 414

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL

MARINHA

Nos termos do artigo 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição do Senhor Ministro de Estado da Marinha, o anexo projeto de Lei que dispõe sobre a Pesquisa, Exploração, Remoção e Demolição de Coisas ou Bens Afundados, Submersos, Encalhados e Perdidos em Águas sob Jurisdição Nacional, em Terrenos de Marinha e seus Acrescidos e em Terrenos Marginais, em Decorrência de Sinistro, Alijamento ou Fortuna do Mar, e dá outras providências.

Brasília, em 16 de novembro de 1983.



5C/23
F. 3433/78
CA-Z-45-006

Nº 0095

BRASÍLIA, DF.
Em 30 de agosto de 1983.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O Direito Marítimo Brasileiro ressen-te-se há muito de le
gislação atualizada reguladora das atividades de pesquisa, exploração,
remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalha-
dos e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de ma
rinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de si
nistro ou fortuna do mar.

Nossa legislação fundamenta-se no Código Comercial de
1850, na Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Renda
de 1894 e em Decretos-Lei de 1938, 1939 e 1945, dispositivos esses que
pelas próprias datas de edição já evidenciam obsolescência. Por outro
lado, no campo do Direito Internacional, o Brasil se fez signatário da

mu

(Exposição de Motivos nº 0095 /83 do Ministro da Marinha.....)


Convenção de Bruxelas de 1910, cuja promulgação foi formalizada pelo Decreto nº 10.773, de 10 de fevereiro de 1914, embora durante todo esse período não tenha havido a devida adequação da lei interna.

A Marinha, na tentativa de contribuir para preencher lamentável lacuna da nossa legislação, realizou estudos com a participação de entidades ligadas ao setor, dentre as quais citamos a Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Associação dos Armadores Brasileiros de Longo Curso, Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (SYNDARMA), Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM), Empresa Brasileira de Petróleo (PETROBRÁS) e Empresa de Portos do Brasil (PORTOBRÁS), que indicaram a conveniência de elaborar um diploma legal sobre o assunto.

Tal documento, o Anteprojeto de Lei que a esta acompanha, foi ainda apreciado pelos Ministérios da Justiça e da Fazenda, cujas sugestões e recomendações foram incorporadas ao texto inicial.

Assim sendo, tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a Pesquisa, Exploração, Remoção e Demolição de Coisas ou Bens Afundados, Submersos, Encalhados e Perdidos em águas sob jurisdição Nacional, em Terrenos de Marinha e seus Acrescidos e em Terrenos Marginais, em decorrência de Sinistro, Alijamento ou Fortuna do Mar.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. meus protestos de distinta consideração.


MAXIMIANO EDUARDO DA SILVA FONSECA
Ministro da Marinha



Aviso nº 445-SUPAR/83.

Em 16 de novembro de 1983.

Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a essa Secretaria a Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Marinha, relativa a projeto de lei que "dispõe sobre a Pesquisa, Exploração, Remoção e Demolição de Coisas ou Bens Afundados, Submersos, Encalhados e Perdidos em Águas sob Jurisdição Nacional, em Terrenos de Marinha e seus Acrescidos e em Terrenos Marginais, em Decorrencia de Sinistro, Alijamento ou Fortuna do Mar, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

JOÃO LEITÃO DE ABREU
Ministro Chefe do Gabinete Civil

A Sua Excelência o Senhor
Deputado FERNANDO LYRA
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
BRASÍLIA-DF.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PROJETO DE LEI Nº 2 680, DE 1 983

Dispõe sobre a Pesquisa, Exploração, Remoção e Demolição das Coisas ou Bens Afundados, Submersos, Encalhados e Perdidos em Águas sob Jurisdição Nacional, em Terrenos de Marinha e seus Acrescidos e em Terrenos Marginais, em Decorrrência de Sinistro, Alijamento ou Fortuna do Mar, e dá outras providências.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Dep.

RELATÓRIO

Através da Mensagem nº 414/83, o Presidente da República remeteu ao Congresso este projeto de lei que disciplina a pesquisa, exploração, remoção e demolição das coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

O projeto contém 38 artigos disciplinando, minu-



CÂMARA DOS DEPUTADOS

2.



dentemente, as diferentes hipóteses.

A Mensagem veio acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro da Marinha.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Quanto às preliminares de admissibilidade, nada a opor quanto à tramitação legislativa deste projeto, eis que se trata de matéria da competência legislativa da União (art. 8º, item XVII, alínea "b" da Lei Maior), a ser objeto de lei ordinária (art. 46, item III do Estatuto Político), sendo legítima a iniciativa (art. 56 do Código Fundamental).

A técnica legislativa utilizada não merece reparos.

Relativamente ao mérito, permito-me endossar significativo trecho da Exposição de Motivos, por si só esclarecedor:

" Nossa legislação fundamenta-se no Código Comercial de 1850, na Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Renda, de 1894 , e em Decretos-Lei de 1938, 1939 e 1945, dispositivos esses que pelas próprias datas de edição



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3.



já evidenciam obsolescência. Por outro lado, no campo do Direito Internacional, o Brasil se fez signatário da Convenção de Bruxelas de 1910, cuja promulgação foi formalizada pelo Decreto nº 10.773, de 10 de fevereiro de 1914, embora durante todo esse período não tenha havido a devida adequação da lei interna.

A Marinha, na tentativa de contribuir para preencher lamentável lacuna da nossa legislação, realizou estudos com a participação de entidades ligadas ao setor, dentre as quais citamos a Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Associação Brasileira dos Armadores de Longo Curso, Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (SYNDARMA), Empresa Brasileira de Petróleo (PETROBRÁS) e Empresa Brasileira de Portos (PORTOBRÁS), que indicaram a conveniência de elaborar um diploma legal sobre o assunto."

FACE AO EXPOSTO, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste Projeto de Lei nº 2 680/83.

Sala da Comissão, em 30 de novembro de 1983.


Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PROJETO DE LEI Nº 2.680, DE 1983

(Mensagem nº 414/83)

PARECER DA COMISSÃO


A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.680/83, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Bonifácio de Andrada - Presidente, Brabo de Carvalho - Vice-Presidente, Hamilton Xavier, Raimundo Leite, Jorge Carone, Celso Barros, Osvaldo Melo, Ronaldo Canedo, Djalma Bessa, Nilson Gibson, Otávio Cesário, Guido Moesch, Valmor Giavarina, Rondon Pacheco, Francisco Benjamim, José Genoino, Ademir Andrade, João Gilberto, José Burnett, Mário Assad, Celso Peçanha, Francisco Amaral, Antônio Dias, Gorgônio Neto, Pimentada Veiga e Armando Pinheiro.

Sala da Comissão, em 30 de novembro de 1983


Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA
Presidente


Deputado DJALMA BESSA
Relator

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI Nº 2.680-A, de 1983

(DO PODER EXECUTIVO)
MENSAGEM Nº 414/83



Dispõe sobre a Pesquisa, Exploração, Remoção e Demolição de Coisas ou Bens Afundados, Submersos, Encalhados e Perdidos em Águas sob Jurisdição Nacional, em Terrenos de Marinha e seus Acrescidos e em Terrenos Marginais, em Decorrência de Sinistro, Alijamento ou Fortuna do Mar, e dá outras providências; tendo parecer, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

(PROJETO DE LEI Nº 2.680, de 1983, a que se refere o parecer).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.680, de 1983

(Do Poder Executivo)

MENSAGEM N.º 414/83

Dispõe sobre a Pesquisa, Exploração, Encalhados e Perdidos em Águas sob Jurisdição Nacional, em Terrenos de Marinha e seus Acrescidos e em Terrenos Marginais, em Decorrência de Sinistro, Alijamento ou Fortuna do Mar, e dá outras providências.

(A Comissão de Constituição e Justiça.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, são submetidos às disposições desta Lei.

Art. 2.º Compete ao Ministério da Marinha a coordenação, o controle e a fiscalização das operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, e em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único. O Ministro da Marinha poderá delegar a execução de tais serviços a outros órgãos federais, estaduais, municipais e, por concessão, a particulares, em áreas definidas de jurisdição.

Art. 3.º As coisas ou bens, referidos no art. 1.º, serão considerados como perdidos quando o seu responsável:

I — declarar à Autoridade Naval que o considera perdido; e

II — não for conhecido, estiver ausente ou não manifestar sua disposição de providenciar, de imediato, a flutuação ou recuperação da coisa ou bem mediante operação de Assistência e Salvamento.

Art. 4.º O responsável por coisas ou bens, referidos no art. 1.º, poderá solicitar à Autoridade Naval licença para pesquisá-los, explorá-los, removê-los ou demoli-los, no todo ou em parte.

Art. 5.º A Autoridade Naval, a seu exclusivo critério, poderá determinar ao responsável por coisas ou bens, referidos no art. 1.º, sua remoção ou demolição, no todo ou em parte, quando constituírem ou vierem a constituir perigo, obstáculo à navegação ou ameaça de danos a terceiros ou ao meio ambiente.

Parágrafo único. A Autoridade Naval fixará prazos para início e término da remoção ou demolição, que poderão ser alterados, a seu critério.

Art. 6.º O direito estabelecido no art. 4.º prescreverá em 5 (cinco) anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo ficará suspenso quando:

I — o responsável iniciar a remoção ou demolição; e

II — a Autoridade Naval determinar a remoção ou demolição; e

III — a remoção ou demolição for interrompida mediante protesto judicial.

Art. 7.º Decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data do sinistro, alija-



mento ou fortuna do mar, sem que o responsável pelas coisas ou bens, referidos no art. 1.º, tenha solicitado licença para sua remoção ou demolição, será considerado como presunção legal de renúncia à propriedade, passando as coisas ou os bens ao domínio da União.

Art. 8.º O responsável pelas coisas ou bens, referidos no art. 1.º, poderá ceder a terceiros seus direitos de disposição sobre os mesmos.

§ 1.º O cedente e o cessionário são solidariamente responsáveis pelos riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio ambiente, decorrentes da existência das coisas ou bens referidos no art. 1.º ou conseqüentes das operações de sua remoção ou demolição.

§ 2.º A cessão deverá ser comunicada à Autoridade Naval, sob pena de ser anulado o ato.

Art. 9.º A determinação de remoção ou demolição de que trata o art. 5.º será feita:

I — por intimação pessoal, quando o responsável tiver paradeiro conhecido no País; ou

II — por edital, quando o responsável tiver paradeiro ignorado, incerto ou desconhecido, quando não estiver no País, quando se furtar à intimação pessoal ou quando for desconhecido.

§ 1.º A intimação de responsável estrangeiros deverá ser feita através de edital, enviando-se cópia à Embaixada ou ao Consulado de seu país de origem, ou, caso conhecido, daquele que residir.

§ 2.º O edital, com prazo de 15 dias, será publicado, uma vez, no **Diário Oficial da União**, em jornal de grande circulação da capital da Unidade da Federação onde se encontrem as coisas ou bens, em jornal da cidade portuária mais próxima ou de menor importância do Estado e em jornal do Rio de Janeiro, caso as coisas ou os bens se encontrem afastados da costa ou nas proximidades de ilhas oceânicas.

Art. 10. A Autoridade Naval poderá assumir as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens, referidos no art. 1.º, por conta e risco de seu responsável, caso este não tenha providenciado ou conseguido realizar estas operações, dentro dos prazos legais estabelecidos.

Art. 11. A Autoridade Naval determinará que o responsável, antes de dar início à pesquisa, exploração, remoção ou demoli-

ção solicitadas ou determinadas, das coisas ou bens, referidos no art. 1.º, adote providências imediatas e preliminares para prevenir, reduzir ou controlar os riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio ambiente.

§ 1.º A providência determinada deverá consistir:

I — na manutenção, se possível, a bordo, ou em local próximo à embarcação, de seu Comandante ou de um Oficial ou um Tripulante; e

II — demarcação ou sinalização das coisas ou dos bens.

§ 2.º Na falta de atendimento imediato de tais providências, ou quando for impraticável ou não houver tempo para intimar o responsável, a Autoridade Naval poderá adotar providências por conta e risco do responsável.

Art. 12. A Autoridade Naval poderá empregar seus próprios meios ou contratar terceiros para executar as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição de coisas ou bens, referidos no art. 1.º, no exercício do direito a que se referem o art. 10 e o § 2.º do art. 11.

§ 1.º No contrato com terceiros poderá constar cláusula determinando o pagamento, no todo ou em parte, com as coisas ou bens recuperados ou removidos, ressalvado o direito do responsável de reaver a posse, até 30 (trinta) dias após a recuperação, mediante pagamento do valor da fatura, do seguro ou do mercado, o que for maior, da mesma coisa ou bem, além do pagamento do que faltar para reembolso integral das despesas havidas ou contratadas para a operação executada.

§ 2.º Na falta de disposição em contrário no contrato ou sendo a recuperação feita pela Autoridade Naval, as coisas ou bens, nacionais ou nacionalizadas, resgatados serão imediatamente vendidos em licitação ou hasta pública, dando-se preferência na arrematação àquele que efetuou a remoção ou recuperação, ressalvado o direito do responsável de reaver sua posse, na forma e no prazo estabelecidos no parágrafo anterior.

Art. 13. O responsável pelas coisas ou bens, referidos no art. 1.º, seu cessionário e o segurador, que tenham coberto especificamente os riscos de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens, permanecerão solidariamente responsáveis:

I — pelos danos que venham provocar, direta ou indiretamente, à segurança da



navegação, a terceiros ou ao meio ambiente, até que as coisas ou os bens sejam removidos ou demolidos, ou até que sejam incorporados ao domínio da União pelo decurso do prazo de 5 (cinco) anos a contar do sinistro; e

II — pelo que faltar para reembolsar ou indenizar a União, quando a Autoridade Naval tiver atuado conforme disposto nos art. 10 e § 2.º do art. 11.

§ 1.º No caso de uma embarcação, o seu responsável responderá, solidariamente, com o responsável pela carga, pelos danos que a carga possa provocar à segurança da navegação, a terceiros e ao meio ambiente.

§ 2.º No caso de haver saldo a favor do responsável pelas coisas ou bens, após a disposição das coisas e dos bens recuperados e depois de atendida a disposição do item II deste artigo, o saldo será mantido pela Autoridade Naval, à disposição do interessado, até 5 (cinco) anos a contar da data do sinistro, depois do que será considerado como receita da União.

§ 3.º As responsabilidades de que tratam o item I e o § 1.º deste artigo permanecerão, mesmo nos casos em que os danos sejam decorrentes das operações realizadas pela Autoridade Naval, conforme autorizado pelo art. 1.º e § 2.º do art. 11.

Art. 14. No caso de uma embarcação que contiver carga e que em decorrência de sinistro ou fortuna do mar se encontrar em uma das situações previstas no art. 1.º, será adotado o seguinte procedimento:

I — não havendo manifestação de interesse por parte do responsável pela carga, o responsável pela embarcação poderá solicitar autorização para remoção ou recuperação da carga ou ser intimado pela Autoridade Naval a remover a carga, juntos ou separadamente da embarcação; e

II — o responsável pela carga poderá solicitar à Autoridade Naval autorização para sua remoção ou recuperação, independente de pedido por parte do responsável pela embarcação.

§ 1.º A Autoridade Naval poderá, a seu critério, exigir a remoção da carga intimando o seu responsável e o da embarcação, juntos ou separadamente.

§ 2.º A Autoridade Naval poderá negar autorização ao responsável pela carga, para sua remoção ou recuperação, quando, a seu critério concluir haver sério risco de resultar em modificação de situação em relação à embarcação, que venha a tornar mais difícil ou onerosa sua remoção.

§ 3.º A Autoridade Naval, ao assumir a operação de remoção da embarcação, poderá aceitar, a seu critério, a colaboração ou participação do responsável interessado pela recuperação da carga.

Art. 15. Ao solicitar autorização para a pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens, referidos no art. 1.º, o responsável deverá indicar:

I — os meios de que dispõe, ou pretende obter, para a realização das operações;

II — a data em que pretende dar início às operações e a data esperada de seu término;

III — o processo a ser empregado; e

IV — se a recuperação será total ou parcial.

§ 1.º A Autoridade Naval poderá vetar o uso de meios ou processos que, a seu critério, representem riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, para terceiros ou para o meio ambiente.

§ 2.º A Autoridade Naval poderá condicionar a autorização, à remoção, pelo responsável, de todas as coisas ou bens, e não parte deles, bem como de seus acessórios e remanescentes ou, quando se tratar de embarcação, também de sua carga.

§ 3.º A Autoridade Naval fiscalizará as operações e, na hipótese de que o responsável venha a abandoná-las sem completar a remoção do todo determinado, poderá substituí-lo nos termos do art. 10.

Art. 16. A Autoridade Naval poderá conceder, a quem o requeira, autorização para a remoção ou exploração, no todo ou em parte, de coisas ou bens, referidos no art. 1.º, que tenham passado ao domínio da União.

§ 1.º O pedido de autorização para exploração ou remoção deverá ser antecedido por pedido de autorização para pesquisa de coisas ou bem.

§ 2.º Havendo mais de um pedido de exploração ou remoção, em relação à mesma coisa ou bem, apresentados no prazo de intimação ou do edital a que se refere o § 3.º deste artigo, terão preferência, independente de prazos para início e fim das operações, mas desde que ofereçam as mesmas condições econômicas para a União:

I — em primeiro lugar, aquele que, devidamente autorizado a pesquisar, tenha localizado a coisa ou o bem; e

II — em segundo lugar, o antigo responsável pela coisa ou pelo bem.



§ 3.º Para que possam manifestar sua preferência, se assim o desejarem, deverão aqueles mencionados nos itens I e II, do § 2.º deste artigo, ser intimados, pessoalmente ou por editais, obedecendo-se, no que couber, as regras estabelecidas no art. 9.º e seus parágrafos. O custo das intimações ou publicações de editais, correrá por conta dos interessados.

§ 4.º As intimações ou editais darão o prazo de 15 (quinze) dias para que aqueles mencionados nos itens I e II, do § 2.º deste artigo, manifestem seu desejo de preferência. Manifestada a preferência, a Autoridade Naval decidirá de acordo com o que dispõe o § 2.º deste artigo.

Art. 17. A Autoridade Naval, quando for de seu interesse, poderá pesquisar, explorar, remover e demolir quaisquer coisas ou bens, referidos no art. 1.º, já incorporados ao domínio da União.

Art. 18. A Autoridade Naval, no exame de solicitação de autorização para pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens, referidos no art. 1.º, levará em conta os interesses da preservação do local, das coisas ou dos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, a segurança à navegação e o perigo de danos a terceiros e ao meio ambiente.

Parágrafo único. A autorização de pesquisa não dá ao interessado o direito de alterar o local em que foi encontrado a coisa ou o bem, suas condições, ou de remover qualquer parte.

Art. 19. A Autoridade Naval, ao conceder autorização para pesquisa, fixará prazos para o seu início e término, que poderão ser alterados, a seu critério.

§ 1.º A Autoridade Naval, a seu critério, poderá autorizar que mais de um interessado efetue pesquisas e tente a localização de coisas ou bens.

§ 2.º O autorizado a realizar operações de pesquisa manterá a Autoridade Naval informada do desenvolvimento das operações, e, em especial, de seus resultados e achados.

Art. 20. As coisas e os bens resgatados, de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, permanecerão no domínio da União, não sendo passíveis de apropriação, adjudicação, doação, alienação direta ou através de licitação ou hasta pública, e a eles não serão atribuídos valores para fins de fixação de pagamento a concessionário.

Art. 21. O contrato ou ato de autorização de remoção ou exploração poderá prever como pagamento ao concessionário:

I — soma em dinheiro;

II — soma em dinheiro, proporcional ao valor das coisas e dos bens que vierem a ser recuperados, desprovidos de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico;

III — adjudicação de parte dos bens que vierem a ser recuperados, desprovidos de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico; e

IV — pagamento a ser fixado diante do resultado de remoção ou exploração, conforme as regras estabelecidas para fixação de pagamento por Assistência e Salvamento, no que couber.

§ 1.º Serão decididos por arbitragem os pagamentos previstos nos itens II e IV, deste artigo, que não estejam ajustados em contrato ou acordo.

§ 2.º Salvo a parte das coisas e dos bens adjudicados ao concessionário, de conformidade com o item III deste artigo, todas as demais coisas ou bens desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, que venham a ser removidos, terão sua destinação dada pela Autoridade Naval, a seu critério, ou serão alienados, pela mesma Autoridade, em licitação ou hasta pública, tendo preferência, preço por preço, o concessionário, em primeiro lugar, e o antigo responsável, em segundo lugar.

§ 3.º O valor das coisas e dos bens que vierem a ser removidos poderá ser fixado no contrato ou ato de concessão, antes do início ou depois do término das operações de remoção.

Art. 22. A Autoridade Naval poderá cancelar a autorização se:

I — o autorizado não tiver dado início às operações dentro do prazo estabelecido no ato de autorização, ou, no curso das operações, não apresentar condições para lhes dar continuidade;

II — verificar, durante as operações, o surgimento de riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, de danos a terceiros, inclusive aos que estiverem trabalhando nas operações, e ao meio ambiente; e

III — verificar, durante as operações, que o processo ou os meios empregados estão causando ou poderão causar prejuízo às coisas ou aos bens de valor artístico, de



interesse histórico ou arqueológico, ou danificar local que deva ser preservado pelos mesmos motivos.

Parágrafo único. Nenhum pagamento será devido ao autorizado, pelo cancelamento da autorização, salvo quando já tenha havido coisas ou bens, desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, recuperados, situação em que tais coisas ou bens poderão ser adjudicados ou entregue o produto de sua venda, mesmo que em proporção inferior ao previsto no contrato ou ato de autorização, para pagamento e compensação do autorizado.

Art. 23. Independente da forma de pagamento contratada, toda e qualquer coisa ou bem recuperado, mesmo os destituídos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico deverão ser entregues, tão logo recuperados, à Autoridade Naval. O autorizado, como depositário, será o responsável pela guarda e conservação dos bens recuperados, até efetuar a sua entrega.

Art. 24. O autorizado para uma remoção, quando na autorização constar que a coisa ou bem deve ser totalmente removido, permanecerá responsável pela operação até a sua completa remoção. A Autoridade Naval poderá intimá-lo a completar a remoção, nos prazos estabelecidos na autorização, bem como poderá substituí-lo, por sua conta e risco, para terminar a remoção, se necessário.

Art. 25. O autorizado ou contratado estará sujeito às mesmas regras de responsabilidade que se aplicam, na forma do art. 13, ao responsável, seu cessionário e o segurador autorizados ou compelidos a efetuar remoção ou demolição de coisas ou de bens, referidos no art. 1.º

Art. 26. A Autoridade Naval poderá exigir, do interessado e requerente de autorização para pesquisa, uma caução, em valor por ela arbitrado, como garantia das responsabilidades do autorizado.

Art. 27. Nos casos em que exista interesse público na remoção ou demolição de embarcações ou quaisquer outras coisas ou bens, referidos no art. 1.º, e já incorporados ao domínio da União, a Autoridade Naval poderá vendê-los, em licitação ou hasta pública, a quem se obrigue a removê-los ou demoli-los no prazo determinado pela Autoridade Naval.

Art. 28. Aquele que achar quaisquer coisas ou bens, referidos no art. 1.º, em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de ma-

rinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, não estando presente o seu responsável, fica obrigado a:

I — não alterar a situação das referidas coisas ou bens, salvo se for necessário para colocá-los em segurança; e

II — comunicar imediatamente o achado à Autoridade Naval, fazendo a entrega das coisas e dos bens que tiver colocado em segurança e dos quais tiver a guarda ou posse.

Parágrafo único. Não caberá a quem achar coisas ou bens, desde que nos locais estabelecidos no art. 1.º, invocar em seu benefício as regras do Código Civil que tratam da invenção e do tesouro.

Art. 29. As coisas e os bens referidos no art. 1.º nas condições previstas no artigo anterior, serão arrecadados e ficarão sob a custódia da Autoridade Naval, que poderá entregá-los, quando nacionais ou nacionalizadas, aos seus responsáveis.

§ 1.º Não sendo as coisas e os bens reclamados por seus responsáveis, no prazo de 30 (trinta) dias da arrecadação, a Autoridade Naval poderá declará-los perdidos.

§ 2.º As coisas e os bens que ainda não tenham sido alienados pela Autoridade Naval poderão ser reclamados e entregues aos seus responsáveis, pagando o interessado as custas e despesas de guarda e conservação.

§ 3.º As coisas e os bens de difícil guarda e conservação poderão ser alienados em licitação ou hasta pública pela Autoridade Naval. O produto da alienação será guardado pela Autoridade Naval pelo prazo de 6 (seis) meses, à disposição do responsável pela coisa ou bem. Decorrido o prazo, o produto da alienação será convertido em receita da União.

Art. 30. As coisas e os bens de que trata o art. 1.º, quando identificados pela Autoridade Naval como de procedência estrangeira, serão por esta encaminhados à Secretaria da Receita Federal para aplicação da legislação fiscal.

Art. 31. As autorizações concedidas, até a data da promulgação desta Lei, para a pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens referidos no art. 1.º, não ficarão prejudicadas, ficando os interessados, no entanto, sujeitos às normas desta Lei.

Art. 32. As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de

marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistros, alijamento ou fortuna do mar ocorrido há mais de 20 (vinte) anos da data de publicação desta Lei, e cujos responsáveis não venham requerer autorização para pesquisa para fins de remoção, demolição ou exploração, no prazo de um ano a contar da data da publicação desta Lei, serão considerados, automaticamente, incorporados ao domínio da União.

Art. 33. Das decisões proferidas, nos termos e em relação à matéria tratada nesta Lei, caberá pedido de reconsideração à própria Autoridade Naval ou recurso à instância imediatamente superior àquela que proferiu a decisão, sem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Para fins da presente Lei, o Ministro da Marinha é considerado a instância final, na esfera da Administração Pública, para recursos às decisões da Autoridade Naval.

Art. 34. São consideradas Autoridades Navais, para fins da presente Lei, as do Ministério da Marinha, conforme as atribuições definidas nos respectivos regulamentos.

Art. 35. O Ministro da Marinha, sem prejuízo da aplicação imediata do estabelecido nesta Lei, baixará e manterá atualizadas as instruções necessárias à execução desta Lei.

Art. 36. As infrações do Código Penal, sem prejuízo da aplicação de outras previstas na legislação vigente.

Art. 37. Ficam revogados os arts. 731 a 739 da Lei n.º 556, de 25 de junho de 1950, Código Comercial Brasileiro; o art. 5.º do Decreto-lei n.º 1.284, de 18 de maio de 1939, o Decreto-lei n.º 235, de 2 de fevereiro de 1938; o Decreto-lei n.º 8.256, de 30 de novembro de 1945, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 1.471, de 21 de novembro de 1951; a letra p) do art. 3.º da Lei n.º 4.213, de 14 de fevereiro de 1963; o Título XXI do Livro V do Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939 (arts. 769 a 771) e o item XIV do art. 1.218 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil — e demais disposições em contrário.

Art. 38. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, DF, de de 1983; 162.º da Independência e 95.º da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N.º 536, DE 25 DE JUNHO DE 1850

Código Commercial do Imperio do Brazil.

D. Pedro II por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil; Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléia Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

CODIGO COMMERCIAL DO IMPERIO DO BRAZIL

PARTE I

Do commercio em geral

TITULO I

Dos commerciantes

CAPITULO I

Das Qualidades Necessárias para ser Commerciantes

.....
**DECRETO-LEI N.º 235,
DE 2 DE FEVEREIRO DE 1938**

Remoção de embarcações naufragadas ou encalhadas e de cascos abandonados.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 130 da Constituição e atendendo à necessidade de definir a competência dos Ministérios da Marinha e da Viação e Obras Públicas quanto à promoção de remoção de embarcações naufragadas ou encalhadas e de cascos abandonados, decreta:

Art. 1.º A promoção das providências necessárias a remoção de embarcações naufragadas ou encalhadas e de cascos abandonados, observadas as normas disciplinadas pela legislação vigente, compete:

a) ao Ministério da Viação e Obras Públicas, representado pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, nos trechos dos portos organizados ou em suas vias de acesso nos quais operam os navios para atracação e desatracação das instalações portuárias existentes;

b) ao Ministério da Marinha, representado pelas Capitánias dos Portos, em todos os demais casos não atribuídos ao Ministério da Viação e Obras Públicas.



Art. 2.º Os armadores ficam obrigados, pelas embarcações sob suas responsabilidades, ao custeio das despesas com a remoção de que trata o artigo anterior.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1938, da Independência e 50.º da República.

DECRETO-LEI N.º 1.284,
DE 18 DE MAIO DE 1939

Cria a Comissão de Metalurgia, e dá outras providências.

Art. 5.º A exploração dos metais de cascos de navios submersos, encalhados ou abandonados só será permitida com audiência da Comissão, respeitada a preferência para a indústria bélica.

DECRETO-LEI N.º 1.608,
DE 18 DE SETEMBRO DE 1939

Código de Processo Civil.

TÍTULO XXI

Dos salvados marítimos

Art. 769. Quando a venda dos salvados marítimos não se puder realizar sem autorização do juiz, o produto do leilão, salvo dispositivo legal em contrário, será depositado, por conta daquele a quem pertencer.

A venda não se efetuará sem a assistência do empregado fiscal, preposto às operações de salvamento.

Art. 770. A decisão de qualquer dúvida ou reclamação sobre a entrega dos salvados, ou do seu produto, compete privativamente ao juiz de direito da comarca onde o naufrágio ocorrer.

Parágrafo único. Se o navio naufragado pertencer a nação estrangeira que com o Brasil tenha celebrado tratado ou convenção sobre o assunto, e tenha na comarca agente consular, observar-se-á o que houver sido tratado ou convencionado.

Art. 771. O produto líquido do leilão feito pela autoridade alfandegária, reunido aos fretes recebidos pelo gestor, e os salvados remanescentes serão depositados judicialmente, por conta daquele a quem pertencerem, à disposição do juiz, e a este serão remetidas cópias autênticas do auto do sinistro, do inventário dos salvados arrecadados e das contas de todas as vendas efe-

tuadas, além de relação das despesas, créditos e direitos pagos ou deduzidos do produto das vendas.

DECRETO-LEI N.º 8.256,
DE 30 DE NOVEMBRO DE 1945

Cria no Ministério da Marinha o Departamento Administrativo de Recuperação do Material (DARM), e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º É criado no Ministério da Marinha um Departamento Administrativo de Recuperação do Material (DARM), diretamente subordinado ao Ministro da Marinha, com a finalidade econômica de promover o aproveitamento de todo o material naval, manufaturado ou não, considerado inservível para a finalidade especificada.

Art. 2.º Para o objetivo definido no art. 1.º o DARM fará arrecadar ao seu parque industrial todo o material inservível aos navios, corpos e estabelecimentos, seja ele inútil ou não, desde que tenha matéria-prima utilizável.

§ 1.º Os navios, corpos e estabelecimentos farão recolher ao DARM, mediante remessa, todo o material nas condições referidas neste artigo.

§ 2.º Esse material depois de arrecadado pelo DARM será periciado e classificado, para nova aplicação ou aproveitamento.

Art. 3.º O DARM, de acordo com a sugestão dos peritos promoverá os meios necessários para a restauração ou readaptação do material, para posterior suprimento mediante requisição.

§ 1.º O material restaurado ou readaptado deverá ser novamente avaliado para fins de carga ao responsável.

§ 2.º O material recolhido ao DARM que não possa ter mais aplicação na Marinha poderá ser por ele alienado.

Art. 4.º Os cascos dos navios que tiverem baixa do serviço da Armada e não tenham aplicação na Marinha serão alienados pelo DARM, mediante concorrência pública.

Art. 5.º Os cascos metálicos de navios submersos ou encalhados e definitivamente abandonados ficarão sob o controle do DARM que poderá autorizar a sua explora-



ção, por pessoa considerada idônea, mediante concorrência e contrato lavrado com o Ministério da Marinha.

§ 1.º As concessões para essa exploração deverão compreender, entre outras, a obrigação por parte do concessionário de desobstruir o local, se se tratar de porto, canal, via de acesso ou de perigo à navegação.

§ 2.º No contrato a ser firmado deverá sempre constar a obrigatoriedade ao concessionário de recolher ao DARM uma caução, arbitrada sobre o valor do casco acrescido do valor da carga útil.

§ 3.º Essa caução só poderá ser levantada depois do certificado da Capitania dos Portos de que o contrato fielmente observado, e caducara em favor do Fundo Naval se, esgotado o prazo do contrato, não tiver o mesmo sido cumprido ou tenha sido verificado má fé ou negligência por parte do concessionário.

§ 4.º A adjudicação será conferida a quem maiores vantagens oferecer na proposta, ficando o Ministério da Marinha com opção de compra do material recuperado.

Art. 6.º A remoção de cascos não metálicos submersos ou encalhados ficará sob a jurisdição e competência das Capitânias de Portos ou Departamento de Portos, Rios e Canais, conforme a sua localização.

Art. 7.º A venda a pessoa natural ou jurídica de material inservível, pertencente ao Ministério da Marinha, só poderá se processar pelo DARM.

Art. 8.º A renda arrecadada pelo DARM será aplicada na recuperação do material, devendo o saldo ser recolhido ao Fundo Naval.

Art. 9.º Fica extinta a Comissão de Metalurgia, a que se refere o Decreto-lei n.º 1.284, de 18 de maio de 1939 e assim liberado o comércio e as transações sobre metais que eram por ela controlados e de propriedade estranha ao Ministério da Marinha.

Art. 10. O Ministro da Marinha deverá elaborar o Regulamento para a execução deste decreto-lei, submetendo-o oportunamente a aprovação do Presidente da República.

Art. 11. O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

LEI N.º 1.471,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 1951

Extingue o Departamento Administrativo de Recuperação do Material, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É extinto o Departamento Administrativo de Recuperação do Material.

Art. 2.º As atribuições do referido Departamento são transferidas para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

LEI N.º 4.213,
DE 14 DE FEVEREIRO DE 1963

Reorganiza o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, dando-lhe a denominação de Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, disciplina a aplicação do Fundo Portuário Nacional, e dá outras providências.

Art. 3.º Ao DNPVN compete especialmente:

p) promover a retirada de cascos e outros obetos submersos que obstruam ou impeçam a navegação dos portos e vias navegáveis, decidir sobre a disposição dos salvados;

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

(Lei n.º 5.869, de 11-1-1973, com as retificações da Lei n.º 5.925, de 1-10-1973)

Art. 1.218. Continuam em vigor até serem incorporados nas leis especiais os procedimentos regulados pelo Decreto-lei número 1.608, de 18 de setembro de 1939, concernentes:

I — ao loteamento e venda de imóveis a prestações (arts. 345 a 349);

* Vide art. 1.º da Lei n.º 6.014, de 27 de dezembro de 1973.

II — ao despejo (arts. 350 a 353);



III — à renovação de contrato de locação de imóveis destinados a fins comerciais (arts. 354 a 365);

* Vide arts. 12 e 13 da Lei n.º 6.014, de 27-12-1973.

IV — ao Registro Torrens (arts. 457 a 464);

* Vide arts. 278 e seguintes da Lei n.º 6.015, de 31-12-1973.

V — às averbações ou retificações do registro civil (arts. 595 a 599);

* Vide arts. 93 a 114 da Lei n.º 6.015, de 31-12-1973.

VI — ao bem de família (arts. 647 a 651);

* Vide arts. 261 e seguintes da Lei n.º 6.015, de 31-12-1973.

VII — à dissolução e liquidação das sociedades (arts. 655 a 674);

VIII — à habilitação para casamento (arts. 742 a 745);

* Vide arts. 68 e seguintes da Lei n.º 6.015, de 31-12-1973.

IX — ao dinheiro a risco (arts. 754 e 755);

X — à vistoria de fazendas avariadas (artigo 756);

XI — à apreensão de embarcações (arts. 757 a 761);

XII — à avaria a cargo do segurador (arts. 762 a 764);

XIII — às avarias (arts. 765 a 768);

XIV — aos salvados marítimos (arts. 769 a 771);

XV — às arribadas forçadas (arts. 772 a 775).

.....
MENSAGEM N.º 414, DE 1983, DO PODER EXECUTIVO.

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do art. 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição do Senhor Ministro de Estado da Marinha, o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre a pesquisa, exploração, re-

moção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

Brasília, 16 de novembro de 1983. —

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 0095, DE 30 DE AGOSTO DE 1983, DO MINISTÉRIO DA MARINHA.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

O Direito Marítimo Brasileiro ressentir-se há muito de legislação atualizada reguladora das atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro ou fortuna do mar.

Nossa legislação fundamenta-se no Código Comercial de 1850, na Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Renda de 1894 e em Decretos-lei de 1938, 1939 e 1945, dispositivos esses que pelas próprias datas de edição já evidenciam obsolescência. Por outro lado, no campo do Direito Internacional, o Brasil se fez signatário da Convenção de Bruxelas de 1910, cuja promulgação foi formalizada pelo Decreto n.º 10.773, de 10 de fevereiro de 1914, embora durante todo esse período não tenha havido a devida adequação da lei interna.

A Marinha, na tentativa de contribuir para preencher lamentável lacuna da nossa legislação, realizou estudos com a participação de entidades ligadas ao setor, dentre as quais citamos a Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Associação dos Armadores Brasileiros de Longo Curso, Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (SYNDARMA), Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM), Empresa Brasileira de Petróleo (PETROBRÁS) e Empresa de Portos do Brasil (PORTOBRÁS), que indicaram a conveniência de elaborar um diploma legal sobre o assunto.

Tal documento, o Anteprojeto de Lei que a esta acompanha, foi ainda apreciado pelos Ministérios da Justiça e da Fazenda, cujas sugestões e recomendações foram incorporadas ao texto inicial.



— 10 —

Assim sendo, tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional em terrenos de marinha e seus

acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.^a meus protestos de distinta consideração. — **Maximiano Eduardo da Silva Fonseca**, Ministro da Marinha.

Caixa: 90

Lote: 59
PL N° 2680/1983

35

*Encima da Assembleia, com
suas, volta a Comissão*

Em 04.4.84



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.680-A, de 1983

(Do Poder Executivo)

MENSAGEM N.º 414/83

Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob Jurisdição Nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências; tendo parecer, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

(Projeto de Lei n.º 2.680, de 1983, a que se refere o parecer.)

Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, são submetidos às disposições desta Lei.

Art. 2.º Compete ao Ministério da Marinha a coordenação, o controle e a fiscalização das operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, e em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único. O Ministro da Marinha poderá delegar a execução de tais serviços a outros órgãos federais, estaduais,

municipais e, por concessão, a particulares, em áreas definidas de jurisdição.

Art. 3.º As coisas ou bens, referidos no art. 1.º, serão considerados como perdidos quando o seu responsável:

I — declarar à Autoridade Naval que o considera perdido; e

II — não for conhecido, estiver ausente ou não manifestar sua disposição de providenciar, de imediato, a flutuação ou recuperação da coisa ou bem mediante operação de Assistência e Salvamento.

Art. 4.º O responsável por coisas ou bens, referidos no art. 1.º, poderá solicitar à Autoridade Naval licença para pesquisá-los, explorá-los, removê-los ou demolir-los, no todo ou em parte.

Art. 5.º A Autoridade Naval, a seu exclusivo critério, poderá determinar ao responsável por coisas ou bens, referidos no art. 1.º, sua remoção ou demolição, no todo ou em parte, quando constituírem ou vierem a constituir perigo, obstáculo à navegação ou ameaça de danos a terceiros ou ao meio ambiente.

Parágrafo único. A Autoridade Naval fixará prazos para início e término da remoção ou demolição, que poderão ser alterados, a seu critério.

Art. 6.º O direito estabelecido no art. 4.º prescreverá em 5 (cinco) anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo ficará suspenso quando:

I — o responsável iniciar a remoção ou demolição; e

II — a Autoridade Naval determinar a remoção ou demolição; e

III — a remoção ou demolição for interrompida mediante protesto judicial.

Art. 7.º Decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna do mar, sem que o responsável pelas coisas ou bens, referidos no art. 1.º, tenha solicitado licença para sua remoção ou demolição será considerado como presunção legal de renúncia à propriedade, passando as coisas ou os bens ao domínio da União.

Art. 8.º O responsável pelas coisas ou bens, referidos no art. 1.º, poderá ceder a terceiros seus direitos de disposição sobre os mesmos.

§ 1.º cedente e o cessionário são solidariamente responsáveis pelos riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio ambiente, decorrentes da existência das coisas ou bens referidos no art. 1.º ou conseqüentes das operações de sua remoção ou demolição.

§ 2.º A cessão deverá ser comunicada à Autoridade Naval, sob pena de ser anulado o ato.

Art. 9.º A determinação de remoção ou demolição de que trata o art. 5.º será feita:

I — por intimação pessoal, quando o responsável tiver paradeiro conhecido no País ou

II — por edital, quando o responsável tiver paradeiro ignorado, incerto ou desconhecido, quando não estiver no País, quando se furtar à intimação pessoal ou quando for desconhecido.

§ 1.º A intimação de responsável estrangeiros deverá ser feita através de edital, enviando-se cópia à Embaixada ou ao Consulado de seu país de origem, ou caso conhecido, daquele que residir.

§ 2.º edital, com prazo de 15 dias, será publicado, uma vez no **Diário Oficial** da União, em jornal de grande circulação da capital da Unidade da Federação onde se encontrem as coisas ou bens, em jornal da cidade portuária mais próxima ou de menor importância do Estado e em jornal do Rio de Janeiro, caso as coisas ou os bens se encontrem afastados da costa ou nas proximidades de ilhas oceânicas.

Art. 10. A Autoridade Naval poderá assumir as operações de pesquisa, exploração,

remoção ou demolição das coisas ou bens, referidos no art. 1.º, por conta e risco de seu responsável, caso este não tenha providenciado ou conseguido realizar estas operações, dentro dos prazos legais estabelecidos.

Art. 11. A Autoridade Naval determinará que o responsável, antes de dar início à pesquisa, exploração, remoção ou demolição solicitadas ou determinadas, das coisas ou bens, referidos no art. 1.º, adote providência imediatas e preliminares para prevenir, reduzir ou controlar os riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio ambiente.

§ 1.º A providência determinada deverá consistir:

I — na manutenção, se possível, a bordo, ou em local próximo à embarcação, de seu Comandante ou de um Oficial ou um Tripulante; e

II — demarcação ou sinalização das coisas ou dos bens.

§ 2.º Na falta de atendimento imediato de tais providências, ou quando for impraticável ou não houver tempo para intimar o responsável, a Autoridade Naval poderá adotar providências por conta e risco do responsável.

Art. 12. A Autoridade Naval poderá empregar seus próprios meios ou contratar terceiros para executar as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição de coisas ou bens, referidos no art. 1.º, no exercício do direito a que se referem o art. 10 e o § 2.º do art. 11.

§ 1.º No contrato com terceiros poderá constar cláusula determinando o pagamento, no todo ou em parte, com as coisas ou bens recuperados ou removidos, ressalvado o direito do responsável de reaver a posse, até 30 (trinta) dias após a recuperação, mediante pagamento do valor da fatura, do seguro ou do mercado, o que for maior, da mesma coisa ou bem, além do pagamento do que faltar para reembolso integral das despesas havidas ou contratadas para a operação executada.

§ 2.º Na falta de disposição em contrário no contrato ou sendo a recuperação feita pela Autoridade Naval, as coisas ou bens, nacionais ou nacionalizadas, resgatados serão imediatamente vendidos em licitação ou hasta pública, dando-se preferência na arrematação àquele que efetuou a remoção ou recuperação, ressalvado o direito do responsável de reaver sua posse, na forma e no prazo estabelecidos no parágrafo anterior.



Art. 13. O responsável pelas coisas ou bens, referidos no art. 1.º, seu cessionário e o segurador, que tenham coberto especificamente os riscos de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens, permanecerão solidariamente reponsáveis:

I — pelos danos que venham provocar, direta ou indiretamente, à segurança da navegação, a terceiros ou ao meio ambiente, até que as coisas ou os bens sejam removidos ou demolidos, ou até que sejam incorporados ao domínio da União pelo decurso do prazo de 5 (cinco) anos a contar do sinistro; e

II — pelo que faltar para reembolsar ou indenizar a União, quando a Autoridade Naval tiver atuado conforme disposto nos art. 10 e § 2.º do art. 11.

§ 1.º No caso de uma embarcação, o seu responsável responderá, solidariamente, com o responsável pela carga, pelos danos que a carga possa provocar à segurança da navegação, a terceiros e ao meio ambiente.

§ 2.º No caso de haver saldo a favor do responsável pelas coisas ou bens, após a disposição das coisas e dos bens recuperados e depois de atendida a disposição do item II deste artigo, o saldo será mantido pela Autoridade Naval, à disposição do interessado, até 5 (cinco) anos a contar da data do sinistro, depois do que será considerado como receita da União.

§ 3.º As responsabilidades de que tratam o item I e o § 1.º deste artigo permanecerão, mesmo nos casos em que os danos sejam decorrentes das operações realizadas pela Autoridade Naval, conforme autorizado pelo art. 1.º e § 2.º do art. 11.

Art. 14. No caso de uma embarcação que contiver carga e que em decorrência de sinistro ou fortuna do mar se encontrar em uma das situações previstas no art. 1.º, será adotado o seguinte procedimento:

I — não havendo manifestação de interesse por parte do responsável pela carga, o responsável pela embarcação poderá solicitar autorização para remoção ou recuperação da carga ou ser intimado pela Autoridade Naval a remover a carga, juntos ou separadamente da embarcação; e

II — o responsável pela carga poderá solicitar à Autoridade Naval autorização para sua remoção ou recuperação, independente de pedido por parte do responsável pela embarcação.

§ 1.º A Autoridade Naval poderá, a seu critério, exigir a remoção da carga intimando o seu responsável e o da embarcação, juntos ou separadamente.

§ 2.º A Autoridade Naval poderá negar autorização ao responsável pela carga, para sua remoção ou recuperação, quando, a seu critério concluir haver sério risco de resultar em modificação de situação em relação à embarcação, que venha a tornar mais difícil ou onerosa sua remoção.

§ 3.º A Autoridade Naval, ao assumir a operação de remoção da embarcação, poderá aceitar, a seu critério, a colaboração ou participação do responsável interessado pela recuperação da carga.

Art. 15. Ao solicitar autorização para a pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens, referidos no art. 1.º, o responsável deverá indicar:

I — os meios de que dispõe, ou pretende obter, para a realização das operações;

II — a data em que pretende dar início às operações e a data esperada de seu término;

III — o processo a ser empregado; e

IV — se a recuperação será total ou parcial.

§ 1.º A Autoridade Naval poderá vetar o uso de meios ou processos que, a seu critério, representem riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, para terceiros ou para o meio ambiente.

§ 2.º A Autoridade Naval poderá condicionar a autorização, à remoção, pelo responsável, de todas as coisas ou bens, e não parte deles, bem como de seus acessórios e remanescentes ou, quando se tratar de embarcação, também de sua carga.

§ 3.º A Autoridade Naval fiscalizará as operações e, na hipótese de que o responsável venha a abandoná-las sem completar a remoção do todo determinado, poderá substituí-lo nos termos do art. 10.

Art. 16. A Autoridade Naval poderá conceder, a quem o requeira, autorização para a remoção ou exploração, no todo ou em parte, de coisas ou bens, referidos no art. 1.º, que tenham passado ao domínio da União.

§ 1.º O pedido de autorização para exploração ou remoção deverá ser antecedido por pedido de autorização para pesquisa de coisas ou bem.

§ 2.º Havendo mais de um pedido de exploração ou remoção, em relação à mesma coisa ou bem, apresentados no prazo de intimação ou do edital a que se refere o § 3.º deste artigo, terão preferência, independente de prazos para início e fim das



operações, mas desde que ofereçam as mesmas condições econômicas para a União:

I — em primeiro lugar, aquele que, devidamente autorizado a pesquisar, tenha localizado a coisa ou o bem; e

II — em segundo lugar, o antigo responsável pela coisa ou pelo bem.

§ 3.º Para que possam manifestar sua preferência, se assim o desejarem, deverão aqueles mencionados nos itens I e II, do § 2.º deste artigo, ser intimados, pessoalmente ou por editais, obedecendo-se, no que couber, as regras estabelecidas no art. 9.º e seus parágrafos. O custo das intimações ou publicações de editais, correrá por conta dos interessados.

§ 4.º As intimações ou editais darão o prazo de 15 (quinze) dias para que aqueles mencionados nos itens I e II, do § 2.º deste artigo, manifestem seu desejo de preferência. Manifestada a preferência, a Autoridade Naval decidirá de acordo com o que dispõe o § 2.º deste artigo.

Art. 17. A Autoridade Naval, quando for de seu interesse, poderá pesquisar, explorar, remover e demolir quaisquer coisas ou bens, referidos no art. 1.º, já incorporados ao domínio da União.

Art. 18. A Autoridade Naval, no exame de solicitação de autorização para pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens, referidos no art. 1.º, levará em conta os interesses da preservação do local, das coisas ou dos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, a segurança à navegação e o perigo de danos a terceiros e ao meio ambiente.

Parágrafo único. A autorização de pesquisa não dá ao interessado o direito de alterar o local em que foi encontrado a coisa ou o bem, suas condições, ou de remover qualquer parte.

Art. 19. A Autoridade Naval, ao conceder autorização para pesquisa, fixará prazos para o seu início e término, que poderão ser alterados, a seu critério.

§ 1.º A Autoridade Naval, a seu critério poderá autorizar que mais de um interessado efetue pesquisas e tente a localização de coisas ou bens.

§ 2.º O autorizado a realizar operações de pesquisa manterá a Autoridade Naval informada do desenvolvimento das operações, e, em especial, de seus resultados e achados.

Art. 20. As coisas e os bens resgatados, de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, permanecerão no domínio da

União, não sendo passíveis de apropriação, adjudicação, doação, alienação direta ou através de licitação ou hasta pública, e a eles não serão atribuídos valores para fins de fixação de pagamento a concessionário.

Art. 21. O contrato ou ato de autorização de remoção ou exploração poderá prever como pagamento ao concessionário:

I — soma em dinheiro;

II — soma em dinheiro, proporcional ao valor das coisas e dos bens que vierem a ser recuperados, desprovidos de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico;

III — adjudicação de parte dos bens que vierem a ser recuperados, desprovidos de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico; e

IV — pagamento a ser fixado diante do resultado de remoção ou exploração, conforme as regras estabelecidas para fixação de pagamento por Assistência e Salvamento, no que couber.

§ 1.º Serão decididos por arbitragem os pagamentos previstos nos itens II e IV, deste artigo, que não estejam ajustados em contrato ou acordo.

§ 2.º Salvo a parte das coisas e dos bens adjudicados ao concessionário, de conformidade com o item III deste artigo, todas as demais coisas ou bens desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, que venham a ser removidos, terão sua destinação dada pela Autoridade Naval, a seu critério, ou serão alienados, pela mesma Autoridade, em licitação ou hasta pública, tendo preferência, preço por preço, o concessionário, em primeiro lugar, e o antigo responsável, em segundo lugar.

§ 3.º O valor das coisas e dos bens que vierem a ser removidos poderá ser fixado no contrato ou ato de concessão, antes do início ou depois do término das operações de remoção.

Art. 22. A Autoridade Naval poderá cancelar a autorização se:

I — o autorizado não tiver dado início às operações dentro do prazo estabelecido no ato de autorização, ou, no curso das operações, não apresentar condições para lhes dar continuidade;

II — verificar, durante as operações, o surgimento de riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, de danos a terceiros, inclusive aos que estiverem trabalhando nas operações, e ao meio ambiente; e

III — verificar, durante as operações, que o processo ou os meios empregados estão



causando ou poderão causar prejuízo às coisas ou aos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, ou danificar local que deva ser preservado pelos mesmos motivos.

Parágrafo único. Nenhum pagamento será devido ao autorizado, pelo cancelamento da autorização, salvo quando já tenha havido coisas ou bens, desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, recuperados, situação em que tais coisas ou bens poderão ser adjudicados ou entregue o produto de sua venda, mesmo que em proporção inferior ao previsto no contrato ou ato de autorização, para pagamento e compensação do autorizado.

Art. 23. Independente da forma de pagamento contratada, toda e qualquer coisa ou bem recuperado, mesmo os destituídos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico deverão ser entregues, tão logo recuperados, à Autoridade Naval. O autorizado, como depositário, será o responsável pela guarda e conservação dos bens recuperados, até efetuar a sua entrega.

Art. 24. O autorizado para uma remoção, quando na autorização constar que a coisa ou bem deve ser totalmente removido, permanecerá responsável pela operação até a sua completa remoção. A Autoridade Naval poderá intimá-lo a completar a remoção, nos prazos estabelecidos na autorização, bem como poderá substituí-lo, por sua conta e risco, para terminar a remoção, se necessário.

Art. 25. O autorizado ou contratado estará sujeito às mesmas regras de responsabilidade que se aplicam, na forma do art. 13, ao responsável, seu cessionário e o segurador autorizados ou compelidos a efetuar remoção ou demolição de coisas ou de bens, referidos no art. 1.º

Art. 26. A Autoridade Naval poderá exigir, do interessado e requerente de autorização para pesquisa, uma caução, em valor por ela arbitrado, como garantia das responsabilidades do autorizado.

Art. 27. Nos casos em que exista interesse público na remoção ou demolição de embarcações ou quaisquer outras coisas ou bens, referidos no art. 1.º, e já incorporados ao domínio da União, a Autoridade Naval poderá vendê-los, em licitação ou hasta pública, a quem se obrigue a removê-los ou demoli-los no prazo determinado pela Autoridade Naval.

Art. 28. Aquele que achar quaisquer coisas ou bens, referidos no art. 1.º, em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos mar-

ginais, não estando presente o seu responsável, fica obrigado a:

I — não alterar a situação das referidas coisas ou bens, salvo se for necessário para colocá-los em segurança; e

II — comunicar imediatamente o achado à Autoridade Naval, fazendo a entrega das coisas e dos bens que tiver colocado em segurança e dos quais tiver a guarda ou posse.

Parágrafo único. Não caberá a quem achar coisas ou bens, desde que nos locais estabelecidos no art. 1.º, invocar em seu benefício as regras do Código Civil que tratam da invenção e do tesouro.

Art. 29. As coisas e os bens referidos no art. 1.º, nas condições previstas no artigo anterior, serão arrecadados e ficarão sob a custódia da Autoridade Naval, que poderá entregá-los, quando nacionais ou nacionalizadas, aos seus responsáveis.

§ 1.º Não sendo as coisas e os bens reclamados por seus responsáveis, no prazo de 30 (trinta) dias da arrecadação, a Autoridade Naval poderá declará-los perdidos.

§ 2.º As coisas e os bens que ainda não tenham sido alienados pela Autoridade Naval poderão ser reclamados e entregues aos seus responsáveis, pagando o interessado as custas e despesas de guarda e conservação.

§ 3.º As coisas e os bens de difícil guarda e conservação poderão ser alienados em licitação ou hasta pública pela Autoridade Naval. O produto da alienação será guardado pela Autoridade Naval pelo prazo de 6 (seis) meses, à disposição do responsável pela coisa ou bem. Decorrido o prazo, o produto da alienação será convertido em receita da União.

Art. 30. As coisas e os bens de que trata o art. 1.º, quando identificados pela Autoridade Naval como de procedência estrangeira, serão por esta encaminhados à Secretaria da Receita Federal para aplicação da legislação fiscal.

Art. 31. As autorizações concedidas, até a data da promulgação desta Lei, para a pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens referidos no art. 1.º, não ficarão prejudicadas, ficando os interessados, no entanto, sujeitos às normas desta Lei.

Art. 32. As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistros, alijamento ou fortuna do mar ocorrido há mais de 20 (vinte) anos da data de publi-



cação desta Lei, e cujos responsáveis não venham requerer autorização para pesquisa para fins de remoção, demolição ou exploração, no prazo de um ano a contar da data da publicação desta Lei, serão considerados, automaticamente, incorporados ao domínio da União.

Art. 33. Das decisões proferidas, nos termos e em relação à matéria tratada nesta Lei caberá pedido de reconsideração à própria Autoridade Naval ou recurso à instância imediatamente superior àquela que proferiu a decisão, sem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Para fins da presente Lei, o Ministro da Marinha é considerado a instância final, na esfera da Administração Pública, para recursos às decisões da Autoridade Naval.

Art. 34. São consideradas Autoridades Navais, para fins da presente Lei, as do Ministério da Marinha, conforme as atribuições definidas nos respectivos regulamentos.

Art. 35. O Ministro da Marinha, sem prejuízo da aplicação imediata do estabelecido nesta Lei, baixará e manterá atualizadas instruções necessárias à execução desta Lei.

Art. 36. As infrações do Código Penal, sem prejuízo da aplicação de outras previstas na legislação vigente.

Art. 37. Ficam revogados os arts. 731 a 739 da Lei n.º 556, de 25 de junho de 1850, Código Comercial Brasileiro; o art. 5.º do Decreto-lei n.º 1.284, de 18 de maio de 1939, o Decreto-lei n.º 235, de 2 de fevereiro de 1938; o Decreto-lei n.º 8.256, de 30 de novembro de 1945, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 1.471, de 21 de novembro de 1951; a letra p) do art. 3.º da Lei n.º 4.213, de 14 de fevereiro de 1963; o Título XXI do Livro V do Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939 (arts. 769 a 771) e o item XIV do art. 1.218 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil — e demais disposições em contrário.

Art. 38. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, DF, de de 1983; 162.º da Independência e 95.º da República.

LEGISLAÇÃO CITADA,

LEI N.º 536, DE 25 DE JUNHO DE 1850

Código Commercial do Imperio do Brazil.

D. Pedro II por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitu-

cional e Defensor Perpetuo do Brazil; Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléia Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

CODIGO COMMERCIAL DO IMPERIO DO BRAZIL

PARTE I

Do commercio em geral

TÍTULO I

Dos commerciantes

CAPITULO I

Das qualidades necessárias para ser Commerciante

.....
DECRETO-LEI N.º 235,
DE 2 DE FEVEREIRO DE 1938

Remoção de embarcações naufragadas ou encalhadas e de cascos abandonados.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e atendendo à necessidade de definir a competência dos Ministérios da Marinha e da Viação e Obras Públicas quanto à promoção de remoção de embarcações naufragadas ou encalhadas e de cascos abandonados, decreta:

Art. 1.º A promoção das providências necessárias a remoção de embarcações naufragadas ou encalhadas e de cascos abandonados, observadas as normas disciplinadas pela legislação vigente, compete:

a) ao Ministério da Viação e Obras Públicas representado pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, nos trechos dos portos organizados ou em suas vias de acesso nos quais operam os navios para atracação e desatracação das instalações portuárias existentes;

b) ao Ministério da Marinha, representado pelas Capitânias dos Portos, em todos os demais casos não atribuídos ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Os armadores ficam obrigados, pelas embarcações sob suas responsabilidades, ao custeio das despesas com a remoção de que trata o artigo anterior.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1968, 117.º da Independência e 50.º da República.
.....



DECRETO-LEI N.º 1.284,
DE 18 DE MAIO DE 1939

Cria a Comissão de Metalurgia, e dá outras providências.

.....

Art. 5.º A exploração dos metais de cascos de navios submersos, encalhados ou abandonados só será permitida com audiência da Comissão, respeitada a preferência para a indústria bélica.

.....

DECRETO-LEI N.º 1.608,
DE 18 DE SETEMBRO DE 1939

Código de Processo Civil.

.....

TÍTULO XXI

Dos salvados marítimos

Art. 769. Quando a venda dos salvados marítimos não se puder realizar sem autorização do juiz, o produto do leilão, salvo dispositivo legal em contrário, será depositado, por conta daquele a quem pertencer.

A venda não se efetuará sem a assistência do empregado fiscal, preposto às operações de salvamento.

Art. 770. A decisão de qualquer dúvida ou reclamação sobre a entrega dos salvados, ou do seu produto, compete privativamente ao juiz de direito da comarca onde o naufrágio ocorrer.

Parágrafo único. Se o navio naufragado pertencer a nação estrangeira que com o Brasil tenha celebrado tratado ou convenção sobre o assunto, e tenha na comarca agente consular, observar-se-á o que houver sido tratado ou convencionado.

Art. 771. O produto líquido do leilão feito pela autoridade alfandegária, reunido aos fretes recebidos pelo gestor, e os salvados remanescentes serão depositados judicialmente, por conta daquele a quem pertencerem, à disposição do juiz, e a este serão remetidas cópias autênticas do auto do sinistro, do inventário dos salvados arrecadados e das contas de todas as vendas efetuadas, além de relação das despesas, créditos e direitos pagos ou deduzidos do produto das vendas.

.....

DECRETO-LEI N.º 8.256,
DE 30 DE NOVEMBRO DE 1945

Cria no Ministério da Marinha o Departamento Administrativo de Recuperação do Material (DARM), e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição.

Decreta:

Art. 1.º É criado no Ministério da Marinha um Departamento Administrativo de Recuperação do Material (DARM), diretamente subordinado ao Ministro da Marinha, com a finalidade econômica de promover o aproveitamento de todo o material naval, manufaturado ou não, considerado inservível para a finalidade especificada.

Art. 2.º Para o objetivo definido no art. 1.º o DARM fará arrecadar ao seu parque industrial todo o material inservível aos navios, corpos e estabelecimentos, seja ele inútil ou não, desde que tenha matéria-prima utilizável.

§ 1.º Os navios, corpos e estabelecimentos farão recolher ao DARM, mediante remessa, todo o material nas condições referidas neste artigo.

§ 2.º Esse material depois de arrecadado pelo DARM será periciado e classificado, para nova aplicação ou aproveitamento.

Art. 3.º O DARM, de acordo com a sugestão dos peritos promoverá os meios necessários para a restauração ou readaptação do material, para posterior suprimento mediante requisição.

§ 1.º O material restaurado ou readaptado deverá ser novamente avaliado para fins de cargo ao responsável.

§ 2.º O material recolhido ao DARM que não possa ter mais aplicação na Marinha poderá ser por ele alienado.

Art. 4.º Os cascos dos navios que tiverem baixa do serviço da Armada e não tenham aplicação na Marinha serão alienados pelo DARM, mediante concorrência pública.

Art. 5.º Os cascos metálicos de navios submersos ou encalhados e definitivamente abandonados ficarão sob o controle do DARM que poderá autorizar a sua exploração, por pessoa considerada idônea, me-



diantes concorrência e contrato lavrado com o Ministério da Marinha.

§ 1.º As concessões para essa exploração deverão compreender, entre outras, a obrigação por parte do concessionário de desobstruir o local, se se tratar de porto, canal, via de acesso ou de perigo à navegação.

§ 2.º No contrato a ser firmado deverá sempre constar a obrigatoriedade ao concessionário de recolher ao DARM uma caução, arbitrada sobre o valor do casco acrescido do valor da carga útil.

§ 3.º Essa caução só poderá ser levantada depois do certificado da Capitania dos Portos de que o contrato fielmente observado, e caducará em favor do Fundo Naval se, esgotado o prazo do contrato, não tiver o mesmo sido cumprido ou tenha sido verificado má fé ou negligência por parte do concessionário.

§ 4.º A adjudicação será conferida a quem maiores vantagens oferecer na proposta, ficando o Ministério da Marinha com opção de compra do material recuperado.

Art. 6.º A remoção de cascos não metálicos submersos ou encalhados ficará sob a jurisdição e competência das Capitânias de Portos ou Departamento de Portos, Rios e Canais, conforme a sua localização.

Art. 7.º A venda a pessoa natural ou jurídica de material inservível, pertencente ao Ministério da Marinha, só poderá se processar pelo DARM.

Art. 8.º A renda arrecadada pelo DARM será aplicada na recuperação do material, devendo o saldo ser recolhido ao Fundo Naval.

Art. 9.º Fica extinta a Comissão de Metalurgia, a que se refere o Decreto-lei n.º 1.284, de 18 de maio de 1939 e assim liberado o comércio e as transações sobre metais que eram por ela controlados e de propriedade estranha ao Ministério da Marinha.

Art. 10. O Ministro da Marinha deverá elaborar o Regulamento para a execução deste decreto-lei, submetendo-o oportunamente a aprovação do Presidente da República.

Art. 11. O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1945;
124.º da Independência e 57.º da República.

LEI N.º 1.471,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 1951

Extingue o Departamento Administrativo de Recuperação do Material, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É extinto o Departamento Administrativo de Recuperação do Material.

Art. 2.º As atribuições do referido Departamento são transferidas para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

LEI N.º 4.213,
DE 14 DE FEVEREIRO DE 1963

Reorganiza o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, dando-lhe a denominação de Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, disciplina a aplicação do Fundo Portuário Nacional, e dá outras providências.

Art. 3.º Ao DNPVN compete especialmente:

p) promover a retirada de cascos e outros objetos submersos que obstruam ou impeçam a navegação dos portos e vias navegáveis, e decidir sobre a disposição dos salvados;

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

(Lei n.º 5.869, de 11-1-1973, com as retificações da Lei n.º 5.925, de 1-10-1973)

Art. 1.218. Continuam em vigor até serem incorporados nas leis especiais os procedimentos regulados pelo Decreto-lei número 1.608, de 18 de setembro de 1939, concernentes:

I — ao loteamento e venda de imóveis a prestações (arts. 345 a 349);

* Vide art. 1.º da Lei n.º 6.014, de 27 de dezembro de 1973.

II — ao despejo (arts. 350 a 353);

III — à renovação de contrato de locação de imóveis destinados a fins comerciais (arts. 354 a 365);



* Vide arts. 12 e 13 a Lei n.º 6.014, de 27-12-1973.

IV — ao Registro Torrens (arts. 457 a 464);

* Vide arts. 278 e seguintes da Lei n.º 6.015, de 31-12-1973.

V — às averbações ou retificações do registro civil (arts. 595 a 599);

* Vide arts. 93 a 114 da Lei n.º 6.015, de 31-12-1973.

VI — ao bem de família (arts. 647 a 651);

* Vide arts. 261 e seguintes da Lei n.º 6.015, de 31-12-1973.

VII — à dissolução e liquidação das sociedades (arts. 655 a 674);

VIII — à habilitação para casamento (artigos 742 a 745);

* Vide arts. 68 e seguintes da Lei n.º 6.015, de 31-12-1973.

IX — ao dinheiro a risco (arts. 754 e 755);

X — à vistoria de fazendas avariadas (art. 756);

XI — à apreensão de embarcações (artigos 757 a 761);

XII — à avaria a cargo do segurador (arts. 762 a 764);

XIII — às avarias (arts. 765 a 768);

XIV — aos salvados marítimos (arts. 769 a 771);

XV — às arribadas forçadas (arts. 772 a 775).

MENSAGEM N.º 414, DE 1983
DO PODER EXECUTIVO

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do art. 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição do Senhor Ministro de Estado da Marinha, o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

Brasília, 16 de novembro de 1983. —

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 95, DE 1983
DE AGOSTO DE 1983, DO MINISTÉRIO
DA MARINHA

Excelentíssimo Senhor Presidentes da República:

O Direito Marítimo Brasileiro ressent-se há muito de legislação atualizada reguladora das atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro ou fortuna do mar.

Nossa legislação fundamenta-se no Código Comercial de 1850, na Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Renda de 1894 e em Decretos-lei de 1938, 1939 e 1945, dispositivos esses que pelas próprias datas de edição já evidenciam obsolescência. Por outro lado, no campo do Direito Internacional, o Brasil se fez signatário da Convenção de Bruxelas de 1910, cuja promulgação foi formalizada pelo Decreto n.º 10.773, de 10 de fevereiro de 1914, embora durante todo esse período não tenha havido a devida adequação da lei interna.

A Marinha, na tentativa de contribuir para preencher lamentável lacuna da nossa legislação, realizou estudos com a participação de entidades ligadas ao setor, dentre as quais citamos a Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Associação dos Armadores Brasileiros de Longo Curso, Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (SINDARMA), Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM), Empresa Brasileira de Petróleo (PETROBRÁS) e Empresa de Portos do Brasil (PORTOBRÁS), que indicaram a conveniência de elaborar um diploma legal sobre o assunto.

Tal documento, o Anteprojeto de Lei que a esta acompanha, foi ainda apreciado pelos Ministérios da Justiça e da Fazenda, cujas sugestões e recomendações foram incorporadas ao texto inicial.

Assim sendo, tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.^a meus protestos de distinta conside-



ração: **Maximiano Eduardo da Silva Fonseca**, Ministro da Marinha.

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

I — Relatório

Através da Mensagem n.º 414/83, o Presidente da República remeteu ao Congresso este projeto de lei que disciplina a pesquisa, exploração, remoção e demolição das coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

O projeto contém 38 artigos disciplinando, minudentemente, as diferentes hipóteses.

A Mensagem veio acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro da Marinha.

É o relatório.

II — Voto do Relator

Quanto às preliminares de admissibilidade, nada a opor quanto à tramitação legislativa deste projeto, eis que se trata de matéria da competência legislativa da União (art. 8.º, item XVII, alínea b da Lei Maior), a ser objeto de lei ordinária (art. 46, item III do Estatuto Político), sendo legítima a iniciativa (art. 56 do Código Fundamental).

A técnica legislativa utilizada não merece reparos.

Relativamente ao mérito, permito-me endossar significativo trecho da Exposição de Motivos, por si só esclarecedor:

“Nossa legislação fundamenta-se no Código Comercial de 1850, na Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Renda, de 1894, e em Decretos-lei de 1938, 1939 e 1945, dispositivos esses que pelas próprias datas de edição já evidenciam obsolescência. Por outro lado, no campo do Direito Internacional, o Brasil se fez signatário da Convenção de Bruxelas de 1910, cuja promulgação foi formalizada pelo Decreto n.º 10.773, de 10 de fevereiro de

1914, embora durante todo esse período não tenha havido a devida adequação da lei interna.

A Marinha, na tentativa de contribuir para preencher lamentável lacuna da nossa legislação, realizou estudos com a participação de entidades ligadas ao setor, dentre as quais citamos a Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Associação Brasileira dos Armadores de Longo Curso, Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (SINDARMA), Empresa Brasileira de Petróleo (PETROBRÁS) e Empresa Brasileira de Portos (PORTOBRÁS), que indicaram a conveniência de elaborar um diploma legal sobre o assunto.”

Face ao exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste Projeto de Lei n.º 2.680/83.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 1983.
— **Djalma Bessa**, Relator.

III — Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei n.º 2.680/83, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Bonifácio de Andrada, Presidente; Brabo de Carvalho, Vice-Presidente; Hamilton Xavier, Raimundo Leite, Jorge Carone, Celso Barros, Osvaldo Melo, Ronaldo Canedo, Djalma Bessa, Nilson Gibson, Otávio Cesário, Guido Moesch, Valmor Giavarina, Rondon Pacheco, Francisco Benjamim, José Genoino, Ademir Andrade, João Gilberto, José Burnett, Mário Assad, Celso Peçanha, Francisco Amaral, Antônio Dias, Gorgônio Neto, Pimenta da Veiga e Armandino Pinheiro.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 1983.
— **Bonifácio de Andrada**, Presidente — **Djalma Bessa**, Relator.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*A Comissão de Constituição e Justiça
Co. Sm 04.4.84.*

Nº 1



EMENDA Nº _____ AO

PROJETO DE LEI Nº 2.680/83

Art. 1º Dê-se ao "caput" do art. 12 a seguinte redação:

"Art. 12 A Autoridade Naval poderá empregar
seus próprios meios ou autorizar _
terceiros para executar as operações de pesquisa, exploração,
remoção ou demolição de coisas ou bens, referidos no art. 1º,
no exercício do direito a que se referem o art. 10 e o § 2º
do art. 11".

Art. 2º Imprima-se ao parágrafo único do art. 18 a seguinte redação:

"Parágrafo único A autorização de pesquisa
não dá ao interessado o
direito de alterar o local em que foram encontrados o bem _
ou a coisa e suas condições, bem como remover qualquer parte,
ressalvada a obrigação da entrega à Autoridade Naval da
coisa ou bem encontrado, para que se evitem saques predatórios".



CÂMARA DOS DEPUTADOS

-2-



Art. 3º O "caput" do art. 19 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 19 A Autoridade Naval, ao conceder autorização para pesquisa, fixará, a seu critério, prazos para seu início e término".

Art. 4º O art. 20, aqui desdobrado em itens e parágrafo único, ganha a seguinte nova redação:

"Art. 20 O ato de autorização da pesquisa ou exploração de navio antigo de casco de madeira deverá prever:

I - nenhum pagamento em dinheiro ao autorizado, correndo por conta do mesmo todas as despesas da pesquisa ou exploração, sem qualquer ônus para a Marinha;

II - o direito de escolha pela Autoridade Naval, para a Marinha, dos objetos resgatados de interesse histórico-náutico, ficando o remanescente, se houver, para o autorizado;



-3-

III - a partilha dos demais objetos resgatados entre a Marinha e o autorizado, em espécie, na proporção estabelecida na autorização;

Parágrafo único - As participações em espécie referidas nos itens I e II constituirão a única recompensa do autorizado por seus trabalhos e despesas".

Art. 5º O "caput", itens e parágrafos do art. 21 passam a ter a seguinte redação:

"Art. 21 Em se tratando de navios de cascos metálicos, o contrato ou ato de autorização de remoção ou exploração poderá prever, como pagamento ao concessionário:

I - soma em dinheiro;

II - soma em dinheiro, proporcional ao valor das coisas e dos bens que vierem a ser recuperados, com a exclusão ou não de objetos de valor ar-



tístico e de interesse histórico ou arqueológico;

III - adjudicação de parte dos bens que vierem a ser recuperados, com ou sem a referida exclusão; e

IV - pagamento a ser fixado diante do resultado da remoção ou exploração, conforme as regras estabelecidas para fixação de pagamento por Assistência e Salvamento, no que couber.

§ 1º Serão decididos por arbitragem os pagamentos previstos nos itens II e IV que não estejam ajustados em contrato ou autorização.

§ 2º Salvo a parte das coisas ou bens adjudicados ao concessionário, de conformidade com o item III, todas as demais coisas ou bens que venham a ser renovados terão sua destinação dada pela Autoridade Naval, a seu critério, ou serão alienados pela mesma Autoridade, em licitação ou hasta pública, tendo o concessionário preferência preço por preço, em primeiro lugar, e o antigo responsável em segundo lugar.



§ 3º O valor das coisas e dos bens que vierem a ser removidos poderá ser fixado no contrato ou ato de autorização, antes do início ou imediatamente após o término das operações de remoção".

Art. 6º Dê-se ao parágrafo único do art. 22 a seguinte redação:

"Parágrafo único Nenhum pagamento será devido ao autorizado pelo cancelamento justificado da autorização, cujos termos serão cumpridos, pela Autoridade Naval, até o referido cancelamento".

Art. 7º O art. 26 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 26 A Autoridade Naval poderá exigir, do requerente de autorização para pesquisa, exploração, remoção ou demolição de coisas ou bens, sem tradição na Marinha, uma caução em valor por esta arbitrado, como garantia das responsabilidades do autorizado".



CÂMARA DOS DEPUTADOS



42

-6-

Art. 8º O "caput" do art. 30 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 30 As coisas e os bens de que trata o art. 1º, quando identificados pela Autoridade Naval como de procedência estrangeira e não incorporados ao domínio da União por força do art. 32 desta lei, serão encaminhados à Secretaria da Receita Federal para aplicação da legislação fiscal pertinente".

Art. 9º Acrescente-se ao art. 32 o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único Os destroços de navios de cascos de madeira afundados nos séculos XVI, XVII e XVIII ter-se-ão como automaticamente incorporados ao domínio da União, independentemente do decurso do prazo de um ano fixado no "caput".

JUSTIFICAÇÃO

As alterações aqui propostas visam a aperfeiçoar



CÂMARA DOS DEPUTADOS



43

-7-

o Projeto de Lei nº 2.680/83, dando-lhe maior amplitude e alcance.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1984

Frei Ruben Medeiros



CÂMARA DOS DEPUTADOS



44

192

EMENDA Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 2.680, DE 1983, (DO PODER EXECUTIVO)

Dê-se a seguinte redação ao art. 12 e parágrafos do projeto.

"Art. 12. A autoridade naval poderá empregar em seus próprios meios ou contratar terceiros ou permitir que estes executem as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição de coisas ou bens, referidos no art. 1º, no exercício do direito a que se referem o art. 10 e o § 2º do art. 11.

§ 1º No contrato com terceiros ou na autorização a estes dada poderá constar cláusula determinando o pagamento no todo ou em parte, com as coisas ou bens recuperados, ou removidos, ressalvado o direito do responsável de reaver a posse até 30 (trinta) dias após a recuperação, mediante pagamento do valor da fatura, do seguro ou do mercado, o que for maior, da mesma coisa ou bem, além do pagamento do que faltar para reembolso integral das despesas havidas ou contratadas para a operação executada.

§ 2º Na falta de disposição em contrário no contrato ou autorização ou sendo a recuperação feita pela Autoridade Naval, as coisas ou bens, nacionais ou nacionalizadas, resgatados serão imediatamente vendidos em licitação ou hasta pública, dando-se preferência na arrematação, àquele que efetuou a remoção ou recuperação, ressalvado o direito do responsável de reaver sua posse, na forma e no prazo estabelecidos no parágrafo anterior."



48

JUSTIFICAÇÃO

Através desta emenda abrimos possibilidade de usar-se alternativamente do contrato ou autorização, já que o projeto trata tanto do contrato quanto da autorização.

Sala da Comissão, em 4 de Abril de 1984


Deputado CUNHA BUENO

/smgc



CÂMARA DOS DEPUTADOS



46

113

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 2.680-A/83

Dê-se nova redação ao art. 16 do projeto, e acrescente-se-lhe um parágrafo 5º.:

"Art. 16. A Autoridade Naval poderá conceder autoriza
ção para a remoção ou exploração, no todo ou em parte, de coi
sas ou bens, referidos no art. 1º, que tenham passado ao domin
io da União.

.....

.....

§ 5º. Não será concedida a autorização para reali--
zar operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção
ou demolição a pessoa física ou jurídica estrangeira ou a pes
soa jurídica sob controle estrangeiro, que também não pode--
rão ser subcontratadas por pessoas físicas ou jurídicas brasi
leiras."

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1984

DEP. NILSON GIBSON



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Vº 4



2
47

EMENDA Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 2.680, de 1983 (DO PODER EXECUTIVO)

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do artigo 18:

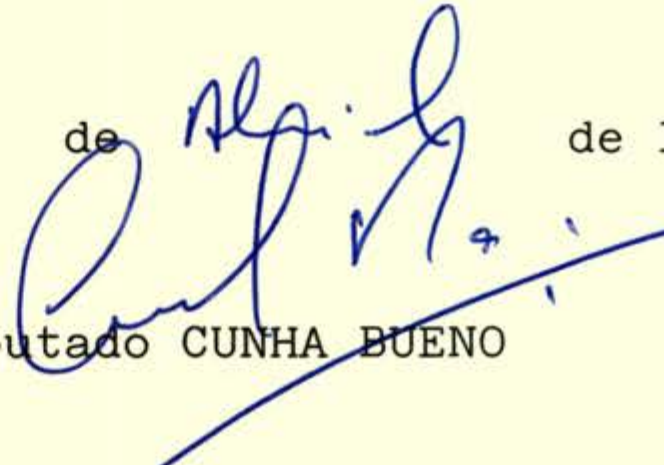
"Art. 18....."

Parágrafo único. A Autorização de pesquisa não dá ao interessado o direito de alterar o local em que foi encontrada a coisa ou bem, suas condições, ou de remover qualquer parte, ressalvada a obrigação da entrega a autoridade naval de coisa ou bem encontrado, a fim de evitar saque predatório."

JUSTIFICAÇÃO

Através desta Emenda ressalvamos a obrigação de entregar a autoridade naval da coisa ou bem encontrado. Justifica-se a ressalva especialmente em se tratando de antigos navios afundados de cascos de madeira eis que, se o autorizado deixar, em local que tenha pesquisado, coisas preciosas, os piratas e mergulhadores que cheguem no local as furtarão; é o que tem acontecido no litoral do Brasil, onde a Marinha, por falta de meios, não consegue coibir essa prática.

Sala das Comissões, em 4 de Maio de 1984


Deputado CUNHA BUENO

/ifo



CÂMARA DOS DEPUTADOS



3
48

145

EMENDA Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 2.680, DE 1983, (DO PODER EXECUTIVO)

Dê-se a seguinte redação ao art. 19 do Projeto:

"Art. 19. A autoridade Naval, ao conceder autorização para pesquisa, fixará, a seu critério, prazos para o seu início e término".

JUSTIFICAÇÃO

Através da presente Emenda pretende-se evitar que haja alteração de prazos, o que seria injurídico, a nosso ver.

Sala da Comissão, em 4 de Abril de 1984


Deputado CUNHA BUENO

/smgc



CÂMARA DOS DEPUTADOS

116



449

EMENDA Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 2.680, DE 1983, (DO PODER EXECUTIVO)

Dê-se as seguintes redações, respectivamente, aos arts. 20 e 21 do Projeto:

"Art. 20. O ato de autorização da pesquisa ou exploração de navio antigo de casco de madeira deverá prever:

I - nenhum pagamento em dinheiro ao autorizado e todas as despesas da pesquisa ou exploração por conta do mesmo, sem qualquer ônus para a Marinha;

II - o direito de escolha pela Autoridade Naval, para a Marinha, dos objetos resgatados de interesse histórico-náutico, ficando o remanescente, se houver, para o autorizado;

III - a partilha dos demais objetos resgatados entre a Marinha e o autorizado, em espécie, na proporção estabelecida na autorização.

Parágrafo único. As participações em espécie referidas nos incisos I e II deste artigo constituirão a única recompensa do autorizado por seus trabalhos e despesas".

"Art. 21. Em se tratando de navios de cascos metálicos, o contrato ou ato de autorização de remoção ou exploração poderá prever, como pagamento ao concessionário:

I - soma em dinheiro;

II - soma em dinheiro, proporcional ao valor das coisas e dos bens que vierem a ser recuperados, com



50

a exclusão ou não, de objetos de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico;

III - adjudicação de parte dos bens que vierem a ser recuperados, com ou sem a referida exclusão; e

IV - pagamento a ser fixado diante do resultado da remoção ou exploração, conforme as regras estabelecidas para fixação de pagamento por Assistência e Salvamento, no que couber.

§ 1º Serão decididos por arbitragem os pagamentos previstos nos itens II e IV, deste artigo, que não estejam ajustados em contrato ou autorização.

§ 2º Salvo a parte das coisas ou bens adjudica - dos ao concessionário, de conformidade com o item III deste artigo, todas as demais coisas ou bens que venham a ser removidos terão sua destinação dada pela Autoridade Naval, a seu critério, ou serão alienados, pela mesma Autoridade, em licitação ou hasta pública, tendo preferência, preço por preço, o con - cessionário, em primeiro lugar, e o antigo responsá - vel, em segundo lugar.

§ 3º O valor das coisas e dos bens que vierem a ser removidos poderá ser fixado no contrato ou ato de autorização antes do início ou depois do término das operações de remoção".

JUSTIFICAÇÃO

Diferentemente do Decreto-lei nº 8.256, de 30 de novembro de 1945, o Projeto não distingue entre navios de cascos metálicos, geralmente do século XIX em diante, e os de cascos de madeira, obviamente antigos, dos séculos XVI, XVII e XVIII.



Os primeiros têm cascos aproveitáveis comercialmente, carga igualmente comerciável, quando não perecível, e estão localizados ou são relativamente fáceis de localização. Tais navios devem ter tido muito poucas peças e terem conduzido muito pouca carga, resistentes ao afundamento de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, mas os cascos e a carga comum podem, por sua geralmente fácil identificação e localização, dar lugar a um contrato ou um ato de autorização específico em termos de dinheiro e/ou de pagamento em bens, nas linhas do atual art. 21 do Projeto.

Tratando-se, porém, de antigos navios de cascos de madeira, afundados nos séculos XVI, XVII e XVIII, os cascos inexistem, consumidos pelo tempo, restando apenas vestígios das quilhas, os lastros, costumeiramente de pedras, e os aparelhos dos navios, assim como as cargas remanescentes, espalhadas em redor, tudo geralmente recoberto de montanhas de areia e de coral e a exigir dispendiosas expedições de embarcações, com equipamentos adequados, inclusive eletrônicos, a fim de localizar o sítio do naufrágio e detectar o enterrado na areia e no coral.

Ao que parece, houve, até há pouco tempo, expedições tais, de empresas autorizadas pela Diretoria de Portos e Costas, com a partilha dos salvados entre a Marinha e as empresas, feita pelo Diretor do Serviço de Documentação Geral da Marinha, o que resultou no acréscimo ao patrimônio do Museu Naval e Oceanográfico da Marinha, a cargo do dito Serviço, de não poucos objetos histórico-náuticos e outros.



É óbvio que, somente na base de tal partilha, poderá qualquer empresa particular montar expedições como as acima referidas, a um custo que pode alcançar, em um ano, centenas de milhões de cruzeiros, eis que a Marinha não tem verba para pagá-lo e dificilmente poderá assumir semelhantes expedições por conta própria, destacando, por exemplo, para tanto, como já fez duas vezes, o "GASTÃO MOUTINHO", cuja destinação não é essa.

O Projeto, não fazendo a distinção, vinda de há quase quarenta anos, entre navios afundados de cascos metálicos e os antigos de cascos de madeira, não admitindo a partilha, entre a marinha e as empresas pesquisadoras e exploradoras dos segundos, dos únicos objetos aproveitáveis que deles restam, que são todos objetos "de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico":

a. acaba com a possibilidade de continuarem a ser pesquisadas as preciosidades de antanho afundadas no litoral do Brasil, com destino à União e a quem a ela se associe, através da Marinha;

b. torna quase certo que nenhuma preciosidade tal aumentará mais o patrimônio do Museu da Marinha;

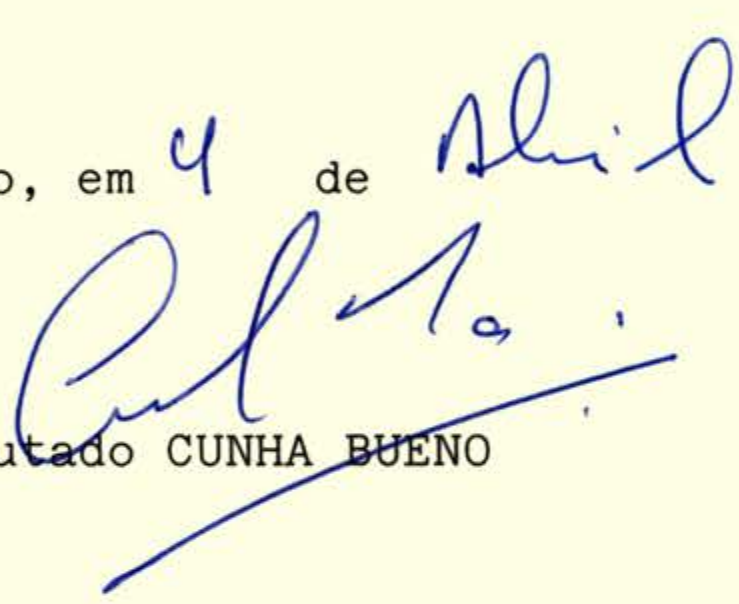
c. condena à extinção, com óbvio prejuízo, as empresas dedicadas ao resgate, com autorização, dos destroços de antigos navios afundados de cascos de madeiras; e



d. deixa tais destroços à mercê da pirataria, que continuará a saqueá-los impunemente, como vem acontecendo em escala crescente.

Essa a justificação oferecida para a redação substitutiva dos arts. 20 e 21.

Sala da Comissão, em 4 de Abril de 1984


Deputado CUNHA BUENO

/smgc



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Nº 7

EMENDA Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 2.680, DE 1983

(Do Poder Executivo)

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do
art. 22:

"Art. 22.

Parágrafo único. Nenhum pagamento se
rá dirigido ao autorizado pelo cancelamento jus
tificado da autorização, cujos termos serão cum
pridos, pela Autoridade Naval, até tal cancela-
mento."

JUSTIFICAÇÃO

Obviamente não pode a autorização ser cancelada
sem justificativa, e, quanto ao mais, o texto substitutivo sim
plifica a sistemática do parágrafo.

Sala da Comissão, em 4 de Abril de 1984.

Deputado CUNHA BUENO



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Nº 8

EMENDA Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 2.680, DE 1983

(DO PODER EXECUTIVO)

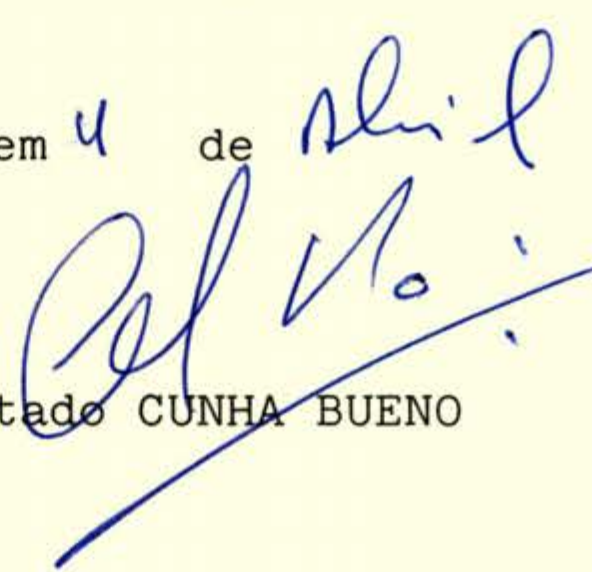
Dê-se a seguinte redação ao art. 26 do Projeto:

"Art. 26. A autoridade Naval poderá exigir do requerente de autorização para pesquisa, exploração, remoção ou demolição de coisas ou bens, sem tradição na Marinha, uma caução em valor por ela arbitrado, como garantia das responsabilidades do autorizado."

JUSTIFICAÇÃO

O texto substitutivo harmoniza a disposição com a do art. 12 do Projeto e introduz a dispensa da caução para a empresa com tradição na Marinha, o que é uma prática comum e razoável em havendo tradição em entidade governamental.

Sala da Comissão, em 4 de Abril de 1984.


Deputado CUNHA BUENO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 9



EMENDA Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 2.680, DE 1983

(DO PODER EXECUTIVO)

Dê-se a seguinte redação ao art. 30 do Projeto:

"Art. 30. As coisas e os bens de que trata o art. 1º, quando identificados pela Autoridade Naval como de procedência estrangeira e não incorporados ao domínio da União por força do art. 32 desta lei, serão encaminhados à Secretaria da Receita Federal para aplicação da legislação fiscal".

JUSTIFICAÇÃO

A modificação proposta é, evidentemente, necessária pois não teria sentido o encaminhamento à Secretaria da Receita Federal de coisas e bens já incorporados ao domínio da União por força do art. 32 do projeto.

Sala da Comissão, em 4 de Abril de 1984.

Deputado CUNHA BUENO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 10



EMENDA Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 2.680, DE 1983

(DO PODER EXECUTIVO)

Acrescente-se um parágrafo único ao art. 32 do Projeto com a seguinte redação:

"Art. 32.

Parágrafo único. Os destroços de navios de cascos de madeira afundados nos séculos XVI, XVII e XVIII ter-se-ão como automaticamente incorporados ao domínio da União, independentemente do decurso do prazo de um ano fixado no caput deste artigo."

JUSTIFICAÇÃO

Pelo longo tempo transcorrido (séculos XVI, XVII, e XVIII) não faria sentido exigir-se o transcurso do prazo de um ano para incorporação ao patrimônio da União.

Sala da Comissão, em 4 de Abril de 1984.

Deputado CUNHA BUENO



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



58

EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO
(Ao Projeto de Lei nº 2.680-A, de 1983)

"Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob Jurisdição Nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências."

Autor do Projeto: PODER EXECUTIVO

Autores das Emendas: Deputados JOSÉ
RIBAMAR MACHADO,
CUNHA BUENO e NIL
SON GIBSON

Relator: Deputado BRABO DE CARVALHO

I - R E L A T Ó R I O

Volta a esta Comissão o Projeto de lei nº 2.680, de 1983, de autoria do Poder Executivo, para exame das Emendas Oferecidas em Plenário pelos nobres Deputados José Ribamar Machado, Cunha Bueno e Nilson Gibson.

A Emenda nº 1 correspondente, no seu inteiro teor, ao que se contém nas Emendas nºs. 2 e 4 a 10, devidamente jus



tificadas, e visam introduzir alteração em vários dispositivos do projeto original, ou seja:

a) no art. 12, com o objetivo de tornar harmônico o projeto, já que o mesmo trata alternativamente de contrato e autorização em outros dispositivos;

b) no art. 18, onde foi incluída a ressalva da obrigação de entregar à autoridade naval a coisa ou bem encontrado, a fim de evitar saque predatório;

c) no art. 19, onde a alteração exclui a possibilidade de alterarem-se os prazos previamente concedidos para pesquisa;

d) no art. 20, para que haja distinção entre navios de cascos metálicos, geralmente do século XIX em diante, e os de cascos de madeira, obviamente mais antigos, dos séculos XVI a XVIII, e formas diferentes de contratação ou autorização de pesquisa, remoção ou exploração, tendo como justificação a experiência nesse campo da Diretoria de Portos e Costas e do Serviço de Documentação Geral da Marinha, que tem resultado no acréscimo ao patrimônio do Museu Naval e Oceanográfico da Marinha de não poucos objetos histórico-náuticos e outros;

e) no art. 22, evitando que haja cancelamento de autorização sem justificativa;

f) no art. 26, harmonizando a redação desse artigo com a do art. 12 e introduzindo a dispensa de caução para a empresa com tradição na Marinha, prática essa que já é costumeira;



[Assinatura]

g) no art. 30, adequando a redação do dispositivo , pois não teria sentido o encaminhamento à Secretaria da Receita Federal de coisas e bens já incorporados ao domínio da União, por força do art. 32 do projeto;

h) no art. 32, prevendo a automática incorporação ao domínio da União dos destroços de navios de cascos de madeira afundados nos séculos XVI, XVII e XVIII, independentemente do decurso do prazo de um ano fixado no caput do artigo.

A Emenda nº 3 adita um parágrafo ao art. 16, dispondo que não será concedida autorização para operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção ou demolição a pessoa física ou jurídica estrangeira ou a pessoa jurídica sob controle estrangeiro, que também não poderão ser subcontratadas por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras.

Cumpre-nos analisar a matéria, nos aspectos de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e também o exame de mérito, que foi deferido a esta Comissão.

Não há, a nosso ver, óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa para a aprovação das emendas propostas.

No que pertine ao mérito das Emendas nºs. 2 e 4 a 10, as duntas justificações invocadas pelo autor nos induz a acolhê-las, por melhor se amoldarem o seu conteúdo aos objetivos e procedimentos caracterizados no projeto. Quanto à

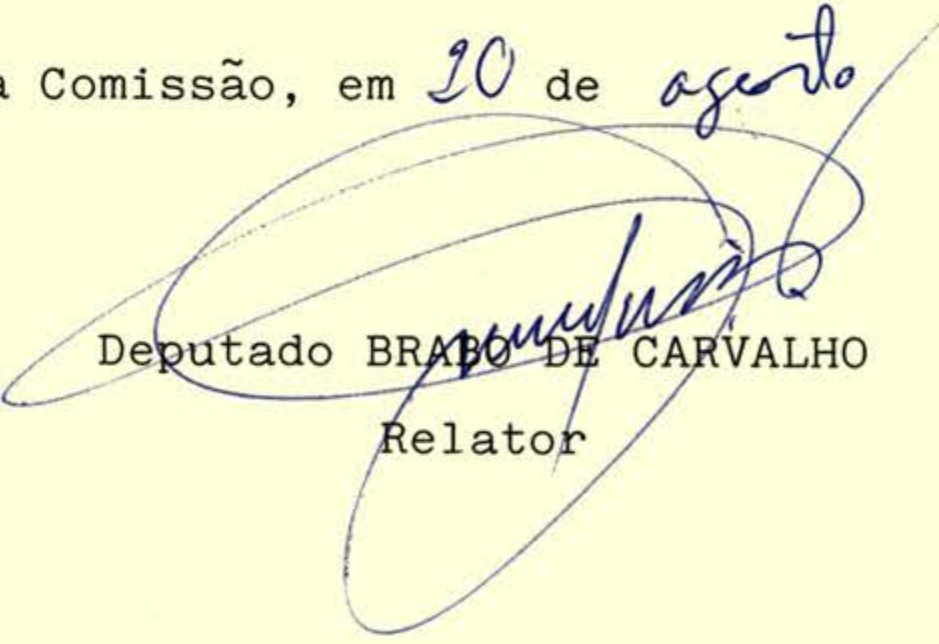


Emenda nº 3, que não se encontra devidamente justificada, somos de parecer que a mesma cria uma restrição que, se por um lado é louvável, por vir em benefício do empresariado genuinamente nacional, por outro é perigosamente prejudicial aos objetivos do projeto, tendo em vista que as técnicas e práticas de remoção de coisas e bens afundados podem não estar devidamente dominadas pelas empresas nacionais do ramo, que também poderão não estar devidamente aparelhadas de maquinária moderna, pondo em risco o êxito de empreendimentos ou a relação custo/benefício dos mesmos.

II - VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas de Plenário nºs. 1 a 10, com a ressalva de que a Emenda nº 1 corresponde às Emendas nºs 2 e 4 a 10, e, salvo restrições à Emenda nº 3, de reconhecimento de seus aspectos meritórios.

Sala da Comissão, em 10 de agosto de 1985


Deputado BRÁLIO DE CARVALHO
Relator

/amnf



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 2.680-A, DE 1983

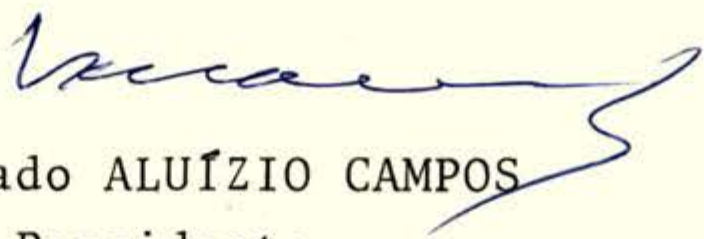
PARECER DA COMISSÃO


A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião ordinária de sua Turma "B" realizada hoje, ao apreciar as emendas oferecidas em Plenário ao Projeto de Lei nº 2.680-A/83, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição da emenda nº 3 e aprovação das demais, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Aluizio Campos - Presidente, Brabo de Carvalho, Jorge Arbage, João Gilberto, Plínio Martins, Raimundo Leite, Francisco Amaral, Valmor Giavarina, Bonifácio de Andrada, Gomes da Silva, Gerson Peres, Guido Moesch, Celso Barros e Nilson Gibson.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 1985


Deputado ALUÍZIO CAMPOS
Presidente


Deputado BRABO DE CARVALHO
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.680-B, DE 1.983

(DO PODER EXECUTIVO)

MENSAGEM Nº 414/83

Dispõe sobre a Pesquisa, Exploração, Remoção e Demolição de Coisas ou Bens Afundados, Submersos, Encalhados e Perdidos em Águas sob Jurisdição Nacional, em Terrenos de Marinha e Seus Acrescidos e em Terrenos Marginais, em decorrência de Sinistro, Alijamento ou Fortuna do Mar, e dá outras providências; tendo parecer, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das de nºs 1,2,4,5,6,7,8,9 e 10 e rejeição, no mérito, da nº 3.

(PROJETO DE LEI Nº 2.680-A, DE 1983, emendado em Plenário, GER 20.01.0007,6 - (FEV/85) a que se refere o parecer).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.680-A, de 1983

(Do Poder Executivo)

MENSAGEM N.º 414/83

Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob Jurisdição Nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências; tendo parecer, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

(Projeto de Lei n.º 2.680, de 1983, a que se refere o parecer.)

Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, são submetidos às disposições desta Lei.

Art. 2.º Compete ao Ministério da Marinha a coordenação, o controle e a fiscalização das operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, e em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único. O Ministro da Marinha poderá delegar a execução de tais serviços a outros órgãos federais, estaduais,

municipais e, por concessão, a particulares, em áreas definidas de jurisdição.

Art. 3.º As coisas ou bens, referidos no art. 1.º, serão considerados como perdidos quando o seu responsável:

I — declarar à Autoridade Naval que o considera perdido; e

II — não for conhecido, estiver ausente ou não manifestar sua disposição de providenciar, de imediato, a flutuação ou recuperação da coisa ou bem mediante operação de Assistência e Salvamento.

Art. 4.º O responsável por coisas ou bens, referidos no art. 1.º, poderá solicitar à Autoridade Naval licença para pesquisá-los, explorá-los, removê-los ou demolir-los, no todo ou em parte.

Art. 5.º A Autoridade Naval, a seu exclusivo critério, poderá determinar ao responsável por coisas ou bens, referidos no art. 1.º, sua remoção ou demolição, no todo ou em parte, quando constituírem ou vierem a constituir perigo, obstáculo à navegação ou ameaça de danos a terceiros ou ao meio ambiente.

Parágrafo único. A Autoridade Naval fixará prazos para início e término da remoção ou demolição, que poderão ser alterados, a seu critério.

Art. 6.º O direito estabelecido no art. 4.º prescreverá em 5 (cinco) anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna do mar.



Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo ficará suspenso quando:

I — o responsável iniciar a remoção ou demolição; e

II — a Autoridade Naval determinar a remoção ou demolição; e

III — a remoção ou demolição for interrompida mediante protesto judicial.

Art. 7.º Decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna do mar, sem que o responsável pelas coisas ou bens, referidos no art. 1.º, tenha solicitado licença para sua remoção ou demolição será considerado como presunção legal de renúncia à propriedade, passando as coisas ou os bens ao domínio da União.

Art. 8.º O responsável pelas coisas ou bens, referidos no art. 1.º, poderá ceder a terceiros seus direitos de disposição sobre os mesmos.

§ 1.º cedente e o cessionário são solidariamente responsáveis pelos riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio ambiente, decorrentes da existência das coisas ou bens referidos no art. 1.º ou conseqüentes das operações de sua remoção ou demolição.

§ 2.º A cessão deverá ser comunicada à Autoridade Naval, sob pena de ser anulado o ato.

Art. 9.º A determinação de remoção ou demolição de que trata o art. 5.º será feita:

I — por intimação pessoal, quando o responsável tiver paradeiro conhecido no País ou

II — por edital, quando o responsável tiver paradeiro ignorado, incerto ou desconhecido, quando não estiver no País, quando se furtar à intimação pessoal ou quando for desconhecido.

§ 1.º A intimação de responsável estrangeiros deverá ser feita através de edital, enviando-se cópia à Embaixada ou ao Consulado de seu país de origem, ou caso conhecido, daquele que residir.

§ 2.º edital, com prazo de 15 dias, será publicado, uma vez no **Diário Oficial** da União, em jornal de grande circulação da capital da Unidade da Federação onde se encontrem as coisas ou bens, em jornal da cidade portuária mais próxima ou de menor importância do Estado e em jornal no Rio de Janeiro, caso as coisas ou os bens se encontrem afastados da costa ou nas proximidades de ilhas oceânicas.

Art. 10. A Autoridade Naval poderá assumir as operações de pesquisa, exploração,

remoção ou demolição das coisas ou bens, referidos no art. 1.º, por conta e risco de seu responsável, caso este não tenha providenciado ou conseguido realizar estas operações, dentro dos prazos legais estabelecidos.

Art. 11. A Autoridade Naval determinará que o responsável, antes de dar início à pesquisa, exploração, remoção ou demolição solicitadas ou determinadas, das coisas ou bens, referidos no art. 1.º, adote providência imediatas e preliminares para prevenir, reduzir ou controlar os riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio ambiente.

§ 1.º A providência determinada deverá consistir:

I — na manutenção, se possível, a bordo, ou em local próximo à embarcação, de seu Comandante ou de um Oficial ou um Tripulante; e

II — demarcação ou sinalização das coisas ou dos bens.

§ 2.º Na falta de atendimento imediato de tais providências, ou quando for impraticável ou não houver tempo para intimar o responsável, a Autoridade Naval poderá adotar providências por conta e risco do responsável.

Art. 12. A Autoridade Naval poderá empregar seus próprios meios ou contratar terceiros para executar as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição de coisas ou bens, referidos no art. 1.º, no exercício do direito a que se referem o art. 10 e o § 2.º do art. 11.

§ 1.º No contrato com terceiros poderá constar cláusula determinando o pagamento, no todo ou em parte, com as coisas ou bens recuperados ou removidos, ressalvado o direito do responsável de reaver a posse, até 30 (trinta) dias após a recuperação, mediante pagamento do valor da fatura, do seguro ou do mercado, o que for maior, da mesma coisa ou bem, além do pagamento do que faltar para reembolso integral das despesas havidas ou contratadas para a operação executada.

§ 2.º Na falta de disposição em contrário no contrato ou sendo a recuperação feita pela Autoridade Naval, as coisas ou bens, nacionais ou nacionalizadas, resgatados serão imediatamente vendidos em licitação ou hasta pública, dando-se preferência na arrematação àquele que efetuou a remoção ou recuperação, ressalvado o direito do responsável de reaver sua posse, na forma e no prazo estabelecidos no parágrafo anterior.



Art. 13. O responsável pelas coisas ou bens, referidos no art. 1.º, seu cessionário e o segurador, que tenham coberto especificamente os riscos de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens, permanecerão solidariamente reponsáveis:

I — pelos danos que venham provocar, direta ou indiretamente, à segurança da navegação, a terceiros ou ao meio ambiente, até que as coisas ou os bens sejam removidos ou demolidos, ou até que sejam incorporados ao domínio da União pelo decurso do prazo de 5 (cinco) anos a contar do sinistro; e

II — pelo que faltar para reembolsar ou indenizar a União, quando a Autoridade Naval tiver atuado conforme disposto nos art. 10 e § 2.º do art. 11.

§ 1.º No caso de uma embarcação, o seu responsável responderá, solidariamente, com o responsável pela carga, pelos danos que a carga possa provocar à segurança da navegação, a terceiros e ao meio ambiente.

§ 2.º No caso de haver saldo a favor do responsável pelas coisas ou bens, após a disposição das coisas e dos bens recuperados e depois de atendida a disposição do item II deste artigo, o saldo será mantido pela Autoridade Naval, à disposição do interessado, até 5 (cinco) anos a contar da data do sinistro, depois do que será considerado como receita da União.

§ 3.º As responsabilidades de que tratam o item I e o § 1.º deste artigo permanecerão, mesmo nos casos em que os danos sejam decorrentes das operações realizadas pela Autoridade Naval, conforme autorizado pelo art. 1.º e § 2.º do art. 11.

Art. 14. No caso de uma embarcação que contiver carga e que em decorrência de sinistro ou fortuna do mar se encontrar em uma das situações previstas no art. 1.º, será adotado o seguinte procedimento:

I — não havendo manifestação de interesse por parte do responsável pela carga, o responsável pela embarcação poderá solicitar autorização para remoção ou recuperação da carga ou ser intimado pela Autoridade Naval a remover a carga, juntos ou separadamente da embarcação; e

II — o responsável pela carga poderá solicitar à Autoridade Naval autorização para sua remoção ou recuperação, independente de pedido por parte do responsável pela embarcação.

§ 1.º A Autoridade Naval poderá, a seu critério, exigir a remoção da carga intimando o seu responsável e o da embarcação, juntos ou separadamente.

§ 2.º A Autoridade Naval poderá negar autorização ao responsável pela carga, para sua remoção ou recuperação, quando, a seu critério concluir haver sério risco de resultar em modificação de situação em relação à embarcação, que venha a tornar mais difícil ou onerosa sua remoção.

§ 3.º A Autoridade Naval, ao assumir a operação de remoção da embarcação, poderá aceitar, a seu critério, a colaboração ou participação do responsável interessado pela recuperação da carga.

Art. 15. Ao solicitar autorização para a pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens, referidos no art. 1.º, o responsável deverá indicar:

I — os meios de que dispõe, ou pretende obter, para a realização das operações;

II — a data em que pretende dar início às operações e a data esperada de seu término;

III — o processo a ser empregado; e

IV — se a recuperação será total ou parcial.

§ 1.º A Autoridade Naval poderá vetar o uso de meios ou processos que, a seu critério, representem riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, para terceiros ou para o meio ambiente.

§ 2.º A Autoridade Naval poderá condicionar a autorização, à remoção, pelo responsável, de todas as coisas ou bens, e não parte deles, bem como de seus acessórios e remanescentes ou, quando se tratar de embarcação, também de sua carga.

§ 3.º A Autoridade Naval fiscalizará as operações e, na hipótese de que o responsável venha a abandoná-las sem completar a remoção do todo determinado, poderá substituí-lo nos termos do art. 10.

Art. 16. A Autoridade Naval poderá conceder, a quem o requeira, autorização para a remoção ou exploração, no todo ou em parte, de coisas ou bens, referidos no art. 1.º, que tenham passado ao domínio da União.

§ 1.º O pedido de autorização para exploração ou remoção deverá ser antecedido por pedido de autorização para pesquisa de coisas ou bem.

§ 2.º Havendo mais de um pedido de exploração ou remoção, em relação à mesma coisa ou bem, apresentados no prazo de intimação ou do edital a que se refere o § 3.º deste artigo, terão preferência, independente de prazos para início e fim das



operações, mas desde que ofereçam as mesmas condições econômicas para a União:

I — em primeiro lugar, aquele que, devidamente autorizado a pesquisar, tenha localizado a coisa ou o bem; e

II — em segundo lugar, o antigo responsável pela coisa ou pelo bem.

§ 3.º Para que possam manifestar sua preferência, se assim o desejarem, deverão aqueles mencionados nos itens I e II, do § 2.º deste artigo, ser intimados, pessoalmente ou por editais, obedecendo-se, no que couber, as regras estabelecidas no art. 9.º e seus parágrafos. O custo das intimações ou publicações de editais, correrá por conta dos interessados.

§ 4.º As intimações ou editais darão o prazo de 15 (quinze) dias para que aqueles mencionados nos itens I e II, do § 2.º deste artigo, manifestem seu desejo de preferência. Manifestada a preferência, a Autoridade Naval decidirá de acordo com o que dispõe o § 2.º deste artigo.

Art. 17. A Autoridade Naval, quando for de seu interesse, poderá pesquisar, explorar, remover e demolir quaisquer coisas ou bens, referidos no art. 1.º, já incorporados ao domínio da União.

Art. 18. A Autoridade Naval, no exame de solicitação de autorização para pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens, referidos no art. 1.º, levará em conta os interesses da preservação do local, das coisas ou dos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, a segurança à navegação e o perigo de danos a terceiros e ao meio ambiente.

Parágrafo único. A autorização de pesquisa não dá ao interessado o direito de alterar o local em que foi encontrado a coisa ou o bem, suas condições, ou de remover qualquer parte.

Art. 19. A Autoridade Naval, ao conceder autorização para pesquisa, fixará prazos para o seu início e término, que poderão ser alterados, a seu critério.

§ 1.º A Autoridade Naval, a seu critério poderá autorizar que mais de um interessado efetue pesquisas e tente a localização de coisas ou bens.

§ 2.º O autorizado a realizar operações de pesquisa manterá a Autoridade Naval informada do desenvolvimento das operações, e, em especial, de seus resultados e achados.

Art. 20. As coisas e os bens resgatados, de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, permanecerão no domínio da

União, não sendo passíveis de apropriação, adjudicação, doação, alienação direta ou através de licitação ou hasta pública, e a eles não serão atribuídos valores para fins de fixação de pagamento a concessionário.

Art. 21. O contrato ou ato de autorização de remoção ou exploração poderá prever como pagamento ao concessionário:

I — soma em dinheiro;

II — soma em dinheiro, proporcional ao valor das coisas e dos bens que vierem a ser recuperados, desprovidos de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico;

III — adjudicação de parte dos bens que vierem a ser recuperados, desprovidos de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico; e

IV — pagamento a ser fixado diante do resultado de remoção ou exploração, conforme as regras estabelecidas para fixação de pagamento por Assistência e Salvamento, no que couber.

§ 1.º Serão decididos por arbitragem os pagamentos previstos nos itens II e IV, deste artigo, que não estejam ajustados em contrato ou acordo.

§ 2.º Salvo a parte das coisas e dos bens adjudicados ao concessionário, de conformidade com o item III deste artigo, todas as demais coisas ou bens desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, que venham a ser removidos, terão sua destinação dada pela Autoridade Naval, a seu critério, ou serão alienados, pela mesma Autoridade, em licitação ou hasta pública, tendo preferência, preço por preço, o concessionário, em primeiro lugar, e o antigo responsável, em segundo lugar.

§ 3.º O valor das coisas e dos bens que vierem a ser removidos poderá ser fixado no contrato ou ato de concessão, antes do início ou depois do término das operações de remoção.

Art. 22. A Autoridade Naval poderá cancelar a autorização se:

I — o autorizado não tiver dado início às operações dentro do prazo estabelecido no ato de autorização, ou, no curso das operações, não apresentar condições para lhes dar continuidade;

II — verificar, durante as operações, o surgimento de riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, de danos a terceiros, inclusive aos que estiverem trabalhando nas operações, e ao meio ambiente; e

III — verificar, durante as operações, que o processo ou os meios empregados estão



causando ou poderão causar prejuízo às coisas ou aos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, ou danificar local que deva ser preservado pelos mesmos motivos.

Parágrafo único. Nenhum pagamento será devido ao autorizado, pelo cancelamento da autorização, salvo quando já tenha havido coisas ou bens, desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, recuperados, situação em que tais coisas ou bens poderão ser adjudicados ou entregue o produto de sua venda, mesmo que em proporção inferior ao previsto no contrato ou ato de autorização, para pagamento e compensação do autorizado.

Art. 23. Independente da forma de pagamento contratada, toda e qualquer coisa ou bem recuperado, mesmo os destituídos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico deverão ser entregues, tão logo recuperados, à Autoridade Naval. O autorizado, como depositário, será o responsável pela guarda e conservação dos bens recuperados, até efetuar a sua entrega.

Art. 24. O autorizado para uma remoção, quando na autorização constar que a coisa ou bem deve ser totalmente removido, permanecerá responsável pela operação até a sua completa remoção. A Autoridade Naval poderá intimá-lo a completar a remoção, nos prazos estabelecidos na autorização, bem como poderá substituí-lo, por sua conta e risco, para terminar a remoção, se necessário.

Art. 25. O autorizado ou contratado estará sujeito às mesmas regras de responsabilidade que se aplicam, na forma do art. 13, ao responsável, seu cessionário e o segurador autorizados ou compelidos a efetuar remoção ou demolição de coisas ou de bens, referidos no art. 1.º

Art. 26. A Autoridade Naval poderá exigir, do interessado e requerente de autorização para pesquisa, uma caução, em valor por ela arbitrado, como garantia das responsabilidades do autorizado.

Art. 27. Nos casos em que exista interesse público na remoção ou demolição de embarcações ou quaisquer outras coisas ou bens, referidos no art. 1.º, e já incorporados ao domínio da União, a Autoridade Naval poderá vendê-los, em licitação ou hasta pública, a quem se obrigue a removê-los ou demoli-los no prazo determinado pela Autoridade Naval.

Art. 28. Aquele que achar quaisquer coisas ou bens, referidos no art. 1.º, em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos mar-

ginais, não estando presente o seu responsável, fica obrigado a:

I — não alterar a situação das referidas coisas ou bens, salvo se for necessário para colocá-los em segurança; e

II — comunicar imediatamente o achado à Autoridade Naval, fazendo a entrega das coisas e dos bens que tiver colocado em segurança e dos quais tiver a guarda ou posse.

Parágrafo único. Não caberá a quem achar coisas ou bens, desde que nos locais estabelecidos no art. 1.º, invocar em seu benefício as regras do Código Civil que tratam da invenção e do tesouro.

Art. 29. As coisas e os bens referidos no art. 1.º, nas condições previstas no artigo anterior, serão arrecadados e ficarão sob a custódia da Autoridade Naval, que poderá entregá-los, quando nacionais ou nacionalizadas, aos seus responsáveis.

§ 1.º Não sendo as coisas e os bens reclamados por seus responsáveis, no prazo de 30 (trinta) dias da arrecadação, a Autoridade Naval poderá declará-los perdidos.

§ 2.º As coisas e os bens que ainda não tenham sido alienados pela Autoridade Naval poderão ser reclamados e entregues aos seus responsáveis, pagando o interessado as custas e despesas de guarda e conservação.

§ 3.º As coisas e os bens de difícil guarda e conservação poderão ser alienados em licitação ou hasta pública pela Autoridade Naval. O produto da alienação será guardado pela Autoridade Naval pelo prazo de 6 (seis) meses, à disposição do responsável pela coisa ou bem. Decorrido o prazo, o produto da alienação será convertido em receita da União.

Art. 30. As coisas e os bens de que trata o art. 1.º, quando identificados pela Autoridade Naval como de procedência estrangeira, serão por esta encaminhados à Secretaria da Receita Federal para aplicação da legislação fiscal.

Art. 31. As autorizações concedidas, até a data da promulgação desta Lei, para a pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens referidos no art. 1.º, não ficarão prejudicadas, ficando os interessados, no entanto, sujeitos às normas desta Lei.

Art. 32. As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistros, alijamento ou fortuna do mar ocorrido há mais de 20 (vinte) anos da data de publi-



cação desta Lei, e cujos responsáveis não venham requerer autorização para pesquisa para fins de remoção, demolição ou exploração, no prazo de um ano a contar da data da publicação desta Lei, serão considerados, automaticamente, incorporados ao domínio da União.

Art. 33. Das decisões proferidas, nos termos e em relação à matéria tratada nesta Lei caberá pedido de reconsideração à própria Autoridade Naval ou recurso à instância imediatamente superior àquela que proferiu a decisão, sem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Para fins da presente Lei, o Ministro da Marinha é considerado a instância final, na esfera da Administração Pública, para recursos às decisões da Autoridade Naval.

Art. 34. São consideradas Autoridades Navais, para fins da presente Lei, as do Ministério da Marinha, conforme as atribuições definidas nos respectivos regulamentos.

Art. 35. O Ministro da Marinha, sem prejuízo da aplicação imediata do estabelecido nesta Lei, baixará e manterá atualizadas instruções necessárias à execução desta Lei.

Art. 36. As infrações do Código Penal, sem prejuízo da aplicação de outras previstas na legislação vigente.

Art. 37. Ficam revogados os arts. 731 a 739 da Lei n.º 556, de 25 de junho de 1850, Código Comercial Brasileiro; o art. 5.º do Decreto-lei n.º 1.284, de 18 de maio de 1939, o Decreto-lei n.º 235, de 2 de fevereiro de 1938; o Decreto-lei n.º 8.256, de 30 de novembro de 1945, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 1.471, de 21 de novembro de 1951; a letra p) do art. 3.º da Lei n.º 4.213, de 14 de fevereiro de 1963; o Título XXI do Livro V do Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939 (arts. 769 a 771) e o item XIV do art. 1.218 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil — e demais disposições em contrário.

Art. 38. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, DF, de de 1983; 162.º da Independência e 95.º da República.

LEGISLAÇÃO CITADA,

LEI N.º 536, DE 25 DE JUNHO DE 1850

Código Commercial do Imperio do Brazil.

D. Pedro II por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitu-

cional e Defensor Perpetuo do Brazil; Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléia Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

CODIGO COMMERCIAL DO IMPERIO DO BRAZIL

PARTE I

Do commercio em geral

TÍTULO I

Dos commerciantes

CAPITULO I

Das qualidades necessárias para ser Commerciantes

.....
DECRETO-LEI N.º 235,
DE 2 DE FEVEREIRO DE 1938

Remoção de embarcações naufragadas ou encalhadas e de cascos abandonados.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e atendendo à necessidade de definir a competência dos Ministérios da Marinha e da Viação e Obras Públicas quanto à promoção de remoção de embarcações naufragadas ou encalhadas e de cascos abandonados, decreta:

Art. 1.º A promoção das providências necessárias a remoção de embarcações naufragadas ou encalhadas e de cascos abandonados, observadas as normas disciplinadas pela legislação vigente, compete:

a) ao Ministério da Viação e Obras Públicas representado pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, nos trechos dos portos organizados ou em suas vias de acesso nos quais operam os navios para atracação e desatracação das instalações portuárias existentes;

b) ao Ministério da Marinha, representado pelas Capitanias dos Portos, em todos os demais casos não atribuídos ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Os armadores ficam obrigados, pelas embarcações sob suas responsabilidades, ao custeio das despesas com a remoção de que trata o artigo anterior.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1968, 117.º da Independência e 50.º da República.
.....



DECRETO-LEI N.º 1.284,
DE 18 DE MAIO DE 1939

Cria a Comissão de Metalurgia, e dá outras providências.

.....

Art. 5.º A exploração dos metais de cascos de navios submersos, encalhados ou abandonados só será permitida com audiência da Comissão, respeitada a preferência para a indústria bélica.

.....

DECRETO-LEI N.º 1.608,
DE 18 DE SETEMBRO DE 1939

Código de Processo Civil.

.....

TÍTULO XXI

Dos salvados marítimos

Art. 769. Quando a venda dos salvados marítimos não se puder realizar sem autorização do juiz, o produto do leilão, salvo dispositivo legal em contrário, será depositado, por conta daquele a quem pertencer.

A venda não se efetuará sem a assistência do empregado fiscal, preposto às operações de salvamento.

Art. 770. A decisão de qualquer dúvida ou reclamação sobre a entrega dos salvados, ou do seu produto, compete privativamente ao juiz de direito da comarca onde o naufrágio ocorrer.

Parágrafo único. Se o navio naufragado pertencer a nação estrangeira que com o Brasil tenha celebrado tratado ou convenção sobre o assunto, e tenha na comarca agente consular, observar-se-á o que houver sido tratado ou convencionado.

Art. 771. O produto líquido do leilão feito pela autoridade alfandegária, reunido aos fretes recebidos pelo gestor, e os salvados remanescentes serão depositados judicialmente, por conta daquele a quem pertencerem, à disposição do juiz, e a este serão remetidas cópias autênticas do auto do sinistro, do inventário dos salvados arrecadados e das contas de todas as vendas efetuadas, além de relação das despesas, créditos e direitos pagos ou deduzidos do produto das vendas.

.....

DECRETO-LEI N.º 8.256,
DE 30 DE NOVEMBRO DE 1945

Cria no Ministério da Marinha o Departamento Administrativo de Recuperação do Material (DARM), e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição.

Decreta:

Art. 1.º É criado no Ministério da Marinha um Departamento Administrativo de Recuperação do Material (DARM), diretamente subordinado ao Ministro da Marinha, com a finalidade econômica de promover o aproveitamento de todo o material naval, manufaturado ou não, considerado inservível para a finalidade especificada.

Art. 2.º Para o objetivo definido no art. 1.º o DARM fará arrecadar ao seu parque industrial todo o material inservível aos navios, corpos e estabelecimentos, seja ele inútil ou não, desde que tenha matéria-prima utilizável.

§ 1.º Os navios, corpos e estabelecimentos farão recolher ao DARM, mediante remessa, todo o material nas condições referidas neste artigo.

§ 2.º Esse material depois de arrecadado pelo DARM será periciado e classificado, para nova aplicação ou aproveitamento.

Art. 3.º O DARM, de acordo com a sugestão dos peritos promoverá os meios necessários para a restauração ou readaptação do material, para posterior suprimento mediante requisição.

§ 1.º O material restaurado ou readaptado deverá ser novamente avaliado para fins de cargo ao responsável.

§ 2.º O material recolhido ao DARM que não possa ter mais aplicação na Marinha poderá ser por ele alienado.

Art. 4.º Os cascos dos navios que tiverem baixa do serviço da Armada e não tenham aplicação na Marinha serão alienados pelo DARM, mediante concorrência pública.

Art. 5.º Os cascos metálicos de navios submersos ou encalhados e definitivamente abandonados ficarão sob o controle do DARM que poderá autorizar a sua exploração, por pessoa considerada idônea, me-



diante concorrência e contrato lavrado com o Ministério da Marinha.

§ 1.º As concessões para essa exploração deverão compreender, entre outras, a obrigação por parte do concessionário de desobstruir o local, se se tratar de porto, canal, via de acesso ou de perigo à navegação.

§ 2.º No contrato a ser firmado deverá sempre constar a obrigatoriedade ao concessionário de recolher ao DARM uma caução, arbitrada sobre o valor do casco acrescido do valor da carga útil.

§ 3.º Essa caução só poderá ser levantada depois do certificado da Capitania dos Portos de que o contrato fielmente observado, e caducará em favor do Fundo Naval se, esgotado o prazo do contrato, não tiver o mesmo sido cumprido ou tenha sido verificado má fé ou negligência por parte do concessionário.

§ 4.º A adjudicação será conferida a quem maiores vantagens oferecer na proposta, ficando o Ministério da Marinha com opção de compra do material recuperado.

Art. 6.º A remoção de cascos não metálicos submersos ou encalhados ficará sob a jurisdição e competência das Capitâncias de Portos ou Departamento de Portos, Rios e Canais, conforme a sua localização.

Art. 7.º A venda a pessoa natural ou jurídica de material inservível, pertencente ao Ministério da Marinha, só poderá se processar pelo DARM.

Art. 8.º A renda arrecadada pelo DARM será aplicada na recuperação do material, devendo o saldo ser recolhido ao Fundo Naval.

Art. 9.º Fica extinta a Comissão de Metalurgia, a que se refere o Decreto-lei n.º 1.284, de 18 de maio de 1939 e assim liberado o comércio e as transações sobre metais que eram por ela controlados e de propriedade estranha ao Ministério da Marinha.

Art. 10. O Ministro da Marinha deverá elaborar o Regulamento para a execução deste decreto-lei, submetendo-o oportunamente a aprovação do Presidente da República.

Art. 11. O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1945;
124.º da Independência e 57.º da República.

LEI N.º 1.471,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 1951

Extingue o Departamento Administrativo de Recuperação do Material, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É extinto o Departamento Administrativo de Recuperação do Material.

Art. 2.º As atribuições do referido Departamento são transferidas para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

LEI N.º 4.213,
DE 14 DE FEVEREIRO DE 1963

Reorganiza o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, dando-lhe a denominação de Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, disciplina a aplicação do Fundo Portuário Nacional, e dá outras providências.

Art. 3.º Ao DNPVN compete especialmente:

p) promover a retirada de cascos e outros objetos submersos que obstruam ou impeçam a navegação dos portos e vias navegáveis, e decidir sobre a disposição dos salvados;

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

(Lei n.º 5.869, de 11-1-1973, com as retificações da Lei n.º 5.925, de 1-10-1973)

Art. 1.218. Continuam em vigor até serem incorporados nas leis especiais os procedimentos regulados pelo Decreto-lei número 1.608, de 18 de setembro de 1939, concernentes:

I — ao loteamento e venda de imóveis a prestações (arts. 345 a 349);

* Vide art. 1.º da Lei n.º 6.014, de 27 de dezembro de 1973.

II — ao despejo (arts. 350 a 353);

III — à renovação de contrato de locação de imóveis destinados a fins comerciais (arts. 354 a 365);



* Vide arts. 12 e 13 a Lei n.º 6.014, de 27-12-1973.

IV — ao Registro Torrens (arts. 457 a 464);

* Vide arts. 278 e seguintes da Lei n.º 6.015, de 31-12-1973.

V — às averbações ou retificações do registro civil (arts. 595 a 599);

* Vide arts. 93 a 114 da Lei n.º 6.015, de 31-12-1973.

VI — ao bem de família (arts. 647 a 651);

* Vide arts. 261 e seguintes da Lei n.º 6.015, de 31-12-1973.

VII — à dissolução e liquidação das sociedades (arts. 655 a 674);

VIII — à habilitação para casamento (artigos 742 a 745);

* Vide arts. 68 e seguintes da Lei n.º 6.015, de 31-12-1973.

IX — ao dinheiro a risco (arts. 754 e 755);

X — à vistoria de fazendas avariadas (art. 756);

XI — à apreensão de embarcações (artigos 757 a 761);

XII — à avaria a cargo do segurador (arts. 762 a 764);

XIII — às avarias (arts. 765 a 768);

XIV — aos salvados marítimos (arts. 769 a 771);

XV — às arribadas forçadas (arts. 772 a 775).

MENSAGEM N.º 414, DE 1983
DO PODER EXECUTIVO

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do art. 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição do Senhor Ministro de Estado da Marinha, o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

Brasília, 16 de novembro de 1983. —

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 95, DE 30
DE AGOSTO DE 1983, DO MINISTÉRIO
DA MARINHA

Excelentíssimo Senhor Presidentes da República:

O Direito Marítimo Brasileiro ressent-se há muito de legislação atualizada reguladora das atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro ou fortuna do mar.

Nossa legislação fundamenta-se no Código Comercial de 1850, na Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Renda de 1894 e em Decretos-lei de 1938, 1939 e 1945, dispositivos esses que pelas próprias datas de edição já evidenciam obsolescência. Por outro lado, no campo do Direito Internacional, o Brasil se fez signatário da Convenção de Bruxelas de 1910, cuja promulgação foi formalizada pelo Decreto n.º 10.773, de 10 de fevereiro de 1914, embora durante todo esse período não tenha havido a devida adequação da lei interna.

A Marinha, na tentativa de contribuir para preencher lamentável lacuna da nossa legislação, realizou estudos com a participação de entidades ligadas ao setor, dentre as quais citamos a Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Associação dos Armadores Brasileiros de Longo Curso, Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (SINDARMA), Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM), Empresa Brasileira de Petróleo (PETROBRÁS) e Empresa de Portos do Brasil (PORTOBRÁS), que indicaram a conveniência de elaborar um diploma legal sobre o assunto.

Tal documento, o Anteprojeto de Lei que a esta acompanha, foi ainda apreciado pelos Ministérios da Justiça e da Fazenda, cujas sugestões e recomendações foram incorporadas ao texto inicial.

Assim sendo, tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.^a meus protestos de distinta conside-



ração. Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, Ministro da Marinha.

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

I — Relatório

Através da Mensagem n.º 414/83, o Presidente da República remeteu ao Congresso este projeto de lei que disciplina a pesquisa, exploração, remoção e demolição das coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

O projeto contém 38 artigos disciplinando, minudentemente, as diferentes hipóteses.

A Mensagem veio acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro da Marinha.

É o relatório.

II — Voto do Relator

Quanto às preliminares de admissibilidade, nada a opor quanto à tramitação legislativa deste projeto, eis que se trata de matéria da competência legislativa da União (art. 8.º, item XVII, alínea b da Lei Maior), a ser objeto de lei ordinária (art. 46, item III do Estatuto Político), sendo legítima a iniciativa (art. 56 do Código Fundamental).

A técnica legislativa utilizada não merece reparos.

Relativamente ao mérito, permito-me endossar significativo trecho da Exposição de Motivos, por si só esclarecedor:

“Nossa legislação fundamenta-se no Código Comercial de 1850, na Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Renda, de 1894, e em Decretos-lei de 1938, 1939 e 1945, dispositivos esses que pelas próprias datas de edição já evidenciam obsolescência. Por outro lado, no campo do Direito Internacional, o Brasil se fez signatário da Convenção de Bruxelas de 1910, cuja promulgação foi formalizada pelo Decreto n.º 10.773, de 10 de fevereiro de

Lote: 59

Caixa: 90

PL N.º 2680/1983

74

1914, embora durante todo esse período não tenha havido a devida adequação da lei interna.

A Marinha, na tentativa de contribuir para preencher lamentável lacuna da nossa legislação, realizou estudos com a participação de entidades ligadas ao setor, dentre as quais citamos a Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Associação Brasileira dos Armadores de Longo Curso, Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (SINDARMA), Empresa Brasileira de Petróleo (PETROBRÁS) e Empresa Brasileira de Porto (PORTOBRÁS), que indicaram a conveniência de elaborar um diploma legal sobre o assunto.”

Face ao exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste Projeto de Lei n.º 2.680/83.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 1983.
— Djalma Bessa, Relator.

III — Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei n.º 2.680/83, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Bonifácio de Andrada, Presidente; Brabo de Carvalho, Vice-Presidente; Hamilton Xavier, Raimundo Leite, Jorge Carone, Celso Barros, Osvaldo Melo, Ronald Canedo, Djalma Bessa, Nilson Gibson, Otávio Cesário, Guido Moesch, Valmor Giavarina, Rondon Pacheco, Francisco Benjamim, José Genoino, Ademir Andrade, João Gilberto, José Burnett, Mário Assad, Celso Peçanha, Francisco Amaral, Antônio Dias, Gorgônio Neto, Pimenta da Veiga e Armand Pinheiro.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 1983.
— Bonifácio de Andrada, Presidente — Djalma Bessa, Relator.

Artos os artigos 1º, 3º, 8º e 9º constante da emenda n° 1 de plenário; as emendas n° 2, 3, 5, 9 e 10 de plenário e o projeto rejeitadas os artigos 2º, 4º, 5º, 6º e 7º, constante emenda n° 1 de plenário; e as emendas n° 4, 6, 7 e 8 de plenário; a redação



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.680-B, de 1983

(Do Poder Executivo)
MENSAGEM N.º 414/83



Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acréscimos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. Parecer às emendas de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das de n.ºs 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 e rejeição, no mérito, da de n.º 3.

(Projeto de Lei n.º 2.680-A, de 1983, emendado em Plenário, a que se refere o parecer.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acréscimos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, são submetidos às disposições desta Lei.

Art. 2.º Compete ao Ministério da Marinha a coordenação, o controle e a fiscalização das operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados

e perdidos em águas sob jurisdição nacional, e em terrenos de marinha e seus acréscimos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único. O Ministro da Marinha poderá delegar a execução de tais serviços a outros órgãos federais, estaduais, municipais e, por concessão, a particulares, em áreas definidas de jurisdição.

Art. 3.º As coisas ou bens, referidos no art. 1.º serão considerados como perdidos quando o seu responsável:

I — declarar à Autoridade Naval que o considera perdido; e

II — não for conhecido, estiver ausente ou não manifestar sua disposição de providenciar, de imediato, a flutuação ou recuperação da coisa ou bem mediante operação de Assistência e Salvamento.

Art. 4.º O responsável por coisas ou bens, referidos no art. 1.º, poderá solicitar à Autoridade Naval licença para pesquisá-los, explorá-los, removê-los ou demolí-los, no todo ou em parte.

Art. 5.º A Autoridade Naval, a seu exclusivo critério, poderá determinar ao responsável por coisas ou bens, referidos no art. 1.º, sua remoção ou demolição, no todo ou em parte, quando constituírem ou vierem a constituir perigo, obstáculo à navegação ou ameaça de danos a terceiros ou ao meio ambiente.



§ 2.º Na falta de disposição em contrário no contrato ou sendo a recuperação feita pela Autoridade Naval, as coisas ou bens, nacionais ou nacionalizadas resgatados serão imediatamente vendidos em licitação ou hasta pública, dando-se preferência na arrematação àquele que efetuou a remoção ou recuperação, ressalvado o direito do responsável de reaver sua posse, na forma e no prazo estabelecidos no parágrafo anterior.

Art. 13. O responsável pelas coisas ou bens, referidos no art. 1.º, seu cessionário e o segurador, que tenham coberto especificamente os riscos de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens, permanecerão solidariamente responsáveis:

I — pelos danos que venham provocar, direta ou indiretamente, à segurança da navegação, a terceiros ou ao meio ambiente, até que as coisas ou os bens sejam removidos ou demolidos, ou até que sejam incorporados ao domínio da União pelo decurso do prazo de 5 (cinco) anos a contar do sinistro; e

II — pelo que faltar para reembolsar ou indenizar a União, quando a Autoridade Naval tiver atuado conforme disposto nos art. 10 e § 2.º do art. 11.

§ 1.º No caso de uma embarcação, o seu responsável responderá, solidariamente, com o responsável pela carga, pelos danos que a carga possa provocar à segurança da navegação, a terceiros e ao meio ambiente.

§ 2.º No caso de haver saldo a favor do responsável pelas coisas ou bens, após a disposição das coisas e dos bens recuperados e depois de atendida a disposição do item II deste artigo, o saldo será mantido pela Autoridade Naval, à disposição do interessado, até 5 (cinco) anos a contar da data do sinistro, depois do que será considerado como receita da União.

§ 3.º As responsabilidades de que tratam o item I e o § 1.º deste artigo permanecerão, mesmo nos casos em que os danos sejam decorrentes das operações realizadas pela Autoridade Naval, conforme autorizado pelo art. 1.º e § 2.º do art. 11.

Art. 14. No caso de uma embarcação que contiver carga e que em decorrência de sinistro ou fortuna do mar se encontrar em uma das situações previstas no art. 1.º, será adotado o seguinte procedimento:

I — não havendo manifestação de interesse por parte do responsável pela carga, o responsável pela embarcação poderá solicitar autorização para remoção ou recuperação

da carga ou ser intimado pela Autoridade Naval a remover a carga, juntos ou separadamente da embarcação; e

II — o responsável pela carga poderá solicitar à Autoridade Naval autorização para sua remoção ou recuperação, independente de pedido por parte do responsável pela embarcação.

§ 1.º A Autoridade Naval poderá, a seu critério, exigir a remoção da carga intimando o seu responsável e o da embarcação, juntos ou separadamente.

§ 2.º A Autoridade Naval poderá negar autorização ao responsável pela carga, para sua remoção ou recuperação, quando, a seu critério concluir haver sério risco de resultar em modificação de situação em relação à embarcação, que venha a tornar mais difícil ou onerosa sua remoção.

§ 3.º A Autoridade Naval, ao assumir a operação de remoção da embarcação, poderá aceitar, a seu critério, a colaboração ou participação do responsável interessado pela recuperação da carga.

Art. 15. Ao solicitar autorização para a pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens, referidos no art. 1.º, o responsável deverá indicar:

I — os meios de que dispõe, ou pretende obter, para a realização das operações;

II — a data em que pretende dar início às operações e a data esperada de seu término;

III — o processo a ser empregado; e

IV — se a recuperação será total ou parcial.

§ 1.º A Autoridade Naval poderá vetar o uso de meios ou processos que, a seu critério, representem riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, para terceiros ou para o meio ambiente.

§ 2.º A Autoridade Naval poderá condicionar a autorização, à remoção, pelo responsável, de todas as coisas ou bens, e não parte deles, bem como de seus acessórios e remanescentes ou, quando se tratar de embarcação, também de sua carga.

§ 3.º A Autoridade Naval fiscalizará as operações e, na hipótese de que o responsável venha a abandoná-las sem completar a remoção do todo determinado, poderá substituí-lo nos termos do art. 10.

Art. 16. A Autoridade Naval poderá conceder, a quem o requeira, autorização para a remoção ou exploração, no todo ou em



Art. 22. A Autoridade Naval poderá cancelar a autorização se:

I — o autorizado não tiver dado início às operações dentro do prazo estabelecido no ato de autorização, ou, no curso das operações, não apresentar condições para lhes dar continuidade;

II — verificar, durante as operações, o surgimento de riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, de danos a terceiros, inclusive aos que estiverem trabalhando nas operações, e ao meio ambiente; e

III — verificar, durante as operações, que o processo ou os meios empregados estão causando ou poderão causar prejuízo às coisas ou aos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, ou danificar local que deva ser preservado pelos mesmos motivos.

Parágrafo único. Nenhum pagamento será devido ao autorizado, pelo cancelamento da autorização, salvo quando já tenha havido coisas ou bens, desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, recuperados, situação em que tais coisas ou bens poderão ser adjudicados ou entregue o produto de sua venda, mesmo que em proporção inferior ao previsto no contrato ou ato de autorização, para pagamento e compensação do autorizado.

Art. 23. Independente da forma de pagamento contratada, toda e qualquer coisa ou bem recuperado, mesmo os destituídos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico deverão ser entregues, tão logo recuperados, à Autoridade Naval. O autorizado, como depositário, será o responsável pela guarda e conservação dos bens recuperados, até efetuar a sua entrega.

Art. 24. O autorizado para uma remoção, quando na autorização constar que a coisa ou bem deve ser totalmente removido, permanecerá responsável pela operação até a sua completa remoção. A Autoridade Naval poderá intimá-lo a completar a remoção, nos prazos estabelecidos na autorização, bem como poderá substituí-lo, por sua conta e risco, para terminar a remoção, se necessário.

Art. 25. O autorizado ou contratado estará sujeito às mesmas regras de responsabilidade que se aplicam, na forma do art. 13, ao responsável, seu cessionário e o segurador autorizados ou compelidos a efetuar remoção ou demolição de coisas ou de bens, referidos no art. 1.º

Art. 26. A Autoridade Naval poderá exigir, do interessado e requerente de autorização para pesquisa, uma caução, em valor

por ela arbitrado, como garantia das responsabilidades do autorizado.

Art. 27. Nos casos em que exista interesse público na remoção ou demolição de embarcações ou quaisquer outras coisas ou bens, referidos no art. 1.º, e já incorporados ao domínio da União, a Autoridade Naval poderá vendê-los, em licitação ou hasta pública, a quem se obrigue a removê-los ou demoli-los no prazo determinado pela Autoridade Naval.

Art. 28. Aquele que achar quaisquer coisas ou bens, referidos no art. 1.º, em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, não estando presente o seu responsável, fica obrigado a:

I — não alterar a situação das referidas coisas ou bens, salvo se for necessário para colocá-los em segurança; e

II — comunicar imediatamente o achado à Autoridade Naval, fazendo a entrega das coisas e dos bens que tiver colocado em segurança e dos quais tiver a guarda ou posse.

Parágrafo único. Não caberá a quem achar coisas ou bens, desde que nos locais estabelecidos no art. 1.º, invocar em seu benefício as regras do Código Civil que tratam da invenção e do tesouro.

Art. 29. As coisas e os bens referidos no art. 1.º, nas condições previstas no artigo anterior, serão arrecadados e ficarão sob a custódia da Autoridade Naval, que poderá entregá-los, quando nacionais ou nacionalizadas, aos seus responsáveis.

§ 1.º Não sendo as coisas e os bens reclamados por seus responsáveis, no prazo de 30 (trinta) dias da arrecadação, a Autoridade Naval poderá declará-los perdidos.

§ 2.º As coisas e os bens que ainda não tenham sido alienados pela Autoridade Naval poderão ser reclamados e entregues aos seus responsáveis, pagando o interessado as custas e despesas de guarda e conservação.

§ 3.º As coisas e os bens de difícil guarda e conservação poderão ser alienados em licitação ou hasta pública pela Autoridade Naval. O produto da alienação será guardado pela Autoridade Naval pelo prazo de 6 (seis) meses, à disposição do responsável pela coisa ou bem. Decorrido o prazo, o produto da alienação será convertido em receita da União.

Art. 30. As coisas e os bens de que trata o art. 1.º, quando identificados pela Autoridade Naval como de procedência estrangeira, serão por esta encaminhados à



Secretaria da Receita Federal para aplicação da legislação fiscal.

Art. 31. As autorizações concedidas, até a data da promulgação desta lei, para a pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens referidos no art. 1.º, não ficarão prejudicadas, ficando os interessados, no entanto, sujeitos às normas desta lei.

Art. 32. As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistros, alijamento ou fortuna do mar ocorrido há mais de 20 (vinte) anos da data de publicação desta lei, e cujos responsáveis não venham requerer autorização para pesquisa para fins de remoção, demolição ou exploração, no prazo de um ano a contar da data da publicação desta lei, serão considerados, automaticamente, incorporados ao domínio da União.

Art. 33. Das decisões proferidas, nos termos e em relação à matéria tratada nesta lei caberá pedido de reconsideração à própria Autoridade Naval ou recurso à instância imediatamente superior àquela que proferiu a decisão, sem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Para fins da presente lei, o Ministro da Marinha é considerado a instância final, na esfera da Administração Pública, para recursos às decisões da Autoridade Naval.

Art. 34. São consideradas Autoridades Navais, para fins da presente lei, as do Ministério da Marinha, conforme as atribuições definidas nos respectivos regulamentos.

Art. 35. O Ministro da Marinha, sem prejuízo da aplicação imediata do estabelecido nesta lei, baixará e manterá atualizadas instruções necessárias à execução desta lei.

Art. 36. As infrações do Código Penal, sem prejuízo da aplicação de outras previstas na legislação vigente.

Art. 37. Ficam revogados os arts. 731 a 739 da Lei n.º 556, de 25 de junho de 1850, Código Comercial Brasileiro; o art. 5.º do Decreto-lei n.º 1.284, de 18 de maio de 1939, o Decreto-lei n.º 235, de 2 de fevereiro de 1938; o Decreto-lei n.º 8.256, de 30 de novembro de 1945, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 1.471, de 21 de novembro de 1951; a letra p) do art. 3.º da Lei n.º 4.213, de 14 de fevereiro de 1963; o Título XXI do Livro V do Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939 (arts. 769 a 771) e o item XIV do art. 1.218 da Lei

n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil — e demais disposições em contrário.

Art. 38. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, DF, de de 1983; 162.º da Independência e 95.º da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N.º 536, DE 25 DE JUNHO DE 1850

Código Commercial do Imperio do Brazil.

D. Pedro II por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil; Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléia Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

CODIGO COMMERCIAL DO IMPERIO DO BRAZIL

PARTE I

Do commercio em geral

TÍTULO I

Dos commerciantes

CAPITULO I

Das qualidades necessárias para ser Commerciantes

.....
DECRETO-LEI N.º 235,
DE 2 DE FEVEREIRO DE 1938

Remoção de embarcações naufragadas ou encalhadas e de cascos abandonados.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e atendendo à necessidade de definir a competência dos Ministérios da Marinha e da Viação e Obras Públicas quanto à promoção de remoção de embarcações naufragadas ou encalhadas e de cascos abandonados, decreta:

Art. 1.º A promoção das providências necessárias a remoção de embarcações naufragadas ou encalhadas e de cascos abandonados, observadas as normas disciplinadas pela legislação vigente, compete:

a) ao Ministério da Viação e Obras Públicas representado pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, nos trechos dos portos organizados ou em suas vias de acesso nos quais operam os navios para



atracação e desatracação das instalações portuárias existentes;

b) ao Ministério da Marinha, representado pelas Capitânicas dos Portos, em todos os demais casos não atribuídos ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Os armadores ficam obrigados, pelas embarcações sob suas responsabilidades, ao custeio das despesas com a remoção de que trata o artigo anterior.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1968; 117.º da Independência e 50.º da República.

DECRETO-LEI N.º 1.284,
DE 18 DE MAIO DE 1939

Cria a Comissão de Metalurgia, e dá outras providências.

Art. 5.º A exploração dos metais de cascos de navios submersos, encalhados ou abandonados só será permitida com audiência da Comissão, respeitada a preferência para a indústria bélica.

DECRETO-LEI N.º 1.608,
DE 18 DE SETEMBRO DE 1939

Código de Processo Civil.

TÍTULO XXI

Dos salvados marítimos

Art. 769. Quando a venda dos salvados marítimos não se puder realizar sem autorização do juiz, o produto do leilão, salvo dispositivo legal em contrário, será depositado, por conta daquele a quem pertencer.

A venda não se efetuará sem a assistência do empregado fiscal, preposto às operações de salvamento.

Art. 770. A decisão de qualquer dúvida ou reclamação sobre a entrega dos salvados, ou do seu produto, compete privativamente ao juiz de direito da comarca onde o naufrágio ocorrer.

Parágrafo único. Se o navio naufragado pertencer a nação estrangeira que com o Brasil tenha celebrado tratado ou convenção sobre o assunto, e tenha na comarca agente consular, observar-se-á o que houver sido tratado ou convencionado.

Art. 771. O produto líquido do leilão feito pela autoridade alfandegária, reunido aos

fretes recebidos pelo gestor, e os salvados remanescentes serão depositados judicialmente, por conta daquele a quem pertencerem, à disposição do juiz, e a este serão remetidas cópias autênticas do auto do sinistro, do inventário dos salvados arrecadados e das contas de todas as vendas efetuadas, além de relação das despesas, créditos e direitos pagos ou deduzidos do produto das vendas.

DECRETO-LEI N.º 8.256,
DE 30 DE NOVEMBRO DE 1945

Cria no Ministério da Marinha o Departamento Administrativo de Recuperação do Material (DARM), e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição.

Decreta:

Art. 1.º É criado no Ministério da Marinha um Departamento Administrativo de Recuperação do Material (DARM), diretamente subordinado ao Ministro da Marinha, com a finalidade econômica de promover o aproveitamento de todo o material naval, manufaturado ou não, considerado inservível para a finalidade especificada.

Art. 2.º Para o objetivo definido no art. 1.º o DARM fará arrecadar ao seu parque industrial todo o material inservível aos navios, corpos e estabelecimentos, seja ela inútil ou não, desde que tenha matéria-prima utilizável.

§ 1.º Os navios, corpos e estabelecimentos farão recolher ao DARM, mediante remessa, todo o material nas condições referidas neste artigo.

§ 2.º Esse material depois de arrecadado pelo DARM será periciado e classificado, para nova aplicação ou aproveitamento.

Art. 3.º O DARM, de acordo com a sugestão dos peritos promoverá os meios necessários para a restauração ou readaptação do material, para posterior suprimento mediante requisição.

§ 1.º O material restaurado ou readaptado deverá ser novamente avaliado para fins de cargo ao responsável.

§ 2.º O material recolhido ao DARM que não possa ter mais aplicação na Marinha poderá ser por ele alienado.

Art. 4.º Os casos dos navios que tiverem baixa do serviço da Armada e não tenham aplicação na Marinha serão aliena-



dos pelo DARM, mediante concorrência pública.

Art. 5.º Os cascos metálicos de navios submersos ou encalhados e definitivamente abandonados ficarão sob o controle do DARM que poderá autorizar a sua exploração, por pessoa considerada idônea, mediante concorrência e contrato lavrado com o Ministério da Marinha.

§ 1.º As concessões para essa exploração deverão compreender, entre outras, a obrigação por parte do concessionário de desobstruir o local, se se tratar de porto, canal, via de acesso ou de perigo à navegação.

§ 2.º No contrato a ser firmado deverá sempre constar a obrigatoriedade ao concessionário de recolher ao DARM uma caução arbitrada sobre o valor do casco acrescido do valor da carga útil.

§ 3.º Essa caução só poderá ser levantada depois do certificado da Capitania dos Portos de que o contrato fielmente observado, e caducará em favor do Fundo Naval se, esgotado o prazo do contrato, não tiver o mesmo sido cumprido ou tenha sido verificado má fé ou negligência por parte do concessionário.

§ 4.º A adjudicação será conferida a quem maiores vantagens oferecer na proposta, ficando o Ministério da Marinha com opção de compra do material recuperado.

Art. 6.º A remoção de cascos não metálicos submersos ou encalhados ficará sob a jurisdição e competência das Capitania de Portos ou Departamento de Portos, Rios e Canais, conforme a sua localização.

Art. 7.º A venda a pessoa natural ou jurídica de material inservível, pertencente ao Ministério da Marinha, só poderá se processar pelo DARM.

Art. 8.º A renda arrecadada pelo DARM será aplicada na recuperação do material, devendo o saldo ser recolhido ao Fundo Naval.

Art. 9.º Fica extinta a Comissão de Metalurgia, a que se refere o Decreto-lei n.º 1.284, de 18 de maio de 1939 e assim liberado o comércio e as transações sobre metais que eram por ela controlados e de propriedade estranha ao Ministério da Marinha.

Art. 10. O Ministro da Marinha deverá elaborar o Regulamento para a execução deste decreto-lei, submetendo-o oportunamente à aprovação do Presidente da República.

Art. 11. O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1945;
124.º da Independência e 57.º da República.

LEI N.º 1.471,
DE 21 DE NOVEMBRO DE 1951

Extingue o Departamento Administrativo de Recuperação do Material, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É extinto o Departamento Administrativo de Recuperação do Material.

Art. 2.º As atribuições do referido Departamento são transferidas para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1951;
130.º da Independência e 63.º da República.

LEI N.º 4.213,
DE 14 DE FEVEREIRO DE 1963

Reorganiza o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, dando-lhe a denominação de Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, disciplina a aplicação do Fundo Portuário Nacional, e dá outras providências.

Art. 3.º Ao DNPVN compete especialmente:

p) promover a retirada de cascos e outros objetos submersos que obstruam ou impeçam a navegação dos portos e vias navegáveis, e decidir sobre a disposição dos salvados;

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

(Lei n.º 5.869, de 11-1-1973, com as retificações da Lei n.º 5.925, de 1-10-1973)

Art. 1.218. Continuam em vigor até serem incorporados nas leis especiais os procedimentos regulados pelo Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939, concernentes:



CÂMARA DOS DEPUTADOS



*Antes do desfecho da
sessão. Em 24.9.85.*

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência **DESTAQUE** para votação dos arts. 1º, 3º, 8º e 9º da Emenda nº 01, ao Projeto de Lei nº 2.680/83.

Sala das Sessões, 23 de setembro de 1985.

Vice-Líder do PMDB
no exercício da Liderança



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Senhor Presidente:

Na forma regimental, requieiro a Vossa Excelência **DESTAQUE** para votação das Emendas nºs 02, 03, 05, 09 e 10, ao Projeto de Lei nº 2.680/83.

Sala das Sessões, 23 de setembro de 1985.


Vice-Líder do PMDB
no exercício da Liderança



Projeto 2.680-13/83

fe. dependente

Requer o destaque para voto -
par da emenda nº 3 de flamar ao projeto
2.680-13/83.

Salvo em favor
Aluísio Barreto
Florencio Paixão
Oswaldo Lima



I — ao loteamento e venda de imóveis a prestações (arts. 345 a 349);

* Vide art. 1.º da Lei n.º 6.014, de 27 de dezembro de 1973.

II — ao despejo (arts. 350 a 353);

III — à renovação de contrato de locação de imóveis destinados a fins comerciais (arts. 354 a 365);

* Vide arts. 12 e 13 e 13 a Lei n.º 6.014, de 27-12-1973.

IV — ao Registro Torrens (arts. 457 a 464);

* Vide arts. 278 e seguintes da Lei n.º 6.015, de 31-12-1973.

V — às averbações ou retificações do registro civil arts. 595 a 599);

* Vide arts. 93 a 114 da Lei n.º 6.015, de 31-12-1973.

VI — ao bem de família (arts. 647 a 651);

* Vide arts. 261 e seguintes da Lei n.º 6.015, de 31-12-1973.

VII — à dissolução e liquidação das sociedades (arts. 655 a 674);

VIII — à habilitação para casamento (artigos 742 a 745);

* Vide arts. 68 e seguintes da Lei n.º 6.015, de 31-12-1973.

IX — ao dinheiro a risco (arts. 754 e 755);

X — à vistoria de fazendas avariadas (art. 756);

XI — à apreensão de embarcações (artigos 757 a 761);

XII — à avaria a cargo do segurador (arts. 762 a 764);

XIII — às avarias (arts. 765 a 768);

XIV — aos salvados marítimos (arts. 769 a 771);

XV — às arribadas forçadas (arts. 772 a 775).

**MENSAGEM N.º 414, DE 1983
DO PODER EXECUTIVO**

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do art. 51 da Constituição, tenho a honra de submeter à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição do Senhor Ministro de Estado da Marinha, o anexo Projeto de Lei

que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinhas e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento o fortuna do mar, e dá outras providências.

Brasília, 16 de novembro de 1983. —

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 95, DE 30
DE AGOSTO DE 1983, DO MINISTÉRIO
DA MARINHA**

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

O Direito Marítimo Brasileiro ressentir-se há muito de legislação atualizada reguladora das atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro ou fortuna do mar.

Nossa legislação fundamenta-se no Código Comercial de 1850, na Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Renda de 1894 e em Decretos-leis de 1938, 1939 e 1945, dispositivos esses que pelas próprias datas de edição já evidenciam obsolescência. Por outro lado, no campo do Direito Internacional, o Brasil se fez signatário da Convenção de Bruxelas de 1910, cuja promulgação foi formalizada pelo Decreto n.º 10.773, de 10 de fevereiro de 1914, embora durante todo esse período não tenha havido a devida adequação da lei interna.

A Marinha, na tentativa de contribuir para preencher lamentável lacuna da nossa legislação, realizou estudos com a participação de entidades ligadas ao setor, dentre as quais citamos a Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Associação dos Armadores Brasileiros de Longo Curso, Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (SINDARMA), Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM), Empresa Brasileira de Petróleo (PETROBRÁS) e Empresa de Portos do Brasil (PORTOBRÁS), que indicaram a conveniência de elaborar um diploma legal sobre o assunto.

Tal documento, o Anteprojeto de Lei que a esta acompanha, foi ainda apreciado pelos Ministérios da Justiça e da Fazenda, cujas sugestões e recomendações foram minuciosamente incorporadas ao texto inicial.



Assim sendo, tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.^a meus protestos de distinta consideração. — **Maximiano Eduardo da Silva Fonseca**, Ministro da Marinha.

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

I — Relatório

Através da Mensagem n.º 414/83, o Presidente da República remeteu ao Congresso este projeto de lei que disciplina a pesquisa, exploração, remoção e demolição das coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

O projeto contém 38 artigos disciplinando, minudentemente, as diferentes hipóteses.

A Mensagem veio acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro da Marinha. É o relatório.

II — Voto do Relator

Quanto às preliminares de admissibilidade, nada a opor quanto à tramitação legislativa deste projeto, eis que se trata de matéria da competência legislativa da União (art. 8.º, item XVII, alínea b da Lei Maior), a ser objeto de lei ordinária (art. 46, item III do Estatuto Político), sendo legítima a iniciativa (art. 56 do Código Fundamental).

A técnica legislativa utilizada não merece reparos.

Relativamente ao mérito, permito-me endossar significativo trecho da Exposição de Motivos, por si só esclarecedor:

“Nossa legislação fundamenta-se no Código Comercial de 1850, na Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Renda, de 1894, e em Decretos-leis de 1938, 1939 e 1945, dispositivos esses que pelas próprias datas de

edição já evidenciam obsolescência. Por outro lado, no campo do Direito Internacional, o Brasil se fez signatário da Convenção de Bruxelas de 1910, cuja promulgação foi formalizada pelo Decreto n.º 10.773, de 10 de fevereiro de 1914, embora durante todo esse período não tenha havido a devida adequação da lei interna.

A Marinha, na tentativa de contribuir para preencher lamentável lacuna da nossa legislação, realizou estudos com a participação de entidades ligadas ao setor, dentre as quais citamos a Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Associação Brasileira dos Armadores de Longo Curso, Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (SINDARMA), Empresa Brasileira de Petróleo (PETROBRAS) e Empresa Brasileira de Portos (PORTOBRAS), que indicaram a conveniência de elaborar um diploma legal sobre o assunto.”

Face ao exposto voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste Projeto de Lei n.º 2.680/83.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 1983. — **Djalma Bessa**, Relator.

III — Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei n.º 2.680/83, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Bonifácio de Andrada, Presidente; Brabo de Carvalho, Vice-Presidente; Hamilton Xavier, Raimundo Leite, Jorge Carone, Celso Barros, Osvaldo Melo, Ronaldo Canedo, Djalma Bessa, Nilson Gibson, Otávio Cesário, Guido Moesch, Valmor Glavina, Rondon Pacheco, Francisco Benjamin, José Genoino Ademir Andrade, João Gilberto, José Burnett, Mário Assad, Celso Peçanha, Francisco Amaral, Antônio Dias, Gorgônio Neto, Pimenta da Veiga e Armandinho Pinheiro.

Sala da Comissão, 30 de novembro de 1983. — **Bonifácio de Andrada**, Presidente — **Djalma Bessa**, Relator.



EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO

— N.º 1 —

Art. 1.º Dê-se ao “caput” do art. 12 a seguinte redação:

“Art. 12. A Autoridade Naval poderá empregar seus próprios meios ou autorizar terceiros para executar as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição de coisas ou bens, referidos no art. 1.º, no exercício do direito a que se referem o art. 10 e o § 2.º do art. 11.”

Art. 2.º Imprima-se ao parágrafo único do art. 18 a seguinte redação:

“Parágrafo único. A autorização de pesquisa não dá ao interessado o direito de alterar o local em que foram encontrados o bem ou a coisa e suas condições, bem como remover qualquer parte, ressalvada a obrigação da entrega à Autoridade Naval da coisa ou bem encontrado, para que se evitem saques predatórios.”

Art. 3.º O “caput” do art. 19 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 19. A Autoridade Naval, ao conceder autorização para pesquisa, fixará, a seu critério, prazos para seu início e término.”

Art. 4.º O art. 20, aqui desdobrado em itens e parágrafo único, ganha a seguinte nova redação:

“Art. 20. O ato de autorização da pesquisa ou exploração de navio antigo de casco de madeira deverá prever:

I — nenhum pagamento em dinheiro ao autorizado, correndo por conta do mesmo todas as despesas da pesquisa ou exploração, sem qualquer ônus para a Marinha;

II — o direito de escolha pela Autoridade Naval, para a Marinha, dos objetos resgatados de interesse histórico-náutico, ficando o remanescente, se houver, para o autorizado;

III — a partilha dos demais objetos resgatados entre a Marinha e o autorizado, em espécie, na proporção estabelecida na autorização;

Parágrafo único. As participações em espécie referidas nos itens I e II constituirão a única recompensa do autorizado por seus trabalhos e despesas.”

Art. 5.º O “caput”, itens e parágrafos do art. 21 passam a ter a seguinte redação:

“Art. 21. Em se tratando de navios de cascos metálicos, o contrato ou ato de autorização de remoção ou exploração poderá prever, como pagamento ao concessionário:

I — soma em dinheiro;

II — soma em dinheiro, proporcional ao valor das coisas e dos bens que vierem a ser recuperados, com a exclusão ou não de objetos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico;

III — adjudicação de parte dos bens que vierem a ser recuperados, com ou sem a referida exclusão; e

IV — pagamento a ser fixado diante do resultado da remoção ou exploração, conforme as regras estabelecidas para fixação de pagamento por Assistência e Salvamento, no que couber.

§ 1.º Serão decididos por arbitragem os pagamentos previstos nos itens II e IV que não estejam ajustados em contrato ou autorização.

§ 2.º Salvo a parte das coisas ou bens adjudicados ao concessionário, de conformidade com o item III, todas as demais coisas ou bens que venham a ser removidos terão sua destinação dada pela Autoridade Naval, a seu critério, ou serão alienados pela mesma Autoridade, em licitação ou hasta pública, tendo o concessionário preferência preço por preço, em primeiro lugar, e o artigo responsável em segundo lugar.

§ 3.º O valor das coisas e dos bens que vierem a ser removidos poderá ser fixado no contrato ou ato de autorização, antes do início ou imediatamente após o término das operações de remoção.”

Art. 6.º Dê-se ao parágrafo único do art. 22 a seguinte redação:

“Parágrafo único. Nenhum pagamento será devido ao autorizado pelo cancelamento justificado da autorização, cujos termos serão cumpridos, pela Autoridade Naval, até o referido cancelamento.”

Art. 7.º O art. 26 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 26. A Autoridade Naval poderá exigir, do requerente de autorização para pesquisa, exploração, remoção ou demolição de coisas ou bens, sem tradi-



ção na Marinha, uma caução em valor por esta arbitrado, como garantia das responsabilidades do autorizado.”

Art. 8.º O “caput” do art. 30 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 30. As coisas e os bens de que trata o art. 1.º, quando identificados pela Autoridade Naval como de procedência estrangeira e não incorporados ao domínio da União por força do art. 32 desta lei, serão encaminhados à Secretaria da Receita Federal para aplicação da legislação fiscal pertinente.”

Art. 9.º Acrescente-se ao art. 32 o seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único. Os destroços de navios de cascos de madeira afundados nos séculos XVI, XVII e XVIII ter-se-ão como automaticamente incorporados ao domínio da União, independentemente do decurso do prazo de um ano fixado no “caput”.

Justificação

As alterações aqui propostas visam a aperfeiçoar o Projeto de Lei n.º 2.680/83, dando-lhe maior amplitude e alcance.

Sala das Comissões, 4 de abril de 1984. —
José Ribamar Machado.

— N.º 2 —

Dê-se a seguinte redação ao art. 12 e parágrafos do projeto.

“Art. 12. A autoridade naval poderá empregar seus próprios meios ou contratar terceiros ou permitir que estes executem as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição de coisas ou bens, referidos no art. 1.º, no exercício do direito a que se referem o art. 10 e o § 2.º do art. 11.

§ 1.º No contrato com terceiros ou na autorização a estes dada poderá constar cláusula determinando o pagamento no todo ou em parte, com as coisas ou bens recuperados, ou removidos, ressalvado o direito do responsável de reaver a posse até 30 (trinta) dias após a recuperação, mediante pagamento do valor da fatura, do seguro ou do mercado, o que for maior, da mesma coisa ou bem, além do pagamento do que faltar para reembolso integral das despesas havidas ou contratadas para a operação executada.

§ 2.º Na falta de disposição em contrário no contrato ou autorização ou sendo a recuperação feita pela Autoridade Naval, as coisas ou bens, nacio-

nais ou nacionalizadas, resgatados serão imediatamente vendidos em licitação ou hasta pública, dando-se preferência na arrematação aquele que efetuou a remoção ou recuperação, ressalvado o direito do responsável de reaver sua posse, na forma e no prazo estabelecidos no parágrafo anterior.”

Justificação

Através desta Emenda abrimos possibilidade de usar-se alternativamente do contrato ou autorização, já que o projeto trata tanto do contrato quanto da autorização.

Sala da Comissão, 4 de abril de 1984. —
Cunha Bueno.

— N.º 3 —

Dê-se nova redação ao art. 16 do projeto, e acrescente-se-lhe um § 5.º:

“Art. 16. A Autoridade Naval poderá conceder autorização para a remoção ou exploração, no todo ou em parte, de coisas ou bens, referidos no art. 1.º, que tenham passado ao domínio da União.

.....
.....
§ 5.º Não será concedida a autorização para realizar operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção ou demolição a pessoa física ou jurídica estrangeira ou a pessoa jurídica sob controle estrangeiro, que também não poderão ser subcontratadas por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras”

Sala das Sessões, 4 de abril de 1984. —
Nilson Gibson.

— N.º 4 —

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do artigo 18:

“Art. 18.

Parágrafo único. A autorização de pesquisa não dá ao interessado o direito de alterar o local em que foi encontrada a coisa ou bem, suas condições, ou de remover qualquer parte, ressalvada a obrigação da entrega à autoridade naval de coisa ou bem encontrado, a fim de evitar saque predatório.”

Justificação

Através desta emenda ressalvamos a obrigação de entregar à autoridade naval da coisa ou bem encontrado. Justifica-se a ressalva especialmente em se tratando de antigos navios afundados de cascos de ma-



deira, eis que, se o autorizado deixar, em local que tenha pesquisado, coisas preciosas, os piratas e mergulhadores que cheguem no local as furtarão; é o que tem acontecido no litoral do Brasil, onde a Marinha, por falta de meios, não consegue coibir essa prática.

Sala das Comissões, 4 de abril de 1984. —
Cunha Bueno.

— N.º 5 —

Dê-se a seguinte redação ao art. 19 do projeto:

“Art. 19. A autoridade naval, ao conceder autorização para pesquisa, fixará, a seu critério, prazos para o seu início e término.”

Justificação

Através da presente emenda pretende-se evitar que haja alteração de prazos, o que seria injurídico, a nosso ver.

Sala da Comissão, 4 de abril de 1984. —
Cunha Bueno.

— N.º 6 —

Dê-se as seguintes redações, respectivamente, aos arts. 20 e 21 do projeto:

“Art. 20. O ato de autorização da pesquisa ou exploração de navio antigo de casco de madeira deverá prever:

I — nenhum pagamento em dinheiro ao autorizado e todas as despesas da pesquisa ou exploração por conta do mesmo, sem qualquer ônus para a Marinha;

II — o direito de escolha, pela autoridade naval, para a Marinha, dos objetos resgatados de interesse histórico-náutico, ficando o remanescente, se houver, para o autorizado;

III — a partilha dos demais objetos resgatados entre a Marinha e o autorizado, em espécie, na proporção estabelecida na autorização.

Parágrafo único. As participações em espécie referidas nos incisos I e II deste artigo constituirão a única recompensa do autorizado por seus trabalhos e despesas.

Art. 21. Em se tratando de navios de cascos metálicos, o contrato ou ato de autorização de remoção ou exploração poderá prever, como pagamento ao concessionário:

I — soma em dinheiro;

II — soma em dinheiro, proporcional ao valor das coisas e dos bens que vierem a ser recuperados, com a exclusão ou não, de objetos de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico;

III — adjudicação de parte dos bens que vierem a ser recuperados, com ou sem a referida exclusão; e

IV — pagamento a ser fixado diante do resultado da remoção ou exploração, conforme as regras estabelecidas para fixação de pagamento por assistência e salvamento, no que couber.

§ 1.º Serão decididos por arbitragem os pagamentos previstos nos itens II e IV, deste artigo, que não estejam ajustados em contrato ou autorização.

§ 2.º Salvo a parte das coisas ou bens adjudicados ao concessionário, de conformidade com o item III deste artigo, todas as demais coisas ou bens que venham a ser removidos terão sua destinação dada pela autoridade naval, a seu critério, ou serão alienados, pela mesma autoridade em licitação ou hasta pública, tendo preferência, preço por preço, o concessionário, em primeiro lugar, e o antigo responsável, em segundo lugar.

§ 3.º O valor das coisas e dos bens que vierem a ser removidos poderá ser fixado no contrato ou ato de autorização antes do início ou depois do término das operações de remoção.”

Justificação

Direferentemente do Decreto-lei n.º 8.256, de 30 de novembro de 1945, o projeto não distingue entre navios de cascos metálicos, geralmente do século XIX em diante, e os de cascos de madeira, obviamente antigos, dos séculos XVI, XVII e VIII.

Os primeiros têm cascos aproveitáveis comercialmente, carga igualmente comercializável, quando não perecível, e estão localizados ou são relativamente fáceis de localização. Tais navios devem ter tido muito poucas peças e terem conduzido muito pouca carga, resistentes ao afundamento de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, mas os cascos e a carga comum podem, por sua geralmente fácil identificação e localização dar lugar a um contrato ou um ato de autorização específico em termos de dinheiro e/ou de pagamento em bens, nas linhas do atual art. 21 do projeto.



Tratando-se, porém, de antigos navios de cascos de madeira, afundados nos séculos XVI, XVII e XVIII, os cascos inexistem, consumidos pelo tempo, restando apenas vestígios das quilhas, os lastros, costumeiramente de pedras e os aparelhos dos navios, assim como as cargas remanescentes, espalhadas em redor, tudo geralmente recoberto de montanhas de areia e de coral e a exigir dispendiosas expedições de embarcações, com equipamentos adequados, inclusive eletrônicos, a fim de localizar o sítio do naufrágio e detectar o enterrado na areia e no coral.

Ao que parece, houve, até há pouco tempo, expedições tais, de empresas autorizadas pela Diretoria de Portos e Costas, com a partilha dos salvados entre a Marinha e as empresas, feita pelo Diretor do Serviço de Documentação Geral da Marinha, o que resultou no acréscimo ao patrimônio do Museu Naval e Oceanográfico da Marinha, a cargo do dito Serviço, de não poucos objetos histórico-náuticos e outros.

É óbvio que, somente na base de tal partilha, poderá qualquer empresa particular montar expedições com as acima referidas, a um custo que pode alcançar, em um ano, centenas de milhões de cruzeiros, eis que a Marinha não tem verba para pagá-lo e dificilmente poderá assumir semelhantes expedições por conta própria, destacando, por exemplo, para tanto, como já fez duas vezes, o "Gastão Moutinho", cuja destinação não é essa.

O projeto, não fazendo a distinção, vinda de há quase quarenta anos, entre navios afundados de cascos metálicos e os antigos de cascos de madeira, não admitindo a partilha, entre a marinha e as empresas pesquisadoras e exploradoras dos segundos, dos únicos objetos aproveitáveis que deles restam, que são todos objetos "de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico":

a) acaba com a possibilidade de continuarem a ser pesquisadas as preciosidades de antanho afundadas no litoral do Brasil, com destino à União e a quem a ela se associe, através da Marinha;

b) torna quase certo que nenhuma preciosidade tal aumentará mais o patrimônio do Museu da Marinha;

c) condena à extinção, com óbvio prejuízo, as empresas dedicadas ao resgate, com autorização, dos destroços de antigos navios afundados de cascos de madeira; e

d) deixa tais destroços à mercê da pirataria, que continuará a saqueá-los impu-

nemente, como vem acontecendo em escala crescente.

Essa a Justificação oferecida para a redação substitutiva dos arts. 20 e 21.

Sala da Comissão, 4 de abril de 1984. —
Cunha Bueno.

— N.º 7 —

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do art. 22:

"Art. 22.

Parágrafo único. Nenhum pagamento será dirigido ao autorizado pelo cancelamento justificado da autorização, cujos termos serão cumpridos, pela Autoridade Naval, até tal cancelamento."

Justificação

Obviamente não pode a autorização ser cancelada sem justificativa, e, quanto ao mais, o texto substitutivo simplifica a sistemática do parágrafo.

Sala da Comissão, 4 de abril de 1984. —
Cunha Bueno.

— N.º 8 —

Dê-se a seguinte redação ao art. 26 do projeto:

"Art. 26. A autoridade Naval poderá exigir do requerente de autorização para pesquisa, exploração, remoção ou demolição de coisas ou bens, sem tradição na Marinha, uma caução em valor por ela arbitrado, como garantia das responsabilidades do autorizado."

Justificação

O texto substitutivo harmoniza a disposição com a do art. 12 do projeto e introduz a dispensa da caução para a empresa com tradição na Marinha, o que é uma prática comum e razoável em havendo tradição em entidade governamental.

Sala da Comissão, 4 de abril de 1984. —
Cunha Bueno.

— N.º 9 —

Dê-se a seguinte redação ao art. 30 do projeto:

"Art. 30. As coisas e os bens de que trata o art. 1.º, quando identificados pela Autoridade Naval como de procedência estrangeira e não incorporados ao domínio da União por força do art. 32 desta lei, serão encaminhados à Secretaria da Receita Federal para aplicação da legislação fiscal."



Justificação

A modificação proposta é, evidentemente, necessária pois não teria sentido o encaminhamento à Secretaria da Receita Federal de coisas e bens já incorporados ao domínio da União por força do art. 32 do projeto.

Sala da Comissão, 4 de abril de 1984. —
Cunha Bueno.

— N.º 10 —

Acrescente-se um parágrafo único ao art. 32 do projeto com a seguinte redação:

“Art. 32.

Parágrafo único. Os destroços de navios de cascos de madeira afundados nos séculos XVI, XVII e XVIII ter-se-ão como automaticamente incorporados ao domínio da União, independentemente do decurso do prazo de um ano fixado no **caput** deste artigo.”

Justificação

Pelo longo tempo transcorrido (séculos XVI, XVII e XVIII), não faria sentido exigir-se o transcurso do prazo de um ano para incorporação ao patrimônio da União.

Sala da Comissão, 4 de abril de 1984. —
Cunha Bueno.

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

I — Relatório

Volta a esta Comissão o Projeto de Lei n.º 2.680, de 1983, de autoria do Poder Executivo, para exame das Emendas Oferecidas em Plenário pelos nobres Deputados José Ribamar Machado, Cunha Bueno e Nilson Gibson.

A Emenda n.º 1 correspondente, no seu inteiro teor, ao que se contém nas Emendas n.ºs 2 e 4 a 10, devidamente justificadas, e visam introduzir alteração em vários dispositivos do projeto original, ou seja:

a) no art. 12, com o objetivo de tornar harmônico o projeto, já que o mesmo trata alternativamente de contrato e autorização em outros dispositivos;

b) no art. 18, onde foi incluída a ressalva da obrigação de entregar à autoridade naval a coisa ou bem encontrado, a fim de evitar saque predatório;

c) no art. 19, onde a alteração exclui a possibilidade de alternarem-se os prazos previamente concedidos para pesquisa;

d) no art. 20, para que haja distinção entre navios de cascos metálicos, geral-

mente do século XIX em diante, e os de cascos de madeira, obviamente mais antigos, dos séculos XVI a XVIII, e formas diferentes de contratação ou autorização de pesquisa, remoção ou exploração, tendo como justificação a experiência nesse campo da Diretoria de Portos e Costas e do Serviço de Documentação Geral da Marinha, que tem resultado no acréscimo ao patrimônio do Museu Naval e Oceanográfico da Marinha de não poucos objetos histórico-náuticos e outros;

e) no art. 22, evitando que haja cancelamento de autorização sem justificativa;

f) no art. 26, harmonizando a redação desse artigo com a do art. 12 e introduzindo a dispensa de caução para a empresa com tradição na Marinha, prática essa que já é costumeira;

g) no art. 30, adequando a redação do dispositivo, pois não teria sentido o encaminhamento à Secretaria da Receita Federal de coisas e bens já incorporados ao domínio da União, por força do art. 32 do projeto;


h) no art. 32, prevendo a automática incorporação ao domínio da União dos destroços de navios de cascos de madeira afundados nos séculos XVI, XVII e XVIII, independentemente do decurso do prazo de um ano fixado no **caput** do artigo.

A Emenda n.º 3 adita um parágrafo ao art. 16, dispondo que não será concedida autorização para operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção ou demolição a pessoa física ou jurídica estrangeira ou a pessoa jurídica sob controle estrangeiro, que também não poderão ser subcontratadas por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras.

Cumpre-nos analisar a matéria, nos aspectos de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e também o exame de mérito, que foi deferido a esta Comissão.

Não há, a nosso ver, óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa para a aprovação das emendas propostas.

No que partine ao mérito das Emendas n.ºs 2 e 4 a 10, as duntas justificações invocadas pelo autor nos induz a acolhê-las, por melhor se amoldar o seu conteúdo aos objetivos e procedimentos caracterizados no projeto. Quanto à Emenda n.º 3, que não se encontra devidamente justificada, somos de parecer que a mesma cria uma restrição que, se por um lado é louvável, por vir em benefício do empresariado ge-



nuinamente nacional, por outro é perigosamente prejudicial aos objetivos do projeto, tendo em vista que as técnicas e práticas de remoção de coisas e bens afundados podem não estar devidamente dominadas pelas empresas nacionais do ramo, que também poderão não estar devidamente aparelhadas de maquinária moderna, pon-do em risco o êxito de empreendimentos ou a relação custo/benefício dos mesmos.

II — Voto do Relator

Diante do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas de Plenário n.ºs 1 a 10, com a ressalva de que a Emenda n.º 1 corresponde às Emendas n.ºs 2 e 4 a 10, e, salvo restrições à Emenda n.º 3, de reconhecimento de seus aspectos meritórios.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 1985.
— **Brabo de Carvalho**, Relator.

III — Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião ordinária de sua Turma "B" realizada hoje, ao apreciar as Emendas oferecidas em Plenário ao Projeto de Lei n.º 2.680-A/83, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição da Emenda n.º 3 e aprovação das demais, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Aluizio Campos, Presidente; Brabo de Carvalho, Jorge Arbage, João Gilberto, Plínio Martins, Raimundo Leite, Francisco Amaral, Valmor Giavarina, Bonifácio de Andrada, Gomes da Silva, Gerson Peres, Guido Moesch, Celso Barros e Nilson Gibson.

Sala da Comissão, 20 de agosto de 1985.
— **Aluizio Campos**, Presidente — **Brabo de Carvalho**, Relator.

Caixa: 90

Lote: 59
PL N° 2680/1983

87



Atala. Em 07.11.85

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO**



PROJETO DE LEI nº 2.680-B, de 1983
REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI nº 2.680-C, de 1983

Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, ficam submetidos às disposições desta lei.

Art. 2º - Compete ao Ministério da Marinha a coordenação, o controle e a fiscalização das operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único - O Ministro da Marinha poderá delegar a execução de tais serviços a outros órgãos federais, estaduais, municipais e, por concessão, a particulares, em áreas definidas de jurisdição.

Art. 3º - As coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei serão considerados como perdidos quando o seu responsável:

[Assinaturas]



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO



I - declarar à Autoridade Naval que o consi
dera perdido;

II - não for conhecido, estiver ausente ou
não manifestar sua disposição de providenciar, de imediato, a
flutuação ou recuperação da coisa ou bem, mediante operação de
assistência e salvamento.

Art. 4º - O responsável por coisas ou bens
referidos no art. 1º desta lei poderá solicitar à Autoridade Na
val licença para pesquisá-los, explorá-los, removê-los ou demo
li-los, no todo ou em parte.

Art. 5º - A Autoridade Naval, a seu exclusi
vo critério, poderá determinar ao responsável por coisas ou
bens referidos no art. 1º desta lei, sua remoção ou demolição, no
todo ou em parte, quando constituírem ou vierem a constituir pe
rigo, obstáculo à navegação ou ameaça de danos a terceiros ou ao
meio-ambiente.

Parágrafo único - A Autoridade Naval fixará
prazos para início e término da remoção ou demolição, que pode
rão ser alterados, a seu critério.

Art. 6º - O direito estabelecido no art. 4º
desta lei prescreverá em 5 (cinco) anos, a contar da data do si
nistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único - O prazo previsto neste ar
tigo ficará suspenso quando:

I - o responsável iniciar a remoção ou de
molição;

II - a Autoridade Naval determinar a remoção
ou demolição;

III - a remoção ou demolição for interrompida
mediante protesto judicial.

Art. 7º - Decorrido o prazo de 5 (cinco)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO



anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna do mar, sem que o responsável pelas coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei tenha solicitado licença para sua remoção ou demolição, será considerado como presunção legal de renúncia à propriedade, passando as coisas ou os bens ao domínio da União.

Art. 8º - O responsável pelas coisas ou pelos bens referidos no art. 1º desta lei poderá ceder a terceiros seus direitos de disposição sobre os mesmos.

§ 1º - O cedente e o cessionário são solidariamente responsáveis pelos riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio-ambiente, decorrentes da existência das coisas ou dos bens referidos no art. 1º ou conseqüentes das operações de sua remoção ou demolição.

§ 2º - A cessão deverá ser comunicada à Autoridade Naval, sob pena de ser anulado o ato.

Art. 9º - A determinação de remoção ou demolição de que trata o art. 5º desta lei será feita:

I - por intimação pessoal, quando o responsável tiver paradeiro conhecido no País;

II - por edital, quando o responsável tiver paradeiro ignorado, incerto ou desconhecido, quando não estiver no País, quando se furtar à intimação pessoal ou quando for desconhecido.

§ 1º - A intimação de responsável estrangeiro deverá ser feita através de edital, enviando-se cópia à Embaixada ou ao Consulado de seu país de origem, ou, caso seu paradeiro seja conhecido, à Embaixada ou Consulado do país em que residir.

§ 2º - O edital, com prazo de 15 (quinze) dias, será publicado, uma vez, no Diário Oficial da União, em jornal de grande circulação da capital da Unidade da Federação onde se



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO



encontrem as coisas ou os bens, em jornal da cidade portuária mais próxima ou de maior importância do Estado e em jornal do Rio de Janeiro, caso as coisas ou os bens se encontrem afastados da costa ou nas proximidades de ilhas oceânicas.

Art. 10 - A Autoridade Naval poderá assumir as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, por conta e risco de seu responsável, caso este não tenha providenciado ou conseguido realizar estas operações dentro dos prazos legais estabelecidos.

Art. 11 - A Autoridade Naval determinará que o responsável, antes de dar início à pesquisa, exploração, remoção ou demolição solicitadas ou determinadas, das coisas ou dos bens referidos no art. 1º desta lei adote providências imediatas e preliminares para prevenir, reduzir ou controlar os riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio-ambiente.

§ 1º - A providência determinada deverá consistir:

I - na manutenção, se possível, a bordo, ou em local próximo à embarcação, de seu Comandante ou de um Oficial ou um Tripulante; e

II - na demarcação ou sinalização das coisas ou dos bens.

§ 2º - Na falta de atendimento imediato de tais providências, ou quando for impraticável ou não houver tempo para intimar o responsável, a Autoridade Naval poderá adotar providências por conta e risco do responsável.

Art. 12 - A Autoridade Naval poderá empregar seus próprios meios ou autorizar terceiros para executarem as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição de coisas



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO



ou bens referidos no art. 1º desta lei, no exercício do direito a que se referem o art. 10 e o § 2º do art. 11.

§ 1º - No contrato com terceiros ou na autorização a estes dada poderá constar cláusula determinando o pagamento no todo ou em parte, com as coisas ou os bens recuperados, ou removidos, ressalvado o direito do responsável de reaver a posse até 30 (trinta) dias após a recuperação, mediante pagamento do valor da fatura, do seguro ou de mercado, o que for maior, da mesma coisa ou bem, além do pagamento do que faltar para reembolso integral das despesas havidas ou contratadas para a operação executada.

§ 2º - Na falta de disposição em contrário no contrato ou autorização ou sendo a recuperação feita pela Autoridade Naval, as coisas ou os bens resgatados, nacionais ou nacionalizados, serão imediatamente vendidos em licitação ou hasta pública, dando-se preferência na arrematação àquele que efetuou a remoção ou recuperação, ressalvado o direito do responsável de reaver sua posse, na forma e no prazo estabelecidos no parágrafo anterior.

Art. 13 - O responsável pelas coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, seu cessionário e o segurador, que tenham coberto especificadamente os riscos de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens, permanecerão solidariamente responsáveis:

I - pelos danos que venham provocar, direta ou indiretamente, à segurança da navegação, a terceiros ou ao meio-ambiente, até que as coisas ou os bens sejam removidos ou demolidos, ou até que sejam incorporados ao domínio da União pelo decorso do prazo de 5 (cinco) anos a contar do sinistro; e

II - pelo que faltar para reembolsar ou indenizar a União, quando a Autoridade Naval tiver atuado conforme disposto no art. 10 e no § 2º do art. 11.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE REDAÇÃO



§ 1º - No caso de uma embarcação, o seu responsá
vel responderá, solidariamente, com o responsável pela carga, pe
los danos que esta carga possa provocar à segurança da navegação,
a terceiros e ao meio-ambiente.

§ 2º - No caso de haver saldo a favor do responsá
vel pelas coisas ou pelos bens, após a disposição das coisas e dos
bens recuperados, e depois de atendido o disposto no inciso II des
te artigo, o saldo será mantido pela Autoridade Naval, à disposi
ção do interessado, até 5 (cinco) anos a contar da data do sinis
tro, depois do que será considerado como receita da União.

§ 3º - As responsabilidades de que tratam o inciso
I e o § 1º deste artigo permanecerão, mesmo nos casos em que os da
nos sejam decorrentes de operações realizadas pela Autoridade Na
val, nos termos do art. 10 e do § 2º do art. 11.

Art. 14 - No caso de embarcação ~~que~~ que contiver carga
e que em decorrência de sinistro ou fortuna do mar se encontrar em
uma das situações previstas no art. 1º desta lei, será adotado o
seguinte procedimento:

I - não havendo manifestação de interesse por par
te do responsável pela carga, o responsável pela embarcação pode
rá solicitar autorização para remoção ou recuperação da carga ou
ser intimado pela Autoridade Naval a remover a carga, juntamente com
a embarcação ou separadamente dela;

II - o responsável pela carga poderá solicitar à
Autoridade Naval autorização para sua remoção ou recuperação, inde
pendente de pedido por parte do responsável pela embarcação.

§ 1º - A Autoridade Naval poderá, a seu critério,
exigir a remoção da carga intimando o seu responsável e o responsá
vel pela embarcação, junta ou separadamente.

§ 2º - A Autoridade Naval poderá negar autorização
ao responsável pela carga, para sua remoção ou recuperação, quan
do, a seu critério, concluir haver sério risco de resultar em modi



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO



ficação de situação em relação à embarcação, que venha a tornar mais difícil ou onerosa a sua remoção.

§ 3º - A Autoridade Naval, ao assumir a operação de remoção da embarcação, poderá aceitar, a seu critério, a colaboração ou participação do responsável interessado pela recuperação da carga.

Art. 15 - Ao solicitar autorização para a pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, o responsável deverá indicar:

I - os meios de que dispõe, ou que pretende obter, para a realização das operações;

II - a data em que pretende dar início às operações e a data prevista para o seu término;

III - o processo a ser empregado; e

IV - se a recuperação será total ou parcial.

§ 1º - A Autoridade Naval poderá vetar o uso de meios ou processos que, a seu critério, representem riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, para terceiros ou para o meio-ambiente.

§ 2º - A Autoridade Naval poderá condicionar a autorização à remoção, pelo responsável, de todas as coisas ou bens, e não parte deles, bem como de seus acessórios e remanescentes ou, quando se tratar de embarcação, também de sua carga.

§ 3º - A Autoridade Naval fiscalizará as operações e, na hipótese de que o responsável venha a abandoná-las sem completar a remoção do todo determinado, poderá substituí-lo nos termos do art. 10.

Art. 16 - A Autoridade Naval poderá conceder autorização para a remoção ou exploração, no todo ou em parte, de coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, que tenham passado ao domínio da União.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO



§ 1º - O pedido de autorização para exploração ou remoção deverá ser antecedido por pedido de autorização para pesquisa de coisas ou bens.

§ 2º - Havendo mais de um pedido de exploração ou remoção, em relação à mesma coisa ou bem, apresentados no prazo de intimação ou do edital a que se refere o § 3º deste artigo, terão preferência, independente de prazos para início e fim das operações, mas desde que ofereçam as mesmas condições econômicas para a União:

I - em primeiro lugar, aquele que, devidamente autorizado a pesquisar, tenha localizado a coisa ou o bem;

II - em segundo lugar, o antigo responsável pela coisa ou pelo bem.

§ 3º - Para que possam manifestar sua preferência, se assim o desejarem, deverão aqueles mencionados nos incisos I e II do § 2º deste artigo ser intimados, pessoalmente ou por edital, obedecendo-se, no que couber, as regras estabelecidas no art. 9º e seus parágrafos. O custo das intimações ou da publicação de editais correrá por conta dos interessados.

§ 4º - Nas intimações ou editais será estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias para que aqueles mencionados nos incisos I e II do § 2º deste artigo manifestem seu desejo de preferência. Manifestada a preferência, a Autoridade Naval decidirá de acordo com o que dispõe o § 2º deste artigo.

§ 5º - Não será concedida a autorização para realizar operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção ou demolição a pessoa física ou jurídica estrangeira ou a pessoa jurídica sob controle estrangeiro, que também não poderão ser subcontratadas por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras.

Art. 17 - A Autoridade Naval, quando for de seu interesse, poderá pesquisar, explorar, remover e demolir quaisquer coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, já incorporados ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO



domínio da União.

Art. 18 - A Autoridade Naval, no exame de solicitação de autorização para pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, levará em conta os interesses da preservação do local, das coisas ou dos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, a segurança da navegação e o perigo de danos a terceiros e ao meio-ambiente.

Parágrafo único - A autorização de pesquisa não dá ao interessado o direito de alterar o local em que foi encontrada a coisa ou o bem, suas condições, ou de remover qualquer parte.

Art. 19 - A Autoridade Naval, ao conceder autorização para pesquisa, fixará, a seu critério, prazos para seu início e término.

§ 1º - A Autoridade Naval, a seu critério, poderá autorizar que mais de um interessado efetue pesquisas e tente a localização de coisas ou bens.

§ 2º - O autorizado a realizar operações de pesquisa manterá a Autoridade Naval informada do desenvolvimento das operações e, em especial, de seus resultados e achados.

Art. 20 - As coisas e os bens resgatados, de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, permanecerão no domínio da União, não sendo passíveis de apropriação, adjudicação, doação, alienação direta ou através de licitação ou hasta pública, e a eles não serão atribuídos valores para fins de fixação de pagamento a concessionário.

Art. 21 - O contrato ou ato de autorização de remoção ou exploração poderá prever como pagamento ao concessionário, ressalvado o disposto no art. 20 desta lei, **in fine**:

I - soma em dinheiro;

II - soma em dinheiro, proporcional ao valor das coisas e dos bens que vierem a ser recuperados;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO



III - adjudicação de parte dos bens que vierem a ser recuperados;

IV - pagamento a ser fixado diante do resultado de remoção ou exploração, conforme as regras estabelecidas para fixação de pagamento por assistência e salvamento, no que couber.

§ 1º - Serão decididos por arbitragem os pagamentos previstos nos incisos II e IV deste artigo, que não estejam ajustados em contrato ou acordo.

§ 2º - Ressalvado o disposto no inciso III deste artigo, todas as demais coisas ou bens desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico que venham a ser removidos terão sua destinação dada pela Autoridade Naval, a seu critério, ou serão alienados, pela mesma Autoridade, em licitação ou hasta pública, tendo preferência, preço por preço, o concessionário, em primeiro lugar, e o antigo responsável, em segundo lugar.

§ 3º - O valor das coisas e dos bens que vierem a ser removidos poderá ser fixado no contrato ou ato de concessão, antes do início ou depois do término das operações de remoção.

Art. 22 - A Autoridade Naval poderá cancelar a autorização se:

I - o autorizado não tiver dado início às operações dentro do prazo estabelecido no ato de autorização, ou, no curso das operações, não apresentar condições para lhes dar continuidade;

II - verificar, durante as operações, o surgimento de riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, de danos a terceiros, inclusive aos que estiverem trabalhando nas operações, e ao meio-ambiente;

III - verificar, durante as operações, que o processo ou os meios empregados estão causando ou poderão causar prejuízo às coisas ou aos bens de valor artístico, de interesse históri



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO



co ou arqueológico, ou danificar local que deva ser preservado pelos mesmos motivos.

Parágrafo único - Nenhum pagamento será devido ao autorizado pelo cancelamento da autorização, salvo quando já tenha havido coisas ou bens, desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, recuperados, situação em que tais coisas ou bens poderão ser adjudicados ou entregue o produto de sua venda, mesmo que em proporção inferior ao previsto no contrato ou ato de autorização, para pagamento e compensação do autorizado.

Art. 23 - Independente da forma de pagamento contratada, toda e qualquer coisa ou bem recuperados mesmo os destituídos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, deverão ser entregues, tão logo recuperados, à Autoridade Naval. O autorizado, como depositário, será o responsável pela guarda e conservação dos bens recuperados, até efetuar a sua entrega.

Art. 24 - O autorizado para uma remoção, quando na autorização constar que a coisa ou bem deve ser totalmente removido, permanecerá responsável pela operação até a sua completa remoção. A Autoridade Naval poderá intimá-lo a completar a remoção, nos prazos estabelecidos na autorização, bem como poderá substituí-lo, por sua conta e risco, para terminar a remoção, se necessário.

Art. 25 - O autorizado ou contratado estará sujeito às mesmas regras de responsabilidade que se aplicam, na forma do art. 13 desta lei, ao responsável, ao seu cessionário e ao seguidor autorizados ou compelidos a efetuar remoção ou demolição de coisas ou de bens, referidos no art. 1º.

Art. 26 - A Autoridade Naval poderá exigir, do interessado e requerente de autorização para pesquisa, uma caução,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO



em valor por ela arbitrado, como garantia das responsabilidades do autorizado.

Art. 27 - Nos casos em que exista interesse público na remoção ou demolição de embarcações ou quaisquer outras coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, e já incorporados ao domínio da União, a Autoridade Naval poderá vendê-los, em licitação ou hasta pública, a quem se obrigue a removê-los ou demolí-los no prazo por ela determinado.

Art. 28 - Aquele que achar quaisquer coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, não estando presente o seu responsável, fica obrigado a:

I - não alterar a situação das referidas coisas ou bens, salvo se for necessário para colocá-los em segurança; e

II - comunicar imediatamente o achado à Autoridade Naval, fazendo a entrega das coisas e dos bens que tiver colocado em segurança e dos quais tiver a guarda ou posse.

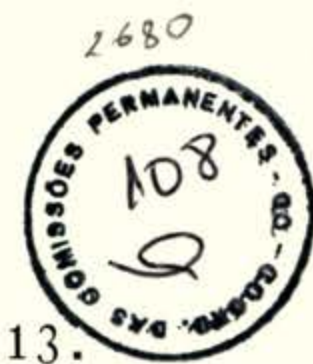
Parágrafo único - A quem achar coisas ou bens nos locais estabelecidos no art. 1º, não caberá invocar em seu benefício as regras da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil Brasileiro - que tratam da invenção e do tesouro.

Art. 29 - As coisas e os bens referidos no art. 1º desta lei, encontrados nas condições previstas no artigo anterior, serão arrecadados e ficarão sob a custódia da Autoridade Naval, que poderá entregá-los, quando nacionais ou nacionalizados, aos seus responsáveis.

§ 1º - As coisas e os bens que ainda não tenham sido alienados pela Autoridade Naval poderão ser reclamados e entregues aos seus responsáveis, pagando o interessado as custas e despesas de guarda e conservação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO



§ 2º - Não sendo as coisas e os bens reclama-
dos por seus responsáveis, no prazo de 30 (trinta) dias da arreca
dação, a Autoridade Naval poderá declará-los perdidos.

§ 3º - As coisas e os bens de difícil guarda e cons
ervação poderão ser alienados em licitação ou hasta pública pela
Autoridade Naval. O produto da alienação será guardado por aquela
Autoridade Naval pelo prazo de 6 (seis) meses, à disposição do resp
onsável pela coisa ou bem. Decorrido o prazo, o produto da alien
ação será convertido em receita da União.

Art. 30 - As coisas e os bens de que trata o art.
1º desta lei, quando identificados pela Autoridade Naval como de
procedência estrangeira e não incorporados ao domínio da União
por força do art. 32, serão encaminhados à Secretaria da Receita Fed
eral para aplicação da legislação fiscal pertinente.

Art. 31 - As autorizações concedidas, até a data
da promulgação desta lei, para a pesquisa, exploração ou remoção
de coisas ou bens referidos no art. 1º, não ficarão prejudicadas,
ficando os interessados, no entanto, sujeitos às normas desta
lei.

Art. 32 - As coisas ou bens afundados, submersos,
encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos
de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrên
cia de sinistro, alijamento ou fortuna do mar ocorrido há mais
de 20 (vinte) anos da data de publicação desta lei, cujos responsáv
eis não venham a requerer autorização para pesquisa com fins de
remoção, demolição ou exploração, no prazo de 1 (um) ano a contar
da data da publicação desta lei, serão considerados, automaticament
e, incorporados ao domínio da União.

Parágrafo único - Os destroços de navios de cascos
de madeira afundados nos séculos XVI, XVII e XVIII ter-se-ão como
automaticamente incorporados ao domínio da União, independentement



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO



te do decurso do prazo de 1 (um) ano fixado no **caput** deste ar
tigo.

Art. 33 - Das decisões proferidas, nos termos des
ta lei, caberá pedido de reconsideração à própria Autoridade Na
val ou recurso à instância imediatamente superior àquela que pro
feriu a decisão, sem efeito suspensivo.

Parágrafo único - Para fins do disposto nesta lei,
o Ministro da Marinha é considerado a instância final, na esfera
da Administração Pública, para recursos às decisões da Autoridade
Naval.

Art. 34 - São consideradas Autoridades Navais, para
fins desta lei, as do Ministério da Marinha, conforme as atribui
ções definidas nos respectivos regulamentos.

Art. 35 - O Ministro da Marinha, sem prejuízo da
aplicação imediata do estabelecido nesta lei, baixará e manterá
atualizadas instruções necessárias à sua execução.

Art. 36 - As infrações aos dispositivos desta lei
sujeitam os infratores às sanções cabíveis do Decreto-lei nº ...
72.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, sem prejuízo da
aplicação de outras previstas na legislação vigente.

Art. 37 - Esta lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Art. 38 - Ficam revogados os arts. 731 a 739 da
Lei nº 556, de 25 de junho de 1850 - Código Comercial Brasileiro;
o art. 5º do Decreto-lei nº 1.284, de 18 de maio de 1939; o Decre
to-lei nº 235, de 2 de fevereiro de 1938; o Decreto-lei nº 8.256,
de 30 de novembro de 1945, com as alterações introduzidas pela Lei
nº 1.471, de 21 de novembro de 1951; a alínea **p** do art. 3º da Lei
nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963; o Título XXI do Livro V do
Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939 (arts. 769 a 771)

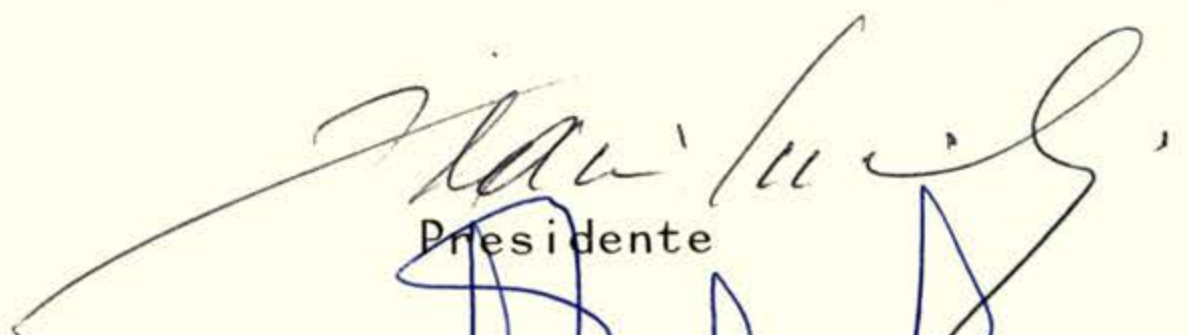




CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE REDAÇÃO



e o inciso XIV do art. 1.218 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil - e demais disposições em contrario.

COMISSÃO DE REDAÇÃO, 5 de novembro de 1985.


Presidente

Relator





Brasília, 18 de novembro de 1985.

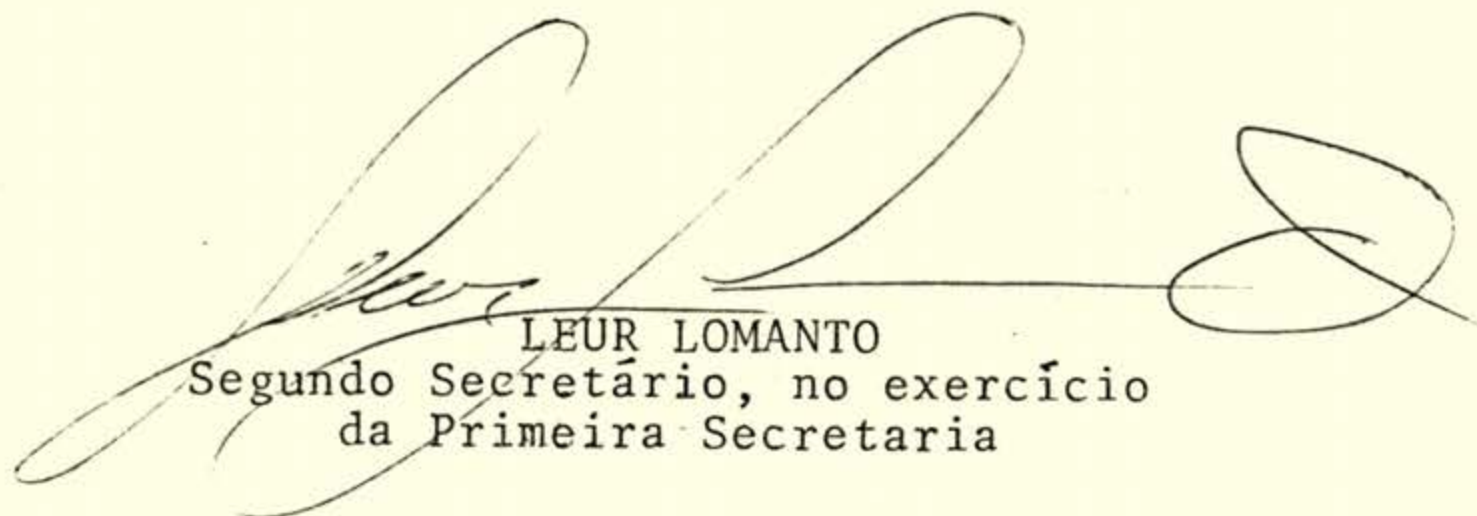
Nº 716

Encaminha Projeto de Lei
nº 2.680-C, de 1983.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, nos termos do Art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 2.680-C, de 1983, que "dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências", apreciado pela Câmara dos Deputados nos termos do Art. 51 da Constituição Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e distinta consideração.



LEUR LOMANTO
Segundo Secretário, no exercício
da Primeira Secretaria

A Sua Excelência o Senhor
Senador ENÉAS FARIA
DD. Primeiro Secretário do Senado Federal
N E S T A

jb/.



Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, ficam submetidos às disposições desta lei.

Art. 2º - Compete ao Ministério da Marinha a coordenação, o controle e a fiscalização das operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único - O Ministro da Marinha poderá delegar a execução de tais serviços a outros órgãos federais, estaduais, municipais e, por concessão, a particulares, em áreas definidas de jurisdição.

Art. 3º - As coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei serão considerados como perdidos quando o seu responsável:

I - declarar à Autoridade Naval que o considera perdido;

II - não for conhecido, estiver ausente ou não manifestar sua disposição de providenciar, de imediato, a flutuação ou recuperação da coisa ou bem, mediante operação de assistência e salvamento.



2.

Art. 4º - O responsável por coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei poderá solicitar à Autoridade Naval licença para pesquisá-los, explorá-los, removê-los ou demoli-los, no todo ou em parte.

Art. 5º - A Autoridade Naval, a seu exclusivo critério, poderá determinar ao responsável por coisas ou bens, referidos no art. 1º desta lei, sua remoção ou demolição, no todo ou em parte, quando constituírem ou vierem a constituir perigo, obstáculo à navegação ou ameaça de danos a terceiros ou ao meio-ambiente.

Parágrafo único - A Autoridade Naval fixará prazos para início e término da remoção ou demolição, que poderão ser alterados, a seu critério.

Art. 6º - O direito estabelecido no art. 4º desta lei prescreverá em 5 (cinco) anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único - O prazo previsto neste artigo ficará suspenso quando:

I - o responsável iniciar a remoção ou demolição;

II - a Autoridade Naval determinar a remoção ou demolição;

III - a remoção ou demolição for interrompida mediante protesto judicial.

Art. 7º - Decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna do mar, sem que o responsável pelas coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei tenha solicitado licença para sua remoção ou demolição, será considerado como presunção legal de renúncia à propriedade, passando as coisas ou os bens ao domínio da União.

Art. 8º - O responsável pelas coisas ou pelos bens referidos no art. 1º desta lei poderá ceder a terceiros seus direitos de disposição sobre os mesmos.

§ 1º - O cedente e o cessionário são solidariamente responsáveis pelos riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio-ambiente, decorrentes da existência das coisas ou dos bens referidos no art. 1º ou conseqüentes das operações de sua remoção ou demolição.

§ 2º - A cessão deverá ser comunicada à Autoridade



3.

Naval, sob pena de ser anulado o ato.

Art. 9º - A determinação de remoção ou demolição de que trata o art. 5º desta lei será feita:

I - por intimação pessoal, quando o responsável tiver paradeiro conhecido no País;

II - por edital, quando o responsável tiver paradeiro ignorado, incerto ou desconhecido, quando não estiver no País, quando se furtar à intimação pessoal ou quando for desconhecido.

§ 1º - A intimação de responsável estrangeiro deverá ser feita através de edital, enviando-se cópia à Embaixada ou ao Consulado de seu país de origem, ou, caso seu paradeiro seja conhecido, à Embaixada ou Consulado do país em que residir.

§ 2º - O edital, com prazo de 15 (quinze) dias, será publicado, uma vez, no Diário Oficial da União, em jornal de grande circulação da capital da Unidade da Federação onde se encontrem as coisas ou os bens, em jornal da cidade portuária mais próxima ou de maior importância do Estado e em jornal do Rio de Janeiro, caso as coisas ou os bens se encontrem afastados da costa ou nas proximidades de ilhas oceânicas.

Art. 10 - A Autoridade Naval poderá assumir as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, por conta e risco de seu responsável, caso este não tenha providenciado ou conseguido realizar estas operações dentro dos prazos legais estabelecidos.

Art. 11 - A Autoridade Naval determinará que o responsável, antes de dar início à pesquisa, exploração, remoção ou demolição solicitadas ou determinadas, das coisas ou dos bens referidos no art. 1º desta lei adote providências imediatas e preliminares para prevenir, reduzir ou controlar os riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio-ambiente.

§ 1º - A providência determinada deverá consistir:

I - na manutenção, se possível, a bordo, ou em local próximo à embarcação, de seu Comandante ou de um Oficial ou um Tripulante; e

II - na demarcação ou sinalização das coisas ou dos bens.



4.

§ 2º - Na falta de atendimento imediato de tais providências, ou quando for impraticável ou não houver tempo para intimar o responsável, a Autoridade Naval poderá adotar providências por conta e risco do responsável.

Art. 12 - A Autoridade Naval poderá empregar seus próprios meios ou autorizar terceiros para executarem as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição de coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, no exercício do direito a que se referem o art. 10 e o § 2º do art. 11.

§ 1º - No contrato com terceiros ou na autorização a estes dada poderá constar cláusula determinando o pagamento no todo ou em parte, com as coisas ou os bens recuperados, ou removidos, ressalvado o direito do responsável de reaver a posse até 30 (trinta) dias após a recuperação, mediante pagamento do valor da fatura, do seguro ou de mercado, o que for maior, da mesma coisa ou bem, além do pagamento do que faltar para reembolso integral das despesas havidas ou contratadas para a operação executada.

§ 2º - Na falta de disposição em contrário no contrato ou autorização ou sendo a recuperação feita pela Autoridade Naval, as coisas ou os bens resgatados, nacionais ou nacionalizados, serão imediatamente vendidos em licitação ou hasta pública, dando-se preferência na arrematação àquele que efetuou a remoção ou recuperação, ressalvado o direito do responsável de reaver sua posse, na forma e no prazo estabelecidos no parágrafo anterior.

Art. 13 - O responsável pelas coisas ou bens referidos no art 1º desta lei, seu cessionário e o segurador, que tenham coberto especificadamente os riscos de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens, permanecerão solidariamente responsáveis:

I - pelos danos que venham provocar, direta ou indiretamente, à segurança da navegação, a terceiros ou ao meio-ambiente, até que as coisas ou os bens sejam removidos ou demolidos, ou até que sejam incorporados ao domínio da União pelo decurso do prazo de 5 (cinco) anos a contar do sinistro; e

II - pelo que faltar para reembolsar ou indenizar a União, quando a Autoridade Naval tiver atuado conforme disposto no art. 10 e no § 2º do art. 11.

§ 1º - No caso de uma embarcação, o seu responsável



5.

responderá, solidariamente, com o responsável pela carga, pelos danos que esta carga possa provocar à segurança da navegação, a terceiros e ao meio-ambiente.

§ 2º - No caso de haver saldo a favor do responsável pelas coisas ou pelos bens, após a disposição das coisas e dos bens recuperados, e depois de atendido o disposto no inciso II deste artigo, o saldo será mantido pela Autoridade Naval, à disposição do interessado, até 5 (cinco) anos a contar da data do sinistro, depois do que será considerado como receita da União.

§ 3º - As responsabilidades de que tratam o inciso I e o § 1º deste artigo permanecerão, mesmo nos casos em que os danos sejam decorrentes de operações realizadas pela Autoridade Naval, nos termos do art. 10 e do § 2º do art. 11.

Art. 14 - No caso de embarcação que contiver carga e que em decorrência de sinistro ou fortuna do mar se encontrar em uma das situações previstas no art. 1º desta lei, será adotado o seguinte procedimento:

I - não havendo manifestação de interesse por parte do responsável pela carga, o responsável pela embarcação poderá solicitar autorização para remoção ou recuperação da carga ou ser intimado pela Autoridade Naval a remover a carga, juntamente com a embarcação ou separadamente dela;

II - o responsável pela carga poderá solicitar à Autoridade Naval autorização para sua remoção ou recuperação, independente de pedido por parte do responsável pela embarcação.

§ 1º - A Autoridade Naval poderá, a seu critério, exigir a remoção da carga intimando o seu responsável e o responsável pela embarcação, junta ou separadamente.

§ 2º - A Autoridade Naval poderá negar autorização ao responsável pela carga, para sua remoção ou recuperação, quando, a seu critério, concluir haver sério risco de resultar em modificação de situação em relação à embarcação, que venha a tornar mais difícil ou onerosa a sua remoção.

§ 3º - A Autoridade Naval, ao assumir a operação de remoção da embarcação, poderá aceitar, a seu critério, a colaboração ou participação do responsável interessado pela recuperação da carga.

Art. 15 - Ao solicitar autorização para a pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens referidos no art.



6.

1º desta lei, o responsável deverá indicar:

I - os meios de que dispõe, ou que pretende obter, para a realização das operações;

II - a data em que pretende dar início às operações e a data prevista para o seu término;

III - o processo a ser empregado; e

IV - se a recuperação será total ou parcial.

§ 1º - A Autoridade Naval poderá vetar o uso de meios ou processos que, a seu critério, representem riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, para terceiros ou para o meio-ambiente.

§ 2º - A Autoridade Naval poderá condicionar a autorização à remoção, pelo responsável, de todas as coisas ou bens, e não parte deles, bem como de seus acessórios e remanescentes ou, quando se tratar de embarcação, também de sua carga.

§ 3º - A Autoridade Naval fiscalizará as operações e, na hipótese de que o responsável venha a abandoná-las sem completar a remoção do todo determinado, poderá substituí-lo nos termos do art. 10.

Art 16 - A Autoridade Naval poderá conceder autorização para a remoção ou exploração, no todo ou em parte, de coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, que tenham passado ao domínio da União.

§ 1º - O pedido de autorização para exploração ou remoção deverá ser antecedido por pedido de autorização para pesquisa de coisas ou bens.

§ 2º - Havendo mais de um pedido de exploração ou remoção, em relação à mesma coisa ou bem, apresentados no prazo de intimação ou do edital a que se refere o § 3º deste artigo, terão preferência, independente de prazos para início e fim das operações, mas desde que ofereçam as mesmas condições econômicas para a União:

I - em primeiro lugar, aquele que, devidamente autorizado a pesquisar, tenha localizado a coisa ou o bem;

II - em segundo lugar, o antigo responsável pela coisa ou pelo bem.



7.

§ 3º - Para que possam manifestar sua preferência, se assim o desejarem, deverão aqueles mencionados nos incisos I e II do § 2º deste artigo ser intimados, pessoalmente ou por edital, obedecendo-se no que couber, as regras estabelecidas no art. 9º e seus parágrafos. O custo das intimações ou da publicação de editais correrá por conta dos interessados.

§ 4º - Nas intimações ou editais será estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias para que aqueles mencionados nos incisos I e II do § 2º deste artigo manifestem seu desejo de preferência. Manifestada a preferência, a Autoridade Naval decidirá de acordo com o que dispõe o § 2º deste artigo.

§ 5º - Não será concedida a autorização para realizar operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção ou demolição a pessoa física ou jurídica estrangeira ou a pessoa jurídica sob controle estrangeiro, que também não poderão ser subcontratados por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras.

Art 17 - A Autoridade Naval, quando for de seu interesse, poderá pesquisar, explorar, remover e demolir quaisquer coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, já incorporados ao domínio da União.

Art. 18 - A Autoridade Naval, no exame de solicitação de autorização para pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, levará em conta os interesses da preservação do local, das coisas ou dos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, a segurança da navegação e o perigo de danos a terceiros e ao meio-ambiente.

Parágrafo único - A autorização de pesquisa não dará ao interessado o direito de alterar o local em que foi encontrada a coisa ou o bem, suas condições, ou de remover qualquer parte.

Art. 19 - A Autoridade Naval, ao conceder autorização para pesquisa, fixará, a seu critério, prazos para seu início e término.

§ 1º - A Autoridade Naval, a seu critério, poderá autorizar que mais de um interessado efetue pesquisas e tente a localização de coisas ou bens.



8.

§ 2º - O autorizado a realizar operações de pesquisa manterá a Autoridade Naval informada do desenvolvimento das operações e, em especial, de seus resultados e achados.

Art. 20 - As coisas e os bens resgatados, de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, permanecerão no domínio da União, não sendo passíveis de apropriação, adjudicação, doação, alienação direta ou através de licitação ou hasta pública, e a eles não serão atribuídos valores para fins de fixação de pagamento a concessionário.

Art. 21 - O contrato ou ato de autorização de remoção ou exploração poderá prever como pagamento ao concessionário, ressalvado o disposto no art. 20 desta lei, in fine:

I - soma em dinheiro;

II - soma em dinheiro, proporcional ao valor das coisas e dos bens que vierem a ser recuperados;

III - adjudicação de parte dos bens que vierem a ser recuperados;

IV - pagamento a ser fixado diante do resultado de remoção ou exploração, conforme as regras estabelecidas para fixação de pagamento por assistência e salvamento, no que couber.

§ 1º - Serão decididos por arbitragem os pagamentos previstos nos incisos II e IV deste artigo, que não estejam ajustados em contrato ou acordo.

§ 2º - Ressalvado o disposto no inciso III deste artigo, todas as demais coisas ou bens desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico que venham a ser removidos terão sua destinação dada pela Autoridade Naval, a seu critério, ou serão alienados, pela mesma Autoridade, em licitação ou hasta pública, tendo preferência, preço por preço, o concessionário, em primeiro lugar, e o antigo responsável, em segundo lugar.

§ 3º - O valor das coisas e dos bens que vierem a ser removidos poderá ser fixado no contrato ou ato de concessão antes do início ou depois do término das operações de remoção.



Art. 22 - A Autoridade Naval poderá cancelar a auto
rização se:

I - o autorizado não tiver dado início às operações dentro do prazo estabelecido no ato de autorização, ou, no curso das operações, não apresentar condições para lhes dar continuidade;

II - verificar, durante as operações, o surgimento de riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, de danos a terceiros, inclusive aos que estiverem trabalhando nas operações, e ao meio-ambiente;

III - verificar, durante as operações, que o processo ou os meios empregados estão causando ou poderão causar prejuízo às coisas ou aos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, ou danificar local que deva ser preservado pelos mesmos motivos.

Parágrafo único - Nenhum pagamento será devido ao autorizado pelo cancelamento da autorização, salvo quando já tenha havido coisas ou bens, desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, recuperados, situação em que tais coisas ou bens poderão ser adjudicados ou entregue o produto de sua venda, mesmo que em proporção inferior ao previsto no contrato ou ato de autorização, para pagamento e compensação do autorizado.

Art. 23 - Independente da forma de pagamento contratada, toda e qualquer coisa ou bem recuperados mesmo os destituídos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, deverão ser entregues, tão logo recuperados, à Autoridade Naval. O autorizado, como depositário, será o responsável pela guarda e conservação dos bens recuperados, até efetuar a sua entrega.

Art. 24 - O autorizado para uma remoção, quando na autorização constar que a coisa ou bem deve ser totalmente removido, permanecerá responsável pela operação até a sua completa remoção. A Autoridade Naval poderá intimá-lo a completar a remoção, nos prazos estabelecidos na autorização, bem como poderá substituí-lo, por sua conta e risco, para teminar a remoção, se necessário.

Art. 25 - O autorizado ou contratado estará sujeito às mesmas regras de responsabilidade que se aplicam, na forma do art.



10.

13 desta lei, ao responsável, ao seu cessionário e ao segurador autorizados ou compelidos a efetuar remoção ou demolição de coisas ou de bens, referidos no art. 1º.

Art. 26 - A Autoridade Naval poderá exigir, do interessado e requerente de autorização para pesquisa, uma caução, em valor por ela arbitrado, como garantia das responsabilidades do autorizado.

Art. 27 - Nos casos em que exista interesse público na remoção ou demolição de embarcações ou quaisquer outras coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, e já incorporados ao domínio da União, a Autoridade Naval poderá vendê-los, em licitação ou hasta pública, a quem se obrigue a removê-los ou demoli-los no prazo por ela determinado.

Art. 28 - Aquele que achar quaisquer coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, não estando presente o seu responsável, fica obrigado a:

I - não alterar a situação das referidas coisas ou bens, salvo se for necessário para colocá-los em segurança; e

II - comunicar imediatamente o achado à Autoridade Naval, fazendo a entrega das coisas e dos bens que tiver colocado em segurança e dos quais tiver a guarda ou posse.

Parágrafo único - A quem achar coisas ou bens nos locais estabelecidos no art. 1º, não caberá invocar em seu benefício as regras da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil Brasileiro - que tratam da invenção e do tesouro.

Art. 29 - As coisas e os bens referidos no art. 1º desta lei, encontrados nas condições previstas no artigo anterior, serão arrecadados e ficarão sob a custódia da Autoridade Naval, que poderá entregá-los, quando nacionais ou nacionalizados, aos seus responsáveis.

§ 1º - As coisas e os bens que ainda não tenham sido alienados pela Autoridade Naval poderão ser reclamados e entregues aos seus responsáveis, pagando o interessado as custas e despesas de guarda e conservação.

§ 2º - Não sendo as coisas e os bens reclamados por

seus responsáveis, no prazo de 30 (trinta) dias da arrecadação, a Autoridade Naval poderá declará-los perdidos.

§ 3º - As coisas e os bens de difícil guarda e conservação poderão ser alienados em licitação ou hasta pública pela Autoridade Naval. O produto da alienação será guardado por aquela Autoridade Naval pelo prazo de 6 (seis) meses, à disposição do responsável pela coisa ou bem. Decorrido o prazo, o produto da alienação será convertido em receita da União.

Art. 30 - As coisas e os bens de que trata o art. 1º desta lei, quando identificados pela Autoridade Naval como de procedência estrangeira e não incorporados ao domínio da União por força do art. 32, serão encaminhados à Secretaria da Receita Federal para aplicação da legislação fiscal pertinente.

Art. 31 - As autorizações concedidas, até a data da promulgação desta lei, para a pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens referidos no art. 1º, não ficarão prejudicadas, ficando os interessados, no entanto, sujeitos às normas desta lei.

Art. 32 - As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar ocorrido há mais de 20 (vinte) anos da data de publicação desta lei, cujos responsáveis não venham a requerer autorização para pesquisa com fins de remoção, demolição ou exploração, no prazo de 1 (um) ano a contar da data da publicação desta lei, serão considerados, automaticamente, incorporados ao domínio da União.

Parágrafo único - Os destroços de navios de cascos de madeira afundados nos séculos XVI, XVII e XVIII ter-se-ão como automaticamente incorporados ao domínio da União, independentemente do decurso do prazo de 1 (um) ano fixado no caput deste artigo.

Art. 33 - Das decisões proferidas, nos termos desta lei, caberá pedido de reconsideração à própria Autoridade Naval ou recurso à instância imediatamente superior àquela que proferiu a decisão, sem efeito suspensivo.

Parágrafo único - Para fins do disposto nesta lei, O Ministro da Marinha é considerado a instância final, na esfera da Administração Pública, para recursos às decisões da Autoridade Naval.

Art. 34 - São consideradas Autoridades Navais, para fins desta lei, as do Ministério da Marinha, conforme as atribuições definidas nos respectivos regulamentos.



12.

Art. 35 - O Ministro da Marinha, sem prejuízo da aplicação imediata do estabelecido nesta lei, baixará e manterá atualizadas instruções necessárias à sua execução.

Art. 36 - As infrações aos dispositivos desta lei sujeitam os infratores às sanções cabíveis do Decreto-lei nº 72.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, sem prejuízo da aplicação de outras previstas na legislação vigente.

Art. 37 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 38 - Ficam revogados os arts. 731 a 739 da Lei nº 556, de 25 de junho de 1850 - Código Comercial Brasileiro; o art. 5º do Decreto-lei nº 1.284, de 18 de maio de 1939; o Decreto-lei nº 235, de 2 de fevereiro de 1938; o Decreto-lei nº 8.256, de 30 de novembro de 1945, com as alterações introduzidas pela Lei nº 1.471, de 21 de novembro de 1951; a alínea p do art. 3º da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963; o Título XXI do Livro V do Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939 (arts. 769 a 771) e o inciso XIV do art. 1.218 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil e demais disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 18 de novembro de 1985.

E M E N T A

Dispõe sobre a Pesquisa, Exploração, Remoção, Demolição de Coisas ou Bens Afundados, Submersos, Encalhados e Perdidos em Águas sob Jurisdição Nacional, em Terrenos de Marinha e seus Acrescidos e em Terrenos Marginais, em Decorrência de Sinistro, Alijamento ou Fortuna do Mar, e dá outras providências.

PODER EXECUTIVO
(MENSAGEM Nº 414/83)

A N D A M E N T O

AVISO Nº 445/83-SUPAR

PROTOCOLO Nº 000081 - 17.11.83

Sancionado ou promulgado

Publicado no Diário Oficial de

Vetado

Razões do veto-publicadas no

MESA

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça.

PLENÁRIO

21.11.83 É lido e vai a imprimir.

DCN 22.11.83, pág. 13018, col. 01.

30.11.83

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Distribuído ao relator, Dep. DJALMA BESSA.

DCN 02.12.83, pag. 14301, col. 03.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

30.11.83

Aprovado unanimemente parecer do relator, Dep. DJALMA BESSA, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

DCN 24.03.84, pag. 850, col. 03.

PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

20.03.84

É lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

(PL. 2.680-A/83)

DCN 21.03.84, pág. 0582, col. 03

VIDE VERSO...



PLENÁRIO

04.04.84 O Sr. Presidente anuncia a Discussão única.

Encerrada a discussão.

Apresentação de 10 Emendas, sendo: a 01, do Dep. José Ribamar Machado, a 03, do Dep. Nilson Gibson, e as 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, e 10, do Dep. Cunha Bueno.

Volta à CCJ.

DCN 05.04.84, pag. 1475, col. 01

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (Emendas de Plenário)

23.04.84 Distribuído ao relator, Dep. BRABO DE CARVALHO.

DCN 16.06.84, pág. 5952, col. 03

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (Emendas de Plenário)

20.08.85 Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. BRABO DE CARVALHO, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição da emenda nº 3 e aprovação das demais.

DCN 31.08.85, pág. 9095, col. 02.

PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

27.08.85 É lido e vai a imprimir, tendo parecer, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação. PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das de nºs 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 e rejeição, no mérito, da de nº 3. (PL. 2.680-B/83)

DCN 28.08.85, pág. 8822, col. 02

PLENÁRIO

23.09.85 O Sr. Presidente anuncia a Votação em Discussão Única.

Adiada a votação por FALTA DE QUORUM.

DCN



ANDAMENTO

PLENÁRIO

24.09.85

O Sr. Presidente anuncia a Votação em Discussão Única.

Requerimento do Dep. José Carlos Vasconcelos, líder do PMDB, de destaque para a votação das Emendas nº 02, 03, 05, 09 e 10 de Plenário.

Requerimento do Dep. José Carlos Vasconcelos, líder do PMDB, de destaque para a votação dos art. 1º, 3º, 8º e 9º da Emenda nº 01 de Plenário.

Requerimento dos Dep. Floriceno Paixão, líder do PDT e Oswaldo Lima Filho, líder do PMDB, de destaque para a votação da Emenda nº 03 de Plenário.

Encaminhamento da votação pelos Dep. Oswaldo Lima Filho, Brabo de Carvalho, Valmor Giavarina e Nilson Gibson.

Em votação as Emendas nº 04, 06, 07 e 08 de Plenário: PMDB=NÃO; PDS=SIM; PFL=NÃO; PDT=NÃO; PTB=SIM; PT=NÃO; PC do B=NÃO; PSB=NÃO; PDC=NÃO - REJEITADAS.

Em votação a Emenda nº 01 de Plenário, ressalvado o destaque: PMDB=NÃO; PDS=NÃO; PFL=NÃO; PDT=NÃO; PTB=NÃO; PT=NÃO; PC do B=NÃO; PSB=NÃO; PDC=NÃO - REJEITADA.

Em votação os art. 1º, 3º, 8º e 9º da Emenda nº 01 de Plenário, destacados: PMDB=SIM; PDS=SIM; PFL=SIM; PDT=SIM; PTB=SIM; PT=SIM; PC do B=SIM; PSB=SIM; PDC=SIM - APROVADOS.

Em votação a Emenda nº 02 de Plenário, destacada: APROVADA.

Em votação a Emenda nº 05 de Plenário, destacada: APROVADA.

Em votação a Emenda nº 09 de Plenário, destacada: APROVADA.

Em votação a Emenda nº 10 de Plenário, destacada: APROVADA.

Em votação a Emenda nº 03 de Plenário, destacada: PMDB=SIM; PDS=NÃO; PFL=SIM; PDT=SIM; PTB=SIM; PT=SIM; PC do B=SIM; PSB=SIM; PDC=SIM - APROVADA.

Em votação o projeto: APROVADO.

Vai à Redação Final.

DCN 25.09.85, pág.10705, col. 02

VIDE VERSO ...



ANDAMENTO

COMISSÃO DE REDAÇÃO

07.11.85 Aprovada unanimemente a Redação Final oferecida pelo relator, Dep. MARCELO LINHARES.
DCN

PLENÁRIO

07.11.85 Aprovada a Redação Final.
Vai ao Senado Federal.
(PL. 2.680-C/83).

DCN

18.11.85 AO SENADO FEDERAL, PELO OF. 716



CÂMARA DOS DEPUTADOS
- 1 OUT 1634 015403
COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES
PROTOCOLO GERAL



SM Nº 707

Em 30 de setembro de 1986

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, aprovado, sem alterações, pelo Senado Federal, em revisão, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para os fins constantes do art. 58, § 1º, da Constituição Federal, o Projeto de Lei (nº 2.680-C, de 1983, na Câmara dos Deputados, e 185, de 1985, no Senado) que "dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha perfeita estima e mais distinta consideração.



SENADOR NIVALDO MACHADO

Secretário, adjunto

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 09/10/86. Ao Senhor Secretário-Geral da Mesa.



Deputado HAROLDO SANFORD
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor Deputado HAROLDO SANFORD
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
JV/.

Arguente. de. Em 10.10.86.
Paulo Affonso m. de Oliveira
Sec. - Gen. da Mesa.



Aviso nº 839 -SUPAR.

Em 26 de setembro de 1986.

Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a essa Secretaria a Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto que se converteu na Lei nº 7.542 de 26 de setembro de 1986.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

MARCO MACIEL
Ministro Chefe do Gabinete Civil

A Sua Excelência o Senhor
Senador ENÉAS FARIA
DD. Primeiro Secretário do Senado Federal
BRASÍLIA-DF.



MENSAGEM Nº 620

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que acabo de sancionar o projeto de lei que "dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 7.542 de 26 de setembro de 1986.

Brasília, em 26 de setembro de 1986.



Lei N.º 7.542 , de 26 de setembro de 1986.

Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, ficam submetidos às disposições desta Lei.

Art. 2º - Compete ao Ministério da Marinha a coordenação, o controle e a fiscalização das operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único - O Ministro da Marinha poderá delegar a execução de tais serviços a outros órgãos federais, estaduais, municipais e, por concessão, a particula



res, em áreas definidas de jurisdição.

Art. 3º - As coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei serão considerados como perdidos quando o seu responsável:

I - declarar à Autoridade Naval que o consi
dera perdido;

II - não for conhecido, estiver ausente ou não manifestar sua disposição de providenciar, de imediato, a flutuação ou recuperação da coisa ou bem, mediante operação de assistência e salvamento.

Art. 4º - O responsável por coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei poderá solicitar à Autorida
de Naval licença para pesquisá-los, explorá-los, removê-los ou demolí-los, no todo ou em parte.

Art. 5º - A Autoridade Naval, a seu exclusi
vo critério, poderá determinar ao responsável por coisas ou bens, referidos no art. 1º desta Lei, sua remoção ou demo
lição, no todo ou em parte, quando constituírem ou vierem a constituir perigo, obstáculo à navegação ou ameaça de danos a terceiros ou ao meio-ambiente.

Parágrafo único - A Autoridade Naval fixará prazos para início e término da remoção ou demolição, que poderão ser alterados, a seu critério.

Art. 6º - O direito estabelecido no art. 4º desta Lei prescreverá em 5 (cinco) anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único - O prazo previsto neste ar



tigo ficará suspenso quando:

I - o responsável iniciar a remoção ou demo
lição;

II - a Autoridade Naval determinar a remoção
ou demolição;

III - a remoção ou demolição for interrompida
mediante protesto judicial.

Art. 7º - Decorrido o prazo de 5 (cinco)
anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna
do mar, sem que o responsável pelas coisas ou bens referi
dos no art. 1º desta Lei tenha solicitado licença para sua
remoção ou demolição, será considerado como presunção legal
de renúncia à propriedade, passando as coisas ou os bens ao
domínio da União.

Art. 8º - O responsável pelas coisas ou pe
los bens referidos no art. 1º desta Lei poderá ceder a ter
ceiros seus direitos de disposição sobre os mesmos.

§ 1º - O cedente e o cessionário são solida
riamente responsáveis pelos riscos ou danos à segurança da
navegação, a terceiros e ao meio-ambiente, decorrentes da
existência das coisas ou dos bens referidos no art. 1º ou
conseqüentes das operações de sua remoção ou demolição.

§ 2º - A cessão deverá ser comunicada à Auto
ridade Naval, sob pena de ser anulado o ato.

Art. 9º - A determinação de remoção ou demo
lição de que trata o art. 5º desta Lei será feita:

I - por intimação pessoal, quando o respon



sãvel tiver paradeiro conhecido no País;

II - por edital, quando o responsável tiver paradeiro ignorado, incerto ou desconhecido, quando não estiver no País, quando se furtar à intimação pessoal ou quando for desconhecido.

§ 1º - A intimação de responsável estrangeiro deverá ser feita através de edital, enviando-se cópia à Embaixada ou ao Consulado de seu país de origem, ou, caso seu paradeiro seja conhecido, à Embaixada ou Consulado do país em que residir.

§ 2º - O edital, com prazo de 15 (quinze) dias, será publicado, uma vez, no Diário Oficial da União, em jornal de grande circulação da capital da Unidade da Federação onde se encontrem as coisas ou os bens, em jornal da cidade portuária mais próxima ou de maior importância do Estado e em jornal do Rio de Janeiro, caso as coisas ou os bens se encontrem afastados da costa ou nas proximidades de ilhas oceânicas.

Art. 10 - A Autoridade Naval poderá assumir as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, por conta e risco de seu responsável, caso este não tenha providenciado ou conseguido realizar estas operações dentro dos prazos legais estabelecidos.

Art. 11 - A Autoridade Naval determinará que o responsável, antes de dar início à pesquisa, exploração, remoção ou demolição solicitadas ou determinadas, das coisas ou dos bens referidos no art. 1º desta Lei adote providências imediatas e preliminares para prevenir, reduzir ou con



trolar os riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio-ambiente.

§ 1º - A providência determinada deverá consistir:

I - na manutenção, se possível, a bordo, ou em local próximo à embarcação, de seu Comandante ou de um Oficial ou um Tripulante; e

II - na demarcação ou sinalização das coisas ou dos bens.

§ 2º - Na falta de atendimento imediato de tais providências, ou quando for impraticável ou não houver tempo para intimar o responsável, a Autoridade Naval poderá adotar providências por conta e risco do responsável.

Art. 12 - A Autoridade Naval poderá empregar seus próprios meios ou autorizar terceiros para executarem as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição de coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, no exercício do direito a que se referem o art. 10 e o § 2º do art. 11.

§ 1º - No contrato com terceiro ou na autorização a estes dada poderá constar cláusula determinando o pagamento no todo ou em parte, com as coisas ou os bens recuperados, ou removidos, ressalvado o direito do responsável de reaver a posse até 30 (trinta) dias após a recuperação, mediante pagamento do valor da fatura, do seguro ou de mercado, o que for maior, da mesma coisa ou bem, além do pagamento do que faltar para reembolso integral das despesas havidas ou contratadas para a operação executada.

§ 2º - Na falta de disposição em contrário



no contrato ou autorização ou sendo a recuperação feita pela Autoridade Naval, as coisas ou os bens resgatados, nacionais ou nacionalizados, serão imediatamente vendidos em licitação ou hasta pública, dando-se preferência na arrematação àquele que efetuou a remoção ou recuperação, ressalvado o direito do responsável de reaver sua posse, na forma e no prazo estabelecidos no parágrafo anterior.

Art. 13 - O responsável pelas coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, seu cessionário e o segurador, que tenham coberto especificadamente os riscos de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens, permanecerão solidariamente responsáveis:

I - pelos danos que venham provocar, direta ou indiretamente, à segurança da navegação, a terceiros ou ao meio-ambiente, até que as coisas ou os bens sejam removidos ou demolidos, ou até que sejam incorporados ao domínio da União pelo decurso do prazo de 5 (cinco) anos a contar do sinistro; e

II - pelo que faltar para reembolsar ou indenizar a União, quando a Autoridade Naval tiver atuado conforme disposto no art. 10 e no § 2º do art. 11.

§ 1º - No caso de uma embarcação, o seu responsável responderá, solidariamente, com o responsável pela carga, pelos danos que esta carga possa provocar à segurança da navegação, a terceiros e ao meio-ambiente.

§ 2º - No caso de haver saldo a favor do responsável pelas coisas ou pelos bens, após a disposição das coisas e dos bens recuperados, e depois de atendido o disposto no inciso II deste artigo, o saldo será mantido pela Autoridade Naval, à disposição do interessado, até 5 (cinco)



anos a contar da data do sinistro, depois do que será consi
derado como receita da União.

§ 3º - As responsabilidades de que tratam o inciso I e o § 1º deste artigo permanecerão, mesmo nos ca
sos em que os danos sejam decorrentes de operações realizada
das pela Autoridade Naval, nos termos do art. 10 e do § 2º do art. 11.

Art. 14 - No caso de embarcação que contiver carga e que em decorrência de sinistro ou fortuna do mar se encontrar em uma das situações previstas no art. 1º desta Lei, será adotado o seguinte procedimento:

I - não havendo manifestação de interesse por parte do responsável pela carga, o responsável pela em
barcação poderá solicitar autorização para remoção ou recu
peração da carga ou ser intimado pela Autoridade Naval a re
mover a carga, juntamente com a embarcação ou separadamen
te dela;

II - o responsável pela carga poderá solici
tar à Autoridade Naval autorização para sua remoção ou recu
peração, independente de pedido por parte do responsável pe
la embarcação.

§ 1º - A Autoridade Naval poderá, a seu cri
tério, exigir a remoção da carga intimando o seu responsá
vel e o responsável pela embarcação, junta ou separadamen
te.

§ 2º - A Autoridade Naval poderá negar auto
rização ao responsável pela carga, para sua remoção ou recu
peração, quando, a seu critério, concluir haver sério risco de resultar em modificação de situação em relação à embarca
ção, que venha a tornar mais difícil ou onerosa a sua remo



ção.

§ 3º - A Autoridade Naval, ao assumir a operação de remoção da embarcação, poderá aceitar, a seu critério, a colaboração ou participação do responsável interessado pela recuperação da carga.

Art. 15 - Ao solicitar autorização para a pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, o responsável deverá indicar:

I - Os meios de que dispõe, ou que pretende obter, para a realização das operações;

II - a data em que pretende dar início às operações e a data prevista para o seu término;

III - o processo a ser empregado; e

IV - se a recuperação será total ou parcial.

§ 1º - A Autoridade Naval poderá vetar o uso de meios ou processos que, a seu critério, representem riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, para terceiros ou para o meio-ambiente.

§ 2º - A Autoridade Naval poderá condicionar a autorização à remoção, pelo responsável, de todas as coisas ou bens, e não parte deles, bem como de seus acessórios e remanescentes ou, quando se tratar de embarcação, também de sua carga.

§ 3º - A Autoridade Naval fiscalizará as operações e, na hipótese de que o responsável venha a abandoná-las sem completar a remoção do todo determinado, poderá substituí-lo nos termos do art. 10.



Art. 16 - A Autoridade Naval poderá conceder autorização para a remoção ou exploração, no todo ou em parte, de coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, que tenham passado ao domínio da União.

§ 1º - O pedido de autorização para exploração ou remoção deverá ser antecedido por pedido de autorização para pesquisa de coisas ou bens.

§ 2º - Havendo mais de um pedido de exploração ou remoção, em relação à mesma coisa ou bem, apresentados no prazo de intimação ou do edital a que se refere o § 3º deste artigo, terão preferência, independente de prazos para início e fim das operações, mas desde que ofereçam as mesmas condições econômicas para a União:

I - em primeiro lugar, aquele que, devidamente autorizado a pesquisar, tenha localizado a coisa ou o bem;

II - em segundo lugar, o antigo responsável pela coisa ou pelo bem.

§ 3º - Para que possam manifestar sua preferência, se assim o desejarem, deverão aqueles mencionados nos incisos I e II do § 2º deste artigo ser intimados, pessoalmente ou por edital, obedecendo-se no que couber, as regras estabelecidas no art. 9º e seus parágrafos. O custo das intimações ou da publicação de editais correrá por conta dos interessados.

§ 4º - Nas intimações ou editais será estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias para que aqueles mencionados nos incisos I e II do § 2º deste artigo manifestem seu desejo de preferência. Manifestada a preferência, a Autoridade Naval decidirá de acordo com o que dispõe o § 2º deste artigo.



§ 5º - Não será concedida a autorização para realizar operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção ou demolição a pessoa física ou jurídica estrangeira ou a pessoa jurídica sob controle estrangeiro, que também não poderão ser subcontratados por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras.

Art. 17 - A Autoridade Naval, quando for de seu interesse, poderá pesquisar, explorar, remover e demolir quaisquer coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, já incorporados ao domínio da União.

Art. 18 - A Autoridade Naval, no exame de solicitação de autorização para pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, levará em conta os interesses da preservação do local, das coisas ou dos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, a segurança da navegação e o perigo de danos a terceiros e ao meio-ambiente.

Parágrafo único - A autorização de pesquisa não dá ao interessado o direito de alterar o local em que foi encontrada a coisa ou bem, suas condições, ou de remover qualquer parte.

Art. 19 - A Autoridade Naval, ao conceder autorização para pesquisa, fixará, a seu critério, prazos para seu início e término.

§ 1º - A Autoridade Naval, a seu critério, poderá autorizar que mais de um interessado efetue pesquisas e tente a localização de coisas ou bens.

§ 2º - O autorizado a realizar operações de pesquisa manterá a Autoridade Naval informada do desenvolvimento das operações e, em especial, de seus resultados e achados.



Art. 20 - As coisas e os bens resgatados, de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, permanecerão no domínio da União, não sendo passíveis de apropriação, adjudicação, doação, alienação direta ou através de licitação pública, e a eles não serão atribuídos valores para fins de fixação de pagamento a concessionário.

Art. 21 - O contrato ou ato de autorização de remoção ou exploração poderá prever como pagamento ao concessionário, ressalvado o disposto no art. 20 desta Lei, in fine:

I - soma em dinheiro;

II - soma em dinheiro, proporcional ao valor das coisas e dos bens que vierem a ser recuperados;

III - adjudicação de parte dos bens que vierem a ser recuperados;

VI - pagamento a ser fixado diante do resultado de remoção ou exploração, conforme as regras estabelecidas para fixação de pagamento por assistência e salvamento, no que couber.

§ 1º - Serão decididos por arbitragem os pagamentos previstos nos incisos II e IV deste artigo, que não estejam ajustados em contrato ou acordo.

§ 2º - Ressalvado o disposto no inciso III deste artigo, todas as demais coisas ou bens desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, que venham a ser removidos terão sua destinação dada pela Autoridade Naval, a seu critério, ou serão alienados, pela mesma Autoridade, em licitação ou hasta pública, tendo preferência, preço por preço, o concessionário, em primeiro lugar, e o antigo responsável, em segundo lugar.



§ 3º - O valor das coisas ou dos bens que vierem a ser removidos poderá ser fixado no contrato ou no ato de concessão antes do início ou depois do término das operações de remoção.

Art. 22 - A Autoridade Naval poderá cancelar a autorização se:

I - o autorizado não tiver dado início às operações dentro do prazo estabelecido no ato de autorização, ou, no curso das operações, não apresentar condições para lhes dar continuidade;

II - verificar, durante as operações, o surgimento de riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, de danos a terceiros, inclusive aos que estiverem trabalhando nas operações, e ao meio ambiente;

III - verificar, durante as operações, que o prôcesso ou os meios empregados estão causando ou poderão causar prejuízo às coisas ou aos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, ou danificar local que deva ser preservado pelos mesmos motivos.

Parágrafo único - Nenhum pagamento será devido ao autorizado pelo cancelamento da autorização, salvo quando já tenha havido coisas ou bens, desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, recuperados, situação em que tais coisas ou bens poderão ser adjudicados ou entregue o produto de sua venda, mesmo que em proporção inferior ao previsto no contrato ou ato de autorização, para pagamento e compensação do autorizado.

Art. 23 - Independente da forma de pagamento contratada, toda e qualquer coisa ou bem recuperados mesmosos destituídos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, deverão ser entregues, tão logo recuperados, à



Autoridade Naval. O autorizado, como depositário, será o responsável pela guarda e conservação dos bens recuperados, até efetuar a sua entrega.

Art. 24 - O autorizado para uma remoção, quando na autorização constar que a coisa ou o bem deve ser totalmente removido, permanecerá responsável pela operação até sua completa remoção. A Autoridade Naval poderá intimá-lo a completar a remoção, nos prazos estabelecidos na autorização, bem como poderá substituí-lo, por sua conta e risco, para terminar a remoção, se necessário.

Art. 25 - O autorizado ou contratado estará sujeito às mesmas regras de responsabilidade que se aplicam, na forma do art. 13 desta Lei, ao responsável, ao seu cessionário e ao segurador autorizados ou compelidos a efetuar remoção ou demolição de coisas ou de bens, referidos no art. 1º.

Art. 26 - A Autoridade Naval poderá exigir, do interessado e requerente de autorização para pesquisa, uma caução, em valor por ela arbitrado, como garantia das responsabilidades do autorizado.

Art. 27 - Nos casos em que exista interesse público na remoção ou demolição de embarcações ou quaisquer outras coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, e já incorporados ao domínio da União, a Autoridade Naval poderá vendê-los, em licitação ou hasta pública, a quem se obrigue a removê-los ou demolí-los no prazo por ela determinado.

Art. 28 - Aquele que achar quaisquer coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, não estando presente o seu responsável, fica obrigado a:



I - não alterar a situação das referidas coisas ou bens, salvo se for necessário para colocá-los em segurança; e

II - comunicar imediatamente o achado à Autoridade Naval, fazendo a entrega das coisas e dos bens que tiver colocado em segurança e dos quais tiver a guarda ou posse.

Parágrafo único - A quem achar coisas ou bens nos locais estabelecidos no art. 1º, não caberá invocar em seu benefício as regras da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil Brasileiro - que tratam da invenção e do tesouro.

Art. 29 - As coisas e os bens referidos no art. 1º desta lei, encontradas nas condições previstas no artigo anterior, serão arrecadados e ficarão sob a custódia da Autoridade Naval, que poderá entregá-los, quando nacionais ou nacionalizados, aos seus responsáveis.

§ 1º - As coisas e os bens que ainda não tenham sido alienados pela Autoridade Naval, poderão ser reclamados e entregues aos seus responsáveis, pagando o interessado as custas e despesas de guarda e conservação.

§ 2º - Não sendo as coisas e os bens reclamados por seus responsáveis, no prazo de 30 (trinta) dias da arrecadação, a Autoridade Naval poderá declará-los perdidos.

§ 3º - As coisas e os bens de difícil guarda e conservação poderão ser alienados em licitação ou hasta pública pela Autoridade Naval. O produto da alienação será guardado por aquela Autoridade Naval pelo prazo de 6 (seis) meses, à disposição do responsável pela coisa ou bem. Decorrido o prazo, o produto da alienação será convertido em receita da União.

Art. 30 - As coisas e os bens de que trata o art. 1º desta Lei, quando identificados pela Autoridade Naval como de



procedência estrangeira e não incorporados ao domínio da União por força do art. 32, serão encaminhados à Secretaria da Receita Federal para aplicação da legislação fiscal pertinente.

Art. 31 - As autorizações concedidas, até a data da promulgação desta Lei, para a pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens referidos no art. 1º, não ficarão prejudicadas, ficando os interessados, no entanto, sujeitos às normas desta Lei.

Art. 32 - As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar ocorrido há mais de 20 (vinte) anos da data de publicação desta Lei, cujos responsáveis não venham a requerer autorização para pesquisa com fins de remoção, demolição ou exploração, no prazo de 1 (um) ano a contar da data da publicação desta Lei, serão considerados, automaticamente, incorporados ao domínio da União.

Parágrafo único - Os destroços de navios de casco de madeira afundados nos séculos XVI, XVII e XVIII ter-se-ão como automaticamente incorporados ao domínio da União, independentemente do decurso de prazo de 1 (um) ano fixado no caput deste artigo.

Art. 33 - Das decisões proferidas, nos termos desta Lei, caberá pedido de reconsideração à própria Autoridade Naval ou recurso à instância imediatamente superior àquela que proferiu a decisão, sem efeito suspensivo.

Parágrafo único - Para fins do disposto nesta Lei, o Ministro da Marinha é considerado a instância final, na esfera da Administração Pública, para recursos às decisões da Autoridade Naval.



Art. 34 - São consideradas Autoridades Navais, para fins desta Lei, as do Ministério da Marinha, conforme as atribuições definidas nos respectivos regulamentos.

Art. 35 - O Ministro da Marinha, sem prejuízo da aplicação imediata do estabelecido nesta Lei, baixará e manterá atualizadas instruções necessárias à sua execução.

Art. 36 - As infrações aos dispositivos desta lei sujeitam os infratores às sanções cabíveis ao Decreto-lei nº 72.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, sem prejuízo da aplicação de outras previstas na legislação vigente.

Art. 37 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 38 - Ficam revogados os arts. 731 a 739 da Lei nº 556, de 25 de junho de 1850 - Código Comercial Brasileiro; o art. 5º do Decreto-lei nº 1.284, de 18 de maio de 1939; o Decreto-lei nº 235, de 02 de fevereiro de 1938; o Decreto-lei nº 8.256, de 30 de novembro de 1945, com as alterações introduzidas pela Lei nº 1.471, de 21 de novembro de 1951, a alínea p do art. 3º da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963; o Título XXI do Livro V do Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939 (arts. 769 a 771) e o inciso XIV do art. 1.218 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil e demais disposições em contrário.

Brasília, em 26 de setembro 1986;
165º da Independência e 98º da República.



Lei N.º 7.542 , de 26 de setembro de 1986.

Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, ficam submetidos às disposições desta Lei.

Art. 2º - Compete ao Ministério da Marinha a coordenação, o controle e a fiscalização das operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único - O Ministro da Marinha podrá delegar a execução de tais serviços a outros órgãos federais, estaduais, municipais e, por concessão, a particulares.



res, em áreas definidas de jurisdição.

Art. 3º - As coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei serão considerados como perdidos quando o seu responsável:

I - declarar à Autoridade Naval que o considera perdido;

II - não for conhecido, estiver ausente ou não manifestar sua disposição de providenciar, de imediato, a flutuação ou recuperação da coisa ou bem, mediante operação de assistência e salvamento.

Art. 4º - O responsável por coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei poderá solicitar à Autoridade Naval licença para pesquisá-los, explorá-los, removê-los ou demolí-los, no todo ou em parte.

Art. 5º - A Autoridade Naval, a seu exclusivo critério, poderá determinar ao responsável por coisas ou bens, referidos no art. 1º desta Lei, sua remoção ou demolição, no todo ou em parte, quando constituírem ou vierem a constituir perigo, obstáculo à navegação ou ameaça de danos a terceiros ou ao meio-ambiente.

Parágrafo único - A Autoridade Naval fixará prazos para início e término da remoção ou demolição, que poderão ser alterados, a seu critério.

Art. 6º - O direito estabelecido no art. 4º desta Lei prescreverá em 5 (cinco) anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único - O prazo previsto neste ar



tigo ficará suspenso quando:

I - o responsável iniciar a remoção ou demo
lição;

II - a Autoridade Naval determinar a remoção
ou demolição;

III - a remoção ou demolição for interrompida
mediante protesto judicial.

Art. 7º - Decorrido o prazo de 5 (cinco)
anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna
do mar, sem que o responsável pelas coisas ou bens referi
dos no art. 1º desta Lei tenha solicitado licença para sua
remoção ou demolição, será considerado como presunção legal
de renúncia à propriedade, passando as coisas ou os bens ao
domínio da União.

Art. 8º - O responsável pelas coisas ou pe
los bens referidos no art. 1º desta Lei poderá ceder a ter
ceiros seus direitos de disposição sobre os mesmos.

§ 1º - O cedente e o cessionário são solida
riamente responsáveis pelos riscos ou danos à segurança da
navegação, a terceiros e ao meio-ambiente, decorrentes da
existência das coisas ou dos bens referidos no art. 1º ou
conseqüentes das operações de sua remoção ou demolição.

§ 2º - A cessão deverá ser comunicada à Auto
ridade Naval, sob pena de ser anulado o ato.

Art. 9º - A determinação de remoção ou demo
lição de que trata o art. 5º desta Lei será feita:

I - por intimação pessoal, quando o respon



sável tiver paradeiro conhecido no País;

II - por edital, quando o responsável tiver paradeiro ignorado, incerto ou desconhecido, quando não estiver no País, quando se furtar à intimação pessoal ou quando for desconhecido.

§ 1º - A intimação de responsável estrangeiro deverá ser feita através de edital, enviando-se cópia à Embaixada ou ao Consulado de seu país de origem, ou, caso seu paradeiro seja conhecido, à Embaixada ou Consulado do país em que residir.

§ 2º - O edital, com prazo de 15 (quinze) dias, será publicado, uma vez, no Diário Oficial da União, em jornal de grande circulação da capital da Unidade da Federação onde se encontrem as coisas ou os bens, em jornal da cidade portuária mais próxima ou de maior importância do Estado e em jornal do Rio de Janeiro, caso as coisas ou os bens se encontrem afastados da costa ou nas proximidades de ilhas oceânicas.

Art. 10 - A Autoridade Naval poderá assumir as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, por conta e risco de seu responsável, caso este não tenha providenciado ou conseguido realizar estas operações dentro dos prazos legais estabelecidos.

Art. 11 - A Autoridade Naval determinará que o responsável, antes de dar início à pesquisa, exploração, remoção ou demolição solicitadas ou determinadas, das coisas ou dos bens referidos no art. 1º desta Lei adote providências imediatas e preliminares para prevenir, reduzir ou con



trolar os riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio-ambiente.

§ 1º - A providência determinada deverá consistir:

I - na manutenção, se possível, a bordo, ou em local próximo à embarcação, de seu Comandante ou de um Oficial ou um Tripulante; e

II - na demarcação ou sinalização das coisas ou dos bens.

§ 2º - Na falta de atendimento imediato de tais providências, ou quando for impraticável ou não houver tempo para intimar o responsável, a Autoridade Naval poderá adotar providências por conta e risco do responsável.

Art. 12 - A Autoridade Naval poderá empregar seus próprios meios ou autorizar terceiros para executarem as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição de coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, no exercício do direito a que se referem o art. 10 e o § 2º do art. 11.

§ 1º - No contrato com terceiro ou na autorização a estes dada poderá constar cláusula determinando o pagamento no todo ou em parte, com as coisas ou os bens recuperados, ou removidos, ressalvado o direito do responsável de reaver a posse até 30 (trinta) dias após a recuperação, mediante pagamento do valor da fatura, do seguro ou de mercado, o que for maior, da mesma coisa ou bem, além do pagamento do que faltar para reembolso integral das despesas havidas ou contratadas para a operação executada.

§ 2º - Na falta de disposição em contrário

no contrato ou autorização ou sendo a recuperação feita pela Autoridade Naval, as coisas ou os bens resgatados, nacionais ou nacionalizados, serão imediatamente vendidos em licitação ou hasta pública, dando-se preferência na arrematação àquele que efetuou a remoção ou recuperação, ressalvado o direito do responsável de reaver sua posse, na forma e no prazo estabelecidos no parágrafo anterior.

Art. 13 - O responsável pelas coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, seu cessionário e o segurador, que tenham coberto especificadamente os riscos de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens, permanecerão solidariamente responsáveis:

I - pelos danos que venham provocar, direta ou indiretamente, à segurança da navegação, a terceiros ou ao meio-ambiente, até que as coisas ou os bens sejam removidos ou demolidos, ou até que sejam incorporados ao domínio da União pelo decurso do prazo de 5 (cinco) anos a contar do sinistro; e

II - pelo que faltar para reembolsar ou indenizar a União, quando a Autoridade Naval tiver atuado conforme disposto no art. 10 e no § 2º do art. 11.

§ 1º - No caso de uma embarcação, o seu responsável responderá, solidariamente, com o responsável pela carga, pelos danos que esta carga possa provocar à segurança da navegação, a terceiros e ao meio-ambiente.

§ 2º - No caso de haver saldo a favor do responsável pelas coisas ou pelos bens, após a disposição das coisas e dos bens recuperados, e depois de atendido o disposto no inciso II deste artigo, o saldo será mantido pela Autoridade Naval, à disposição do interessado, até 5 (cinco)

anos a contar da data do sinistro, depois do que será consi
derado como receita da União.

§ 3º - As responsabilidades de que tratam o inciso I e o § 1º deste artigo permanecerão, mesmo nos ca
sos em que os danos sejam decorrentes de operações realizada
das pela Autoridade Naval, nos termos do art. 10 e do § 2º do art. 11.

Art. 14 - No caso de embarcação que contiver carga e que em decorrência de sinistro ou fortuna do mar se encontrar em uma das situações previstas no art. 1º desta Lei, será adotado o seguinte procedimento:

I - não havendo manifestação de interesse por parte do responsável pela carga, o responsável pela em
barcação poderá solicitar autorização para remoção ou recu
peração da carga ou ser intimado pela Autoridade Naval a re
mover a carga, juntamente com a embarcação ou separadamente
dela;

II - o responsável pela carga poderá solici
tar à Autoridade Naval autorização para sua remoção ou recu
peração, independente de pedido por parte do responsável pe
la embarcação.

§ 1º - A Autoridade Naval poderá, a seu cri
tério, exigir a remoção da carga intimando o seu responsá
vel e o responsável pela embarcação, junta ou separadamente
te.

§ 2º - A Autoridade Naval poderá negar auto
rização ao responsável pela carga, para sua remoção ou recu
peração, quando, a seu critério, concluir haver sério risco de resultar em modificação de situação em relação à embarca
ção, que venha a tornar mais difícil ou onerosa a sua remo

ção.

§ 3º - A Autoridade Naval, ao assumir a operação de remoção da embarcação, poderá aceitar, a seu critério, a colaboração ou participação do responsável interessado pela recuperação da carga..

Art. 15 - Ao solicitar autorização para a pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, o responsável deverá indicar:

I - Os meios de que dispõe, ou que pretende obter, para a realização das operações;

II - a data em que pretende dar início às operações e a data prevista para o seu término;

III - o processo a ser empregado; e

IV - se a recuperação será total ou parcial.

§ 1º - A Autoridade Naval poderá vetar o uso de meios ou processos que, a seu critério, representem riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, para terceiros ou para o meio-ambiente.

§ 2º - A Autoridade Naval poderá condicionar a autorização à remoção, pelo responsável, de todas as coisas ou bens, e não parte deles, bem como de seus acessórios e remanescentes ou, quando se tratar de embarcação, também de sua carga.

§ 3º - A Autoridade Naval fiscalizará as operações e, na hipótese de que o responsável venha a abandoná-las sem completar a remoção do todo determinado, poderá substituí-lo nos termos do art. 10.

Art. 16 - A Autoridade Naval poderá conceder autorização para a remoção ou exploração, no todo ou em parte, de coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, que tenham passado ao domínio da União.

§ 1º - O pedido de autorização para exploração ou remoção deverá ser antecedido por pedido de autorização para pesquisa de coisas ou bens.

§ 2º - Havendo mais de um pedido de exploração ou remoção, em relação à mesma coisa ou bem, apresentados no prazo de intimação ou do edital a que se refere o § 3º deste artigo, terão preferência, independente de prazos para início e fim das operações, mas desde que ofereçam as mesmas condições econômicas para a União:

I - em primeiro lugar, aquele que, devidamente autorizado a pesquisar, tenha localizado a coisa ou o bem;

II - em segundo lugar, o antigo responsável pela coisa ou pelo bem.

§ 3º - Para que possam manifestar sua preferência, se assim o desejarem, deverão aqueles mencionados nos incisos I e II do § 2º deste artigo ser intimados, pessoalmente ou por edital, obedecendo-se no que couber, as regras estabelecidas no art. 9º e seus parágrafos. O custo das intimações ou da publicação de editais correrá por conta dos interessados.

§ 4º - Nas intimações ou editais será estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias para que aqueles mencionados nos incisos I e II do § 2º deste artigo manifestem seu desejo de preferência. Manifestada a preferência, a Autoridade Naval decidirá de acordo com o que dispõe o § 2º deste artigo.



§ 5º - Não será concedida a autorização para realizar operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção ou demolição a pessoa física ou jurídica estrangeira ou a pessoa jurídica sob controle estrangeiro, que também não poderão ser subcontratados por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras.

Art. 17 - A Autoridade Naval, quando for de seu interesse, poderá pesquisar, explorar, remover e demolir quaisquer coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, já incorporados ao domínio da União.

Art. 18 - A Autoridade Naval, no exame de solicitação de autorização para pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, levará em conta os interesses da preservação do local, das coisas ou dos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, a segurança da navegação e o perigo de danos a terceiros e ao meio-ambiente.

Parágrafo único - A autorização de pesquisa não dará ao interessado o direito de alterar o local em que foi encontrada a coisa ou bem, suas condições, ou de remover qualquer parte.

Art. 19 - A Autoridade Naval, ao conceder autorização para pesquisa, fixará, a seu critério, prazos para seu início e término.

§ 1º - A Autoridade Naval, a seu critério, poderá autorizar que mais de um interessado efetue pesquisas e tente a localização de coisas ou bens.

§ 2º - O autorizado a realizar operações de pesquisa manterá a Autoridade Naval informada do desenvolvimento das operações e, em especial, de seus resultados e achados.



Art. 20 - As coisas e os bens resgatados, de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, permanecerão no domínio da União, não sendo passíveis de apropriação, adjudicação, doação, alienação direta ou através de licitação pública, e a eles não serão atribuídos valores para fins de fixação de pagamento a concessionário.

Art. 21 - O contrato ou ato de autorização de remoção ou exploração poderá prever como pagamento ao concessionário, ressalvado o disposto no art. 20 desta Lei, in fine:

I - soma em dinheiro;

II - soma em dinheiro, proporcional ao valor das coisas e dos bens que vierem a ser recuperados;

III - adjudicação de parte dos bens que vierem a ser recuperados;

VI - pagamento a ser fixado diante do resultado de remoção ou exploração, conforme as regras estabelecidas para fixação de pagamento por assistência e salvamento, no que couber.

§ 1º - Serão decididos por arbitragem os pagamentos previstos nos incisos II e IV deste artigo, que não estejam ajustados em contrato ou acordo.

§ 2º - Ressalvado o disposto no inciso III deste artigo, todas as demais coisas ou bens desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, que venham a ser removidos terão sua destinação dada pela Autoridade Naval, a seu critério, ou serão alienados, pela mesma Autoridade, em licitação ou hasta pública, tendo preferência, preço por preço, o concessionário, em primeiro lugar, e o antigo responsável, em segundo lugar.



§ 3º - O valor das coisas ou dos bens que virem a ser removidos poderá ser fixado no contrato ou no ato de concessão antes do início ou depois do término das operações de remoção.

Art. 22 - A Autoridade Naval poderá cancelar a autorização se:

I - o autorizado não tiver dado início às operações dentro do prazo estabelecido no ato de autorização, ou, no curso das operações, não apresentar condições para lhes dar continuidade;

II - verificar, durante as operações, o surgimento de riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, de danos a terceiros, inclusive aos que estiverem trabalhando nas operações, e ao meio ambiente;

III - verificar, durante as operações, que o prôcesso ou os meios empregados estão causando ou poderão causar prejuízo às coisas ou aos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, ou danificar local que deva ser preservado pelos mesmos motivos.

Parágrafo único - Nenhum pagamento será devido ao autorizado pelo cancelamento da autorização, salvo quando já tenha havido coisas ou bens, desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, recuperados, situação em que tais coisas ou bens poderão ser adjudicados ou entregue o produto de sua venda, mesmo que em proporção inferior ao previsto no contrato ou ato de autorização, para pagamento e compensação do autorizado.

Art. 23 - Independente da forma de pagamento contratada, toda e qualquer coisa ou bem recuperados mesmos destituídos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, deverão ser entregues, tão logo recuperados, ã

Autoridade Naval. O autorizado, como depositário, será o responsável pela guarda e conservação dos bens recuperados, até efetuar a sua entrega.

Art. 24 - O autorizado para uma remoção, quando na autorização constar que a coisa ou o bem deve ser totalmente removido, permanecerá responsável pela operação até sua completa remoção. A Autoridade Naval poderá intimá-lo a completar a remoção, nos prazos estabelecidos na autorização, bem como poderá substituí-lo, por sua conta e risco, para terminar a remoção, se necessário.

Art. 25 - O autorizado ou contratado estará sujeito às mesmas regras de responsabilidade que se aplicam, na forma do art. 13 desta Lei, ao responsável, ao seu cessionário e ao segurador autorizados ou compelidos a efetuar remoção ou demolição de coisas ou de bens, referidos no art. 1º.

Art. 26 - A Autoridade Naval poderá exigir, do interessado e requerente de autorização para pesquisa, uma caução, em valor por ela arbitrado, como garantia das responsabilidades do autorizado.

Art. 27 - Nos casos em que exista interesse público na remoção ou demolição de embarcações ou quaisquer outras coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, e já incorporados ao domínio da União, a Autoridade Naval poderá vendê-los, em licitação ou hasta pública, a quem se obrigue a removê-los ou demolí-los no prazo por ela determinado.

Art. 28 - Aquele que achar quaisquer coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, não estando presente o seu responsável, fica obrigado a:



I - não alterar a situação das referidas coisas ou bens, salvo se for necessário para colocá-los em segurança; e

II - comunicar imediatamente o achado à Autoridade Naval, fazendo a entrega das coisas e dos bens que tiver colocado em segurança e dos quais tiver a guarda ou posse.

Parágrafo Único - A quem achar coisas ou bens nos locais estabelecidos no art. 1º, não caberá invocar em seu benefício as regras da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil Brasileiro - que tratam da invenção e do tesouro.

Art. 29 - As coisas e os bens referidos no art. 1º desta lei, encontradas nas condições previstas no artigo anterior, serão arrecadados e ficarão sob a custódia da Autoridade Naval, que poderá entregá-los, quando nacionais ou nacionalizados, aos seus responsáveis.

§ 1º - As coisas e os bens que ainda não tenham sido alienados pela Autoridade Naval, poderão ser reclamados e entregues aos seus responsáveis, pagando o interessado as custas e despesas de guarda e conservação.

§ 2º - Não sendo as coisas e os bens reclamados por seus responsáveis, no prazo de 30 (trinta) dias da arrecadação, a Autoridade Naval poderá declará-los perdidos.

§ 3º - As coisas e os bens de difícil guarda e conservação poderão ser alienados em licitação ou hastapública pela Autoridade Naval. O produto da alienação será guardado por aquela Autoridade Naval pelo prazo de 6 (seis) meses, à disposição do responsável pela coisa ou bem. Decorrido o prazo, o produto da alienação será convertido em receita da União.

Art. 30 - As coisas e os bens de que trata o art. 1º desta Lei, quando identificados pela Autoridade Naval como de



procedência estrangeira e não incorporados ao domínio da União por força do art. 32, serão encaminhados à Secretaria da Receita Federal para aplicação da legislação fiscal pertinente.

Art. 31 - As autorizações concedidas, até a data da promulgação desta Lei, para a pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens referidos no art. 1º, não ficarão prejudicadas, ficando os interessados, no entanto, sujeitos às normas desta Lei.

Art. 32 - As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar ocorrido há mais de 20 (vinte) anos da data de publicação desta Lei, cujos responsáveis não venham a requerer autorização para pesquisa com fins de remoção, demolição ou exploração, no prazo de 1 (um) ano a contar da data da publicação desta Lei, serão considerados, automaticamente, incorporados ao domínio da União.

Parágrafo único - Os destroços de navios de casco de madeira afundados nos séculos XVI, XVII e XVIII ter-se-ão como automaticamente incorporados ao domínio da União, independentemente do decurso de prazo de 1 (um) ano fixado no caput deste artigo.

Art. 33 - Das decisões proferidas, nos termos desta Lei, caberá pedido de reconsideração à própria Autoridade Naval ou recurso à instância imediatamente superior àquela que proferiu a decisão, sem efeito suspensivo.

Parágrafo único - Para fins do disposto nesta Lei, o Ministro da Marinha é considerado a instância final, na esfera da Administração Pública, para recursos às decisões da Autoridade Naval.



Art. 34 - São consideradas Autoridades Navais, para fins desta Lei, as do Ministério da Marinha, conforme as atribuições definidas nos respectivos regulamentos.

Art. 35 - O Ministro da Marinha, sem prejuízo da aplicação imediata do estabelecido nesta Lei, baixará e manterá atualizadas instruções necessárias à sua execução.

Art. 36 - As infrações aos dispositivos desta lei sujeitam os infratores às sanções cabíveis ao Decreto-lei nº 72.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, sem prejuízo da aplicação de outras previstas na legislação vigente.

Art. 37 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 38 - Ficam revogados os arts. 731 a 739 da Lei nº 556, de 25 de junho de 1850 - Código Comercial Brasileiro; o art. 5º do Decreto-lei nº 1.284, de 18 de maio de 1939; o Decreto-lei nº 235, de 02 de fevereiro de 1938; o Decreto-lei nº 8.256, de 30 de novembro de 1945, com as alterações introduzidas pela Lei nº 1.471, de 21 de novembro de 1951, a alínea p do art. 3º da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963; o Título XXI do Livro V do Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939 (arts. 769 a 771) e o inciso XIV do art. 1.218 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil e demais disposições em contrário.

Brasília, em 26 de setembro 1986;
165º da Independência e 98º da República.



Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - As coisas ou bens afundados, submersos, en-
calhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de
marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de
sinistro, alijamento ou fortuna do mar, ficam submetidos às disposi-
ções desta lei.

Art. 2º - Compete ao Ministério da Marinha a coordenação, o controle e a fiscalização das operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único - O Ministro da Marinha poderá delegar a execução de tais serviços a outros órgãos federais, estaduais, municipais e, por concessão, a particulares, em áreas definidas de jurisdição.

Art. 3º - As coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei serão considerados como perdidos quando o seu responsável:

I - declarar à Autoridade Naval que o considera per-
dido;

II - não for conhecido, estiver ausente ou não manifestar sua disposição de providenciar, de imediato, a flutuação ou recuperação da coisa ou bem, mediante operação de assistência e salvamento.



2.

Art. 4º - O responsável por coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei poderá solicitar à Autoridade Naval licença para pesquisá-los, explorá-los, removê-los ou demoli-los, no todo ou em parte.

Art. 5º - A Autoridade Naval, a seu exclusivo critério, poderá determinar ao responsável por coisas ou bens, referidos no art. 1º desta lei, sua remoção ou demolição, no todo ou em parte, quando constituírem ou vierem a constituir perigo, obstáculo à navegação ou ameaça de danos a terceiros ou ao meio-ambiente.

Parágrafo único - A Autoridade Naval fixará prazos para início e término da remoção ou demolição, que poderão ser alterados, a seu critério.

Art. 6º - O direito estabelecido no art. 4º desta lei prescreverá em 5 (cinco) anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único - O prazo previsto neste artigo ficará suspenso quando:

I - o responsável iniciar a remoção ou demolição;

II - a Autoridade Naval determinar a remoção ou demolição;

III - a remoção ou demolição for interrompida mediante protesto judicial.

Art. 7º - Decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna do mar, sem que o responsável pelas coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei tenha solicitado licença para sua remoção ou demolição, será considerado como presunção legal de renúncia à propriedade, passando as coisas ou os bens ao domínio da União.

Art. 8º - O responsável pelas coisas ou pelos bens referidos no art. 1º desta lei poderá ceder a terceiros seus direitos de disposição sobre os mesmos.

§ 1º - O cedente e o cessionário são solidariamente responsáveis pelos riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio-ambiente, decorrentes da existência das coisas ou dos bens referidos no art. 1º ou conseqüentes das operações de sua remoção ou demolição.

§ 2º - A cessão deverá ser comunicada à Autoridade

Naval, sob pena de ser anulado o ato.

Art. 9º - A determinação de remoção ou demolição de que trata o art. 5º desta lei será feita:

I - por intimação pessoal, quando o responsável tiver paradeiro conhecido no País;

II - por edital, quando o responsável tiver paradeiro ignorado, incerto ou desconhecido, quando não estiver no País, quando se furtar à intimação pessoal ou quando for desconhecido.

§ 1º - A intimação de responsável estrangeiro deverá ser feita através de edital, enviando-se cópia à Embaixada ou ao Consulado de seu país de origem, ou, caso seu paradeiro seja conhecido, à Embaixada ou Consulado do país em que residir.

§ 2º - O edital, com prazo de 15 (quinze) dias, será publicado, uma vez, no Diário Oficial da União, em jornal de grande circulação da capital da Unidade da Federação onde se encontrem as coisas ou os bens, em jornal da cidade portuária mais próxima ou de maior importância do Estado e em jornal do Rio de Janeiro, caso as coisas ou os bens se encontrem afastados da costa ou nas proximidades de ilhas oceânicas.

Art. 10 - A Autoridade Naval poderá assumir as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, por conta e risco de seu responsável, caso este não tenha providenciado ou conseguido realizar estas operações dentro dos prazos legais estabelecidos.

Art. 11 - A Autoridade Naval determinará que o responsável, antes de dar início à pesquisa, exploração, remoção ou demolição solicitadas ou determinadas, das coisas ou dos bens referidos no art. 1º desta lei adote providências imediatas e preliminares para prevenir, reduzir ou controlar os riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio-ambiente.

§ 1º - A providência determinada deverá consistir:

I - na manutenção, se possível, a bordo, ou em local próximo à embarcação, de seu Comandante ou de um Oficial ou um Tripulante; e

II - na demarcação ou sinalização das coisas ou dos bens.



4.

§ 2º - Na falta de atendimento imediato de tais providências, ou quando for impraticável ou não houver tempo para intimar o responsável, a Autoridade Naval poderá adotar providências por conta e risco do responsável.

Art. 12 - A Autoridade Naval poderá empregar seus próprios meios ou autorizar terceiros para executarem as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição de coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, no exercício do direito a que se referem o art. 10 e o § 2º do art. 11.

§ 1º - No contrato com terceiros ou na autorização a estes dada poderá constar cláusula determinando o pagamento no todo ou em parte, com as coisas ou os bens recuperados, ou removidos, ressalvado o direito do responsável de reaver a posse até 30 (trinta) dias após a recuperação, mediante pagamento do valor da fatura, do seguro ou de mercado, o que for maior, da mesma coisa ou bem, além do pagamento do que faltar para reembolso integral das despesas havidas ou contratadas para a operação executada.

§ 2º - Na falta de disposição em contrário no contrato ou autorização ou sendo a recuperação feita pela Autoridade Naval, as coisas ou os bens resgatados, nacionais ou nacionalizados, serão imediatamente vendidos em licitação ou hasta pública, dando-se preferência na arrematação àquele que efetuou a remoção ou recuperação, ressalvado o direito do responsável de reaver sua posse, na forma e no prazo estabelecidos no parágrafo anterior.

Art. 13
Art. 13 - O responsável pelas coisas ou bens referidos no art 1º desta lei, seu cessionário e o segurador, que tenham coberto especificadamente os riscos de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens, permanecerão solidariamente responsáveis:

I - pelos danos que venham provocar, direta ou indiretamente, à segurança da navegação, a terceiros ou ao meio-ambiente, até que as coisas ou os bens sejam removidos ou demolidos, ou até que sejam incorporados ao domínio da União pelo decurso do prazo de 5 (cinco) anos a contar do sinistro; e

II - pelo que faltar para reembolsar ou indenizar a União, quando a Autoridade Naval tiver atuado conforme disposto no art. 10 e no § 2º do art. 11.

§ 1º - No caso de uma embarcação, o seu responsável



5.

responderá, solidariamente, com o responsável pela carga, pelos danos que esta carga possa provocar à segurança da navegação, a terceiros e ao meio-ambiente.

§ 2º - No caso de haver saldo a favor do responsável pelas coisas ou pelos bens, após a disposição das coisas e dos bens recuperados, e depois de atendido o disposto no inciso II deste artigo, o saldo será mantido pela Autoridade Naval, à disposição do interessado, até 5 (cinco) anos a contar da data do sinistro, depois do que será considerado como receita da União.

§ 3º - As responsabilidades de que tratam o inciso I e o § 1º deste artigo permanecerão, mesmo nos casos em que os danos sejam decorrentes de operações realizadas pela Autoridade Naval, nos termos do art. 10 e do § 2º do art. 11.

Art. 14 - No caso de embarcação que contiver carga e que em decorrência de sinistro ou fortuna do mar se encontrar em uma das situações previstas no art. 1º desta lei, será adotado o seguinte procedimento:

I - não havendo manifestação de interesse por parte do responsável pela carga, o responsável pela embarcação poderá solicitar autorização para remoção ou recuperação da carga ou ser intimado pela Autoridade Naval a remover a carga, juntamente com a embarcação ou separadamente dela;

II - o responsável pela carga poderá solicitar à Autoridade Naval autorização para sua remoção ou recuperação, independente de pedido por parte do responsável pela embarcação.

§ 1º - A Autoridade Naval poderá, a seu critério, exigir a remoção da carga intimando o seu responsável e o responsável pela embarcação, junta ou separadamente.

§ 2º - A Autoridade Naval poderá negar autorização ao responsável pela carga, para sua remoção ou recuperação, quando, a seu critério, concluir haver sério risco de resultar em modificação de situação em relação à embarcação, que venha a tornar mais difícil ou onerosa a sua remoção.

§ 3º - A Autoridade Naval, ao assumir a operação de remoção da embarcação, poderá aceitar, a seu critério, a colaboração ou participação do responsável interessado pela recuperação da carga.

Art. 15 - Ao solicitar autorização para a pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens referidos no art.



6.

1º desta lei, o responsável deverá indicar:

I - os meios de que dispõe, ou que pretende obter, para a realização das operações;

II - a data em que pretende dar início às operações e a data prevista para o seu término;

III - o processo a ser empregado; e

IV - se a recuperação será total ou parcial.

§ 1º - A Autoridade Naval poderá vetar o uso de meios ou processos que, a seu critério, representem riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, para terceiros ou para o meio-ambiente.

§ 2º - A Autoridade Naval poderá condicionar a autorização à remoção, pelo responsável, de todas as coisas ou bens, e não parte deles, bem como de seus acessórios e remanescentes ou, quando se tratar de embarcação, também de sua carga.

§ 3º - A Autoridade Naval fiscalizará as operações e, na hipótese de que o responsável venha a abandoná-las sem completar a remoção do todo determinado, poderá substituí-lo nos termos do art. 10.

Art 16 - A Autoridade Naval poderá conceder autorização para a remoção ou exploração, no todo ou em parte, de coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, que tenham passado ao domínio da União.

§ 1º - O pedido de autorização para exploração ou remoção deverá ser antecedido por pedido de autorização para pesquisa de coisas ou bens.

§ 2º - Havendo mais de um pedido de exploração ou remoção, em relação à mesma coisa ou bem, apresentados no prazo de intimação ou do edital a que se refere o § 3º deste artigo, terão preferência, independente de prazos para início e fim das operações, mas desde que ofereçam as mesmas condições econômicas para a União:

I - em primeiro lugar, aquele que, devidamente autorizado a pesquisar, tenha localizado a coisa ou o bem;

II - em segundo lugar, o antigo responsável pela coisa ou pelo bem.



7.

§ 3º - Para que possam manifestar sua preferência, se assim o desejarem, deverão aqueles mencionados nos incisos I e II do § 2º deste artigo ser intimados, pessoalmente ou por edital, obedecendo-se no que couber, as regras estabelecidas no art. 9º e seus parágrafos. O custo das intimações ou da publicação de editais correrá por conta dos interessados.

§ 4º - Nas intimações ou editais será estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias para que aqueles mencionados nos incisos I e II do § 2º deste artigo manifestem seu desejo de preferência. Manifestada a preferência, a Autoridade Naval decidirá de acordo com o que dispõe o § 2º deste artigo.

§ 5º - Não será concedida a autorização para realizar operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção ou demolição a pessoa física ou jurídica estrangeira ou a pessoa jurídica sob controle estrangeiro, que também não poderão ser subcontratados por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras.

Art 17 - A Autoridade Naval, quando for de seu interesse, poderá pesquisar, explorar, remover e demolir quaisquer coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, já incorporados ao domínio da União.

Art. 18 - A Autoridade Naval, no exame de solicitação de autorização para pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, levará em conta os interesses da preservação do local, das coisas ou dos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, a segurança da navegação e o perigo de danos a terceiros e ao meio-ambiente.

Parágrafo único - A autorização de pesquisa não dará ao interessado o direito de alterar o local em que foi encontrada a coisa ou o bem, suas condições, ou de remover qualquer parte.

Art. 19 - A Autoridade Naval, ao conceder autorização para pesquisa, fixará, a seu critério, prazos para seu início e término.

§ 1º - A Autoridade Naval, a seu critério, poderá autorizar que mais de um interessado efetue pesquisas e tente a localização de coisas ou bens.



8.

§ 2º - O autorizado a realizar operações de pesquisa manterá a Autoridade Naval informada do desenvolvimento das operações e, em especial, de seus resultados e achados.

Art. 20 - As coisas e os bens resgatados, de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, permanecerão no domínio da União, não sendo passíveis de apropriação, adjudicação, doação, alienação direta ou através de licitação ou hasta pública, e a eles não serão atribuídos valores para fins de fixação de pagamento a concessionário.

Art. 21 - O contrato ou ato de autorização de remoção ou exploração poderá prever como pagamento ao concessionário, ressalvado o disposto no art. 20 desta lei, in fine:

I - soma em dinheiro;

II - soma em dinheiro, proporcional ao valor das coisas e dos bens que vierem a ser recuperados;

III - adjudicação de parte dos bens que vierem a ser recuperados;

IV - pagamento a ser fixado diante do resultado de remoção ou exploração, conforme as regras estabelecidas para fixação de pagamento por assistência e salvamento, no que couber.

§ 1º - Serão decididos por arbitragem os pagamentos previstos nos incisos II e IV deste artigo, que não estejam ajustados em contrato ou acordo.

§ 2º - Ressalvado o disposto no inciso III deste artigo, todas as demais coisas ou bens desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico que venham a ser removidos terão sua destinação dada pela Autoridade Naval, a seu critério, ou serão alienados, pela mesma Autoridade, em licitação ou hasta pública, tendo preferência, preço por preço, o concessionário, em primeiro lugar, e o antigo responsável, em segundo lugar.

§ 3º - O valor das coisas e dos bens que vierem a ser removidos poderá ser fixado no contrato ou ato de concessão antes do início ou depois do término das operações de remoção.



9.

Art. 22 - A Autoridade Naval poderá cancelar a auto
rização se:

I - o autorizado não tiver dado início às operações dentro do prazo estabelecido no ato de autorização, ou, no curso das operações, não apresentar condições para lhes dar continuidade;

II - verificar, durante as operações, o surgimento de riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, de danos a terceiros, inclusive aos que estiverem trabalhando nas operações, e ao meio-ambiente;

III - verificar, durante as operações, que o processo ou os meios empregados estão causando ou poderão causar prejuízo às coisas ou aos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, ou danificar local que deva ser preservado pelos mesmos motivos.

Parágrafo único - Nenhum pagamento será devido ao autorizado pelo cancelamento da autorização, salvo quando já tenha havido coisas ou bens, desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, recuperados, situação em que tais coisas ou bens poderão ser adjudicados ou entregue o produto de sua venda, mesmo que em proporção inferior ao previsto no contrato ou ato de autorização, para pagamento e compensação do autorizado.

Art. 23
Art. 23 - Independente da forma de pagamento contratada, toda e qualquer coisa ou bem recuperados mesmo os destituídos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, deverão ser entregues, tão logo recuperados, à Autoridade Naval. O autorizado, como depositário, será o responsável pela guarda e conservação dos bens recuperados, até efetuar a sua entrega.

Art. 24 - O autorizado para uma remoção, quando na autorização constar que a coisa ou bem deve ser totalmente removido, permanecerá responsável pela operação até a sua completa remoção. A Autoridade Naval poderá intimá-lo a completar a remoção, nos prazos estabelecidos na autorização, bem como poderá substituí-lo, por sua conta e risco, para ~~terminar~~ a remoção, se necessário.

Art. 25 - O autorizado ou contratado estará sujeito às mesmas regras de responsabilidade que se aplicam, na forma do art.



10.

13 desta lei, ao responsável, ao seu cessionário e ao segurador autorizados ou compelidos a efetuar remoção ou demolição de coisas ou de bens, referidos no art. 1º.

Art. 26 - A Autoridade Naval poderá exigir, do interessado e requerente de autorização para pesquisa, uma caução, em valor por ela arbitrado, como garantia das responsabilidades do autorizado.

Art. 27 - Nos casos em que exista interesse público na remoção ou demolição de embarcações ou quaisquer outras coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, e já incorporados ao domínio da União, a Autoridade Naval poderá vendê-los, em licitação ou hasta pública, a quem se obrigue a removê-los ou demoli-los no prazo por ela determinado.

Art. 28 - Aquele que achar quaisquer coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, não estando presente o seu responsável, fica obrigado a:

I - não alterar a situação das referidas coisas ou bens, salvo se for necessário para colocá-los em segurança; e

II - comunicar imediatamente o achado à Autoridade Naval, fazendo a entrega das coisas e dos bens que tiver colocado em segurança e dos quais tiver a guarda ou posse.

Parágrafo único - A quem achar coisas ou bens nos locais estabelecidos no art. 1º, não caberá invocar em seu benefício as regras da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil Brasileiro - que tratam da invenção e do tesouro.

Art. 29 - As coisas e os bens referidos no art. 1º desta lei, encontrados nas condições previstas no artigo anterior, serão arrecadados e ficarão sob a custódia da Autoridade Naval, que poderá entregá-los, quando nacionais ou nacionalizados, aos seus responsáveis.

§ 1º - As coisas e os bens que ainda não tenham sido alienados pela Autoridade Naval poderão ser reclamados e entregues aos seus responsáveis, pagando o interessado as custas e despesas de guarda e conservação.

§ 2º - Não sendo as coisas e os bens reclamados por



seus responsáveis, no prazo de 30 (trinta) dias da arrecadação, a Autoridade Naval poderá declará-los perdidos.

§ 3º - As coisas e os bens de difícil guarda e conservação poderão ser alienados em licitação ou hasta pública pela Autoridade Naval. O produto da alienação será guardado por aquela Autoridade Naval pelo prazo de 6 (seis) meses, à disposição do responsável pela coisa ou bem. Decorrido o prazo, o produto da alienação será convertido em receita da União.

Art. 30 - As coisas e os bens de que trata o art. 1º desta lei, quando identificados pela Autoridade Naval como de procedência estrangeira e não incorporados ao domínio da União por força do art. 32, serão encaminhados à Secretaria da Receita Federal para aplicação da legislação fiscal pertinente.

Art. 31 - As autorizações concedidas, até a data da promulgação desta lei, para a pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens referidos no art. 1º, não ficarão prejudicadas, ficando os interessados, no entanto, sujeitos às normas desta lei.

Art. 32 - As coisas ou bens afundados, submersos, em calhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar ocorrido há mais de 20 (vinte) anos da data de publicação desta lei, cujos responsáveis não venham a requerer autorização para pesquisa com fins de remoção, demolição ou exploração, no prazo de 1 (um) ano a contar da data da publicação desta lei, serão considerados, automaticamente, incorporados ao domínio da União.

Parágrafo único - Os destroços de navios de cascos de madeira afundados nos séculos XVI, XVII e XVIII ter-se-ão como automaticamente incorporados ao domínio da União, independentemente do decurso do prazo de 1 (um) ano fixado no caput deste artigo.

Art. 33 - Das decisões proferidas, nos termos desta lei, caberá pedido de reconsideração à própria Autoridade Naval ou recurso à instância imediatamente superior àquela que proferiu a decisão, sem efeito suspensivo.

Parágrafo único - Para fins do disposto nesta lei, O Ministro da Marinha é considerado a instância final, na esfera da Administração Pública, para recursos às decisões da Autoridade Naval.

Art. 34 - São consideradas Autoridades Navais, para fins desta lei, as do Ministério da Marinha, conforme as atribuições definidas nos respectivos regulamentos.



12.

Art. 35 - O Ministro da Marinha, sem prejuízo da aplicação imediata do estabelecido nesta lei, baixará e manterá atualizadas instruções necessárias à sua execução.

Art. 36 - As infrações aos dispositivos desta lei sujeitam os infratores às sanções cabíveis do Decreto-lei nº 72.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, sem prejuízo da aplicação de outras previstas na legislação vigente.

Art. 37 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 38 - Ficam revogados os arts. 731 a 739 da Lei nº 556, de 25 de junho de 1850 - Código Comercial Brasileiro; o art. 5º do Decreto-lei nº 1.284, de 18 de maio de 1939; o Decreto-lei nº 235, de 2 de fevereiro de 1938; o Decreto-lei nº 8.256, de 30 de novembro de 1945, com as alterações introduzidas pela Lei nº 1.471, de 27 de novembro de 1951; a alínea p do art. 3º da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963; o Título XXI do Livro V do Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939 (arts. 769 a 771) e o inciso XIV do art. 1.218 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil e demais disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 25 DE SETEMBRO DE 1986


SENADOR JOSÉ FRAGELLI
Presidente

CÂMARA DOS DEPUTADOS

16 DEZ 15 01 86 019295

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES
PROTOCOLO GERAL

sm/Nº 911

Em 16 de dezembro de 1986



Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 185, de 1985, (nº 2.680-C, de 1983, na origem) aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Senhor Presidente da República, que "dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração.

SENADOR ENÉAS FARIA
Primeiro Secretário

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 30/12/86. Ao Senhor Secretário-Geral da Mesa.

Deputado HAROLDO SANFORD
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor Deputado HAROLDO SANFORD
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
JV/.

75.2079 01.01.87

Arquivo de Em 04.01.87.
Pareceres m. e Obreiros
Sec. de da Mar.



*funciona - Em 26.9.86 -
/ Lei 14.111/86*

Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, ficam submetidos às disposições desta lei.

Art. 2º - Compete ao Ministério da Marinha a coordenação, o controle e a fiscalização das operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único - O Ministro da Marinha poderá delegar a execução de tais serviços a outros órgãos federais, estaduais, municipais e, por concessão, a particulares, em áreas definidas de jurisdição.

Art. 3º - As coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei serão considerados como perdidos quando o seu responsável:

I - declarar à Autoridade Naval que o considera perdido;

II - não for conhecido, estiver ausente ou não manifestar sua disposição de providenciar, de imediato, a flutuação ou recuperação da coisa ou bem, mediante operação de assistência e salvamento.



2.

Art. 4º - O responsável por coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei poderá solicitar à Autoridade Naval licença para pesquisá-los, explorá-los, removê-los ou demoli-los, no todo ou em parte.

Art. 5º - A Autoridade Naval, a seu exclusivo critério, poderá determinar ao responsável por coisas ou bens, referidos no art. 1º desta lei, sua remoção ou demolição, no todo ou em parte, quando constituírem ou vierem a constituir perigo, obstáculo à navegação ou ameaça de danos a terceiros ou ao meio-ambiente.

Parágrafo único - A Autoridade Naval fixará prazos para início e término da remoção ou demolição, que poderão ser alterados, a seu critério.

Art. 6º - O direito estabelecido no art. 4º desta lei prescreverá em 5 (cinco) anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único - O prazo previsto neste artigo ficará suspenso quando:

- I - o responsável iniciar a remoção ou demolição;
- II - a Autoridade Naval determinar a remoção ou demolição;
- III - a remoção ou demolição for interrompida mediante protesto judicial.

Art. 7º - Decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna do mar, sem que o responsável pelas coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei tenha solicitado licença para sua remoção ou demolição, será considerado como presunção legal de renúncia à propriedade, passando as coisas ou os bens ao domínio da União.

Art. 8º - O responsável pelas coisas ou pelos bens referidos no art. 1º desta lei poderá ceder a terceiros seus direitos de disposição sobre os mesmos.

§ 1º - O cedente e o cessionário são solidariamente responsáveis pelos riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio-ambiente, decorrentes da existência das coisas ou dos bens referidos no art. 1º ou consequentes das operações de sua remoção ou demolição.

§ 2º - A cessão deverá ser comunicada à Autoridade

Naval, sob pena de ser anulado o ato.

Art. 9º - A determinação de remoção ou demolição de que trata o art. 5º desta lei será feita:

I - por intimação pessoal, quando o responsável tiver paradeiro conhecido no País;

II - por edital, quando o responsável tiver paradeiro ignorado, incerto ou desconhecido, quando não estiver no País, quando se furtar à intimação pessoal ou quando for desconhecido.

§ 1º - A intimação de responsável estrangeiro deverá ser feita através de edital, enviando-se cópia à Embaixada ou ao Consulado de seu país de origem, ou, caso seu paradeiro seja conhecido, à Embaixada ou Consulado do país em que residir.

§ 2º - O edital, com prazo de 15 (quinze) dias, será publicado, uma vez, no Diário Oficial da União, em jornal de grande circulação da capital da Unidade da Federação onde se encontrem as coisas ou os bens, em jornal da cidade portuária mais próxima ou de maior importância do Estado e em jornal do Rio de Janeiro, caso as coisas ou os bens se encontrem afastados da costa ou nas proximidades de ilhas oceânicas.

Art. 10 - A Autoridade Naval poderá assumir as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, por conta e risco de seu responsável, caso este não tenha providenciado ou conseguido realizar estas operações dentro dos prazos legais estabelecidos.

Art. 11 - A Autoridade Naval determinará que o responsável, antes de dar início à pesquisa, exploração, remoção ou demolição solicitadas ou determinadas, das coisas ou dos bens referidos no art. 1º desta lei adote providências imediatas e preliminares para prevenir, reduzir ou controlar os riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio-ambiente.

§ 1º - A providência determinada deverá consistir:

I - na manutenção, se possível, a bordo, ou em local próximo à embarcação, de seu Comandante ou de um Oficial ou um Tripulante; e

II - na demarcação ou sinalização das coisas ou dos bens.



4.

§ 2º - Na falta de atendimento imediato de tais providências, ou quando for impraticável ou não houver tempo para intimar o responsável, a Autoridade Naval poderá adotar providências por conta e risco do responsável.

Art. 12 - A Autoridade Naval poderá empregar seus próprios meios ou autorizar terceiros para executarem as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição de coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, no exercício do direito a que se referem o art. 10 e o § 2º do art. 11.

§ 1º - No contrato com terceiros ou na autorização a estes dada poderá constar cláusula determinando o pagamento no todo ou em parte, com as coisas ou os bens recuperados, ou removidos, ressalvado o direito do responsável de reaver a posse até 30 (trinta) dias após a recuperação, mediante pagamento do valor da fatura, do seguro ou de mercado, o que for maior, da mesma coisa ou bem, além do pagamento do que faltar para reembolso integral das despesas havidas ou contratadas para a operação executada.

§ 2º - Na falta de disposição em contrário no contrato ou autorização ou sendo a recuperação feita pela Autoridade Naval, as coisas ou os bens resgatados, nacionais ou nacionalizados, serão imediatamente vendidos em licitação ou hasta pública, dando-se preferência na arrematação àquele que efetuou a remoção ou recuperação, ressalvado o direito do responsável de reaver sua posse, na forma e no prazo estabelecidos no parágrafo anterior.

Art. 13 - O responsável pelas coisas ou bens referidos no art 1º desta lei, seu cessionário e o segurador, que tenham coberto especificadamente os riscos de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens, permanecerão solidariamente responsáveis:

I - pelos danos que venham provocar, direta ou indiretamente, à segurança da navegação, a terceiros ou ao meio-ambiente, até que as coisas ou os bens sejam removidos ou demolidos, ou até que sejam incorporados ao domínio da União pelo decurso do prazo de 5 (cinco) anos a contar do sinistro; e

II - pelo que faltar para reembolsar ou indenizar a União, quando a Autoridade Naval tiver atuado conforme disposto no art. 10 e no § 2º do art. 11.

§ 1º - No caso de uma embarcação, o seu responsável

responderá, solidariamente, com o responsável pela carga, pelos danos que esta carga possa provocar à segurança da navegação, a terceiros e ao meio-ambiente.

§ 2º - No caso de haver saldo a favor do responsável pelas coisas ou pelos bens, após a disposição das coisas e dos bens recuperados, e depois de atendido o disposto no inciso II deste artigo, o saldo será mantido pela Autoridade Naval, à disposição do interessado, até 5 (cinco) anos a contar da data do sinistro, depois do que será considerado como receita da União.

§ 3º - As responsabilidades de que tratam o inciso I e o § 1º deste artigo permanecerão, mesmo nos casos em que os danos sejam decorrentes de operações realizadas pela Autoridade Naval, nos termos do art. 10 e do § 2º do art. 11.

Art. 14 - No caso de embarcação que contiver carga e que em decorrência de sinistro ou fortuna do mar se encontrar em uma das situações previstas no art. 1º desta lei, será adotado o seguinte procedimento:

I - não havendo manifestação de interesse por parte do responsável pela carga, o responsável pela embarcação poderá solicitar autorização para remoção ou recuperação da carga ou ser intimado pela Autoridade Naval a remover a carga, juntamente com a embarcação ou separadamente dela;

II - o responsável pela carga poderá solicitar à Autoridade Naval autorização para sua remoção ou recuperação, independente de pedido por parte do responsável pela embarcação.

§ 1º - A Autoridade Naval poderá, a seu critério, exigir a remoção da carga intimando o seu responsável e o responsável pela embarcação, junta ou separadamente.

§ 2º - A Autoridade Naval poderá negar autorização ao responsável pela carga, para sua remoção ou recuperação, quando, a seu critério, concluir haver sério risco de resultar em modificação de situação em relação à embarcação, que venha a tornar mais difícil ou onerosa a sua remoção.

§ 3º - A Autoridade Naval, ao assumir a operação de remoção da embarcação, poderá aceitar, a seu critério, a colaboração ou participação do responsável interessado pela recuperação da carga.

Art. 15 - Ao solicitar autorização para a pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens referidos no art.



6.

1º desta lei, o responsável deverá indicar:

I - os meios de que dispõe, ou que pretende obter, para a realização das operações;

II - a data em que pretende dar início às operações e a data prevista para o seu término;

III - o processo a ser empregado; e

IV - se a recuperação será total ou parcial.

§ 1º - A Autoridade Naval poderá vetar o uso de meios ou processos que, a seu critério, representem riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, para terceiros ou para o meio-ambiente.

§ 2º - A Autoridade Naval poderá condicionar a autorização à remoção, pelo responsável, de todas as coisas ou bens, e não parte deles, bem como de seus acessórios e remanescentes ou, quando se tratar de embarcação, também de sua carga.

§ 3º - A Autoridade Naval fiscalizará as operações e, na hipótese de que o responsável venha a abandoná-las sem completar a remoção do todo determinado, poderá substituí-lo nos termos do art. 10.

Art 16 - A Autoridade Naval poderá conceder autorização para a remoção ou exploração, no todo ou em parte, de coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, que tenham passado ao domínio da União.

§ 1º - O pedido de autorização para exploração ou remoção deverá ser antecedido por pedido de autorização para pesquisa de coisas ou bens.

§ 2º - Havendo mais de um pedido de exploração ou remoção, em relação à mesma coisa ou bem, apresentados no prazo de intimação ou do edital a que se refere o § 3º deste artigo, terão preferência, independente de prazos para início e fim das operações, mas desde que ofereçam as mesmas condições econômicas para a União:

I - em primeiro lugar, aquele que, devidamente autorizado a pesquisar, tenha localizado a coisa ou o bem;

II - em segundo lugar, o antigo responsável pela coisa ou pelo bem.



7.

§ 3º - Para que possam manifestar sua preferência, se assim o desejarem, deverão aqueles mencionados nos incisos I e II do § 2º deste artigo ser intimados, pessoalmente ou por edital, obedecendo-se no que couber, as regras estabelecidas no art. 9º e seus parágrafos. O custo das intimações ou da publicação de editais correrá por conta dos interessados.

§ 4º - Nas intimações ou editais será estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias para que aqueles mencionados nos incisos I e II do § 2º deste artigo manifestem seu desejo de preferência. Manifestada a preferência, a Autoridade Naval decidirá de acordo com o que dispõe o § 2º deste artigo.

§ 5º - Não será concedida a autorização para realizar operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção ou demolição a pessoa física ou jurídica estrangeira ou a pessoa jurídica sob controle estrangeiro, que também não poderão ser subcontratados por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras.

Art 17 - A Autoridade Naval, quando for de seu interesse, poderá pesquisar, explorar, remover e demolir quaisquer coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, já incorporados ao domínio da União.

Art. 18 - A Autoridade Naval, no exame de solicitação de autorização para pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, levará em conta os interesses da preservação do local, das coisas ou dos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, a segurança da navegação e o perigo de danos a terceiros e ao meio-ambiente.

Parágrafo único - A autorização de pesquisa não dará ao interessado o direito de alterar o local em que foi encontrada a coisa ou o bem, suas condições, ou de remover qualquer parte.

Art. 19 - A Autoridade Naval, ao conceder autorização para pesquisa, fixará, a seu critério, prazos para seu início e término.

§ 1º - A Autoridade Naval, a seu critério, poderá autorizar que mais de um interessado efetue pesquisas e tente a localização de coisas ou bens.



8.

§ 2º - O autorizado a realizar operações de pesquisa manterá a Autoridade Naval informada do desenvolvimento das operações e, em especial, de seus resultados e achados.

Art. 20 - As coisas e os bens resgatados, de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, permanecerão no domínio da União, não sendo passíveis de apropriação, adjudicação, doação, alienação direta ou através de licitação ou hasta pública, e a eles não serão atribuídos valores para fins de fixação de pagamento a concessionário.

Art. 21 - O contrato ou ato de autorização de remoção ou exploração poderá prever como pagamento ao concessionário, ressalvado o disposto no art. 20 desta lei, in fine:

I - soma em dinheiro;

II - soma em dinheiro, proporcional ao valor das coisas e dos bens que vierem a ser recuperados;

III - adjudicação de parte dos bens que vierem a ser recuperados;

IV - pagamento a ser fixado diante do resultado de remoção ou exploração, conforme as regras estabelecidas para fixação de pagamento por assistência e salvamento, no que couber.

§ 1º - Serão decididos por arbitragem os pagamentos previstos nos incisos II e IV deste artigo, que não estejam ajustados em contrato ou acordo.

§ 2º - Ressalvado o disposto no inciso III deste artigo, todas as demais coisas ou bens desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico que venham a ser removidos terão sua destinação dada pela Autoridade Naval, a seu critério, ou serão alienados, pela mesma Autoridade, em licitação ou hasta pública, tendo preferência, preço por preço, o concessionário, em primeiro lugar, e o antigo responsável, em segundo lugar.

§ 3º - O valor das coisas e dos bens que vierem a ser removidos poderá ser fixado no contrato ou ato de concessão antes do início ou depois do término das operações de remoção.



9.

Art. 22 - A Autoridade Naval poderá cancelar a auto
rização se:

I - o autorizado não tiver dado início às operações dentro do prazo estabelecido no ato de autorização, ou, no curso das operações, não apresentar condições para lhes dar continuidade;

II - verificar, durante as operações, o surgimento de riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, de danos a terceiros, inclusive aos que estiverem trabalhando nas operações, e ao meio-ambiente;

III - verificar, durante as operações, que o processo ou os meios empregados estão causando ou poderão causar prejuízo às coisas ou aos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, ou danificar local que deva ser preservado pelos mesmos motivos.

Parágrafo único - Nenhum pagamento será devido ao autorizado pelo cancelamento da autorização, salvo quando já tenha havido coisas ou bens, desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, recuperados, situação em que tais coisas ou bens poderão ser adjudicados ou entregue o produto de sua venda, mesmo que em proporção inferior ao previsto no contrato ou ato de autorização, para pagamento e compensação do autorizado.

Art. 23 - Independente da forma de pagamento contratada, toda e qualquer coisa ou bem recuperados mesmo os destituídos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, deverão ser entregues, tão logo recuperados, à Autoridade Naval. O autorizado, como depositário, será o responsável pela guarda e conservação dos bens recuperados, até efetuar a sua entrega.

Art. 24 - O autorizado para uma remoção, quando na autorização constar que a coisa ou bem deve ser totalmente removido, permanecerá responsável pela operação até a sua completa remoção. A Autoridade Naval poderá intimá-lo a completar a remoção, nos prazos estabelecidos na autorização, bem como poderá substituí-lo, por sua conta e risco, para ~~terminar~~ a remoção, se necessário.

Art. 25 - O autorizado ou contratado estará sujeito às mesmas regras de responsabilidade que se aplicam, na forma do art.

13 desta lei, ao responsável, ao seu cessionário e ao segurador autorizados ou compelidos a efetuar remoção ou demolição de coisas ou de bens, referidos no art. 1º.

Art. 26 - A Autoridade Naval poderá exigir, do interessado e requerente de autorização para pesquisa, uma caução, em valor por ela arbitrado, como garantia das responsabilidades do autorizado.

Art. 27 - Nos casos em que exista interesse público na remoção ou demolição de embarcações ou quaisquer outras coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, e já incorporados ao domínio da União, a Autoridade Naval poderá vendê-los, em licitação ou hasta pública, a quem se obrigue a removê-los ou demoli-los no prazo por ela determinado.

Art. 28 - Aquele que achar quaisquer coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, não estando presente o seu responsável, fica obrigado a:

I - não alterar a situação das referidas coisas ou bens, salvo se for necessário para colocá-los em segurança; e

II - comunicar imediatamente o achado à Autoridade Naval, fazendo a entrega das coisas e dos bens que tiver colocado em segurança e dos quais tiver a guarda ou posse.

Parágrafo único - A quem achar coisas ou bens nos locais estabelecidos no art. 1º, não caberá invocar em seu benefício as regras da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil Brasileiro - que tratam da invenção e do tesouro.

Art. 29 - As coisas e os bens referidos no art. 1º desta lei, encontrados nas condições previstas no artigo anterior, serão arrecadados e ficarão sob a custódia da Autoridade Naval, que poderá entregá-los, quando nacionais ou nacionalizados, aos seus responsáveis.

§ 1º - As coisas e os bens que ainda não tenham sido alienados pela Autoridade Naval poderão ser reclamados e entregues aos seus responsáveis, pagando o interessado as custas e despesas de guarda e conservação.

§ 2º - Não sendo as coisas e os bens reclamados por



11.

seus responsáveis, no prazo de 30 (trinta) dias da arrecadação, a Autoridade Naval poderá declará-los perdidos.

§ 3º - As coisas e os bens de difícil guarda e conservação poderão ser alienados em licitação ou hasta pública pela Autoridade Naval. O produto da alienação será guardado por aquela Autoridade Naval pelo prazo de 6 (seis) meses, à disposição do responsável pela coisa ou bem. Decorrido o prazo, o produto da alienação será convertido em receita da União.

Art. 30 - As coisas e os bens de que trata o art. 1º desta lei, quando identificados pela Autoridade Naval como de procedência estrangeira e não incorporados ao domínio da União por força do art. 32, serão encaminhados à Secretaria da Receita Federal para aplicação da legislação fiscal pertinente.

Art. 31 - As autorizações concedidas, até a data da promulgação desta lei, para a pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens referidos no art. 1º, não ficarão prejudicadas, ficando os interessados, no entanto, sujeitos às normas desta lei.

Art. 32 - As coisas ou bens afundados, submersos, em calhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar ocorrido há mais de 20 (vinte) anos da data de publicação desta lei, cujos responsáveis não venham a requerer autorização para pesquisa com fins de remoção, demolição ou exploração, no prazo de 1 (um) ano a contar da data da publicação desta lei, serão considerados, automaticamente, incorporados ao domínio da União.

Parágrafo único - Os destroços de navios de cascos de madeira afundados nos séculos XVI, XVII e XVIII ter-se-ão como automaticamente incorporados ao domínio da União, independentemente do decurso do prazo de 1 (um) ano fixado no caput deste artigo.

Art. 33 - Das decisões proferidas, nos termos desta lei, caberá pedido de reconsideração à própria Autoridade Naval ou recurso à instância imediatamente superior àquela que proferiu a decisão, sem efeito suspensivo.

Parágrafo único - Para fins do disposto nesta lei, O Ministro da Marinha é considerado a instância final, na esfera da Administração Pública, para recursos às decisões da Autoridade Naval.

Art. 34 - São consideradas Autoridades Navais, para fins desta lei, as do Ministério da Marinha, conforme as atribuições definidas nos respectivos regulamentos.



12.


Art. 35 - O Ministro da Marinha, sem prejuízo da aplicação imediata do estabelecido nesta lei, baixará e manterá atualizadas instruções necessárias à sua execução.

Art. 36 - As infrações aos dispositivos desta lei sujeitam os infratores às sanções cabíveis do Decreto-lei nº 72.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, sem prejuízo da aplicação de outras previstas na legislação vigente.

Art. 37 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 38 - Ficam revogados os arts. 731 a 739 da Lei nº 556, de 25 de junho de 1850 - Código Comercial Brasileiro; o art. 5º do Decreto-lei nº 1.284, de 18 de maio de 1939; o Decreto-lei nº 235, de 2 de fevereiro de 1938; o Decreto-lei nº 8.256, de 30 de novembro de 1945, com as alterações introduzidas pela Lei nº 1.471, de 21 de novembro de 1951; a alínea p do art. 3º da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963; o Título XXI do Livro V do Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939 (arts. 769 a 771) e o inciso XIV do art. 1.218 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil e demais disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 25 DE SETEMBRO DE 1986


SENADOR JOSÉ FRAGELLI
Presidente



Aviso nº 839 -SUPAR.

Em 26 de setembro de 1986.

Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a essa Secretaria a Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto que se converteu na Lei nº 7.542 de 26 de setembro de 1986.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

MARCO MACIEL
Ministro Chefe do Gabinete Civil

A Sua Excelência o Senhor
Senador ENÉAS FARIA
DD. Primeiro Secretário do Senado Federal
BRASÍLIA-DF.



MENSAGEM Nº 620

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que acabo de sancionar o projeto de lei que "dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 7.542 de 26 de setembro de 1986.

Brasília, em 26 de setembro de 1986.

M. Tanzi



Lei N.º 7.542 , de 26 de setembro de 1986.

Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, ficam submetidos às disposições desta Lei.

Art. 2º - Compete ao Ministério da Marinha a coordenação, o controle e a fiscalização das operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único - O Ministro da Marinha poderá delegar a execução de tais serviços a outros órgãos federais, estaduais, municipais e, por concessão, a particula



res, em áreas definidas de jurisdição.

Art. 3º - As coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei serão considerados como perdidos quando o seu responsável:

I - declarar à Autoridade Naval que o consi
dera perdido;

II - não for conhecido, estiver ausente ou não manifestar sua disposição de providenciar, de imediato, a flutuação ou recuperação da coisa ou bem, mediante operação de assistência e salvamento.

Art. 4º - O responsável por coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei poderá solicitar à Autorida
de Naval licença para pesquisá-los, explorá-los, removê-los ou demolí-los, no todo ou em parte.

Art. 5º - A Autoridade Naval, a seu exclusi
vo critério, poderá determinar ao responsável por coisas ou bens, referidos no art. 1º desta Lei, sua remoção ou demo
lição, no todo ou em parte, quando constituírem ou vierem a constituir perigo, obstáculo à navegação ou ameaça de danos a terceiros ou ao meio-ambiente.

Parágrafo único - A Autoridade Naval fixará prazos para início e término da remoção ou demolição, que poderão ser alterados, a seu critério.

Art. 6º - O direito estabelecido no art. 4º desta Lei prescreverá em 5 (cinco) anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único - O prazo previsto neste ar



tigo ficará suspenso quando:

I - o responsável iniciar a remoção ou demo
lição;

II - a Autoridade Naval determinar a remoção
ou demolição;

III - a remoção ou demolição for interrompida
mediante protesto judicial.

Art. 7º - Decorrido o prazo de 5 (cinco)
anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna
do mar, sem que o responsável pelas coisas ou bens referi
dos no art. 1º desta Lei tenha solicitado licença para sua
remoção ou demolição, será considerado como presunção legal
de renúncia à propriedade, passando as coisas ou os bens ao
domínio da União.

Art. 8º - O responsável pelas coisas ou pe
los bens referidos no art. 1º desta Lei poderá ceder a ter
ceiros seus direitos de disposição sobre os mesmos.

§ 1º - O cedente e o cessionário são solida
riamente responsáveis pelos riscos ou danos à segurança da
navegação, a terceiros e ao meio-ambiente, decorrentes da
existência das coisas ou dos bens referidos no art. 1º ou
conseqüentes das operações de sua remoção ou demolição.

§ 2º - A cessão deverá ser comunicada à Auto
ridade Naval, sob pena de ser anulado o ato.

Art. 9º - A determinação de remoção ou demo
lição de que trata o art. 5º desta Lei será feita:

I - por intimação pessoal, quando o respon



sãvel tiver paradeiro conhecido no País;

II - por edital, quando o responsável tiver paradeiro ignorado, incerto ou desconhecido, quando não estiver no País, quando se furtar à intimação pessoal ou quando for desconhecido.

§ 1º - A intimação de responsável estrangeiro deverá ser feita através de edital, enviando-se cópia à Embaixada ou ao Consulado de seu país de origem, ou, caso seu paradeiro seja conhecido, à Embaixada ou Consulado do país em que residir.

§ 2º - O edital, com prazo de 15 (quinze) dias, será publicado, uma vez, no Diário Oficial da União, em jornal de grande circulação da capital da Unidade da Federação onde se encontrem as coisas ou os bens, em jornal da cidade portuária mais próxima ou de maior importância do Estado e em jornal do Rio de Janeiro, caso as coisas ou os bens se encontrem afastados da costa ou nas proximidades de ilhas oceânicas.

Art. 10 - A Autoridade Naval poderá assumir as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, por conta e risco de seu responsável, caso este não tenha providenciado ou conseguido realizar estas operações dentro dos prazos legais estabelecidos.

Art. 11 - A Autoridade Naval determinará que o responsável, antes de dar início à pesquisa, exploração, remoção ou demolição solicitadas ou determinadas, das coisas ou dos bens referidos no art. 1º desta Lei adote providencias imediatas e preliminares para prevenir, reduzir ou con



trolar os riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio-ambiente.

§ 1º - A providência determinada deverá consistir:

I - na manutenção, se possível, a bordo, ou em local próximo à embarcação, de seu Comandante ou de um Oficial ou um Tripulante; e

II - na demarcação ou sinalização das coisas ou dos bens.

§ 2º - Na falta de atendimento imediato de tais providências, ou quando for impraticável ou não houver tempo para intimar o responsável, a Autoridade Naval poderá adotar providências por conta e risco do responsável.

Art. 12 - A Autoridade Naval poderá empregar seus próprios meios ou autorizar terceiros para executarem as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição de coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, no exercício do direito a que se referem o art. 10 e o § 2º do art. 11.

§ 1º - No contrato com terceiro ou na autorização a estes dada poderá constar cláusula determinando o pagamento no todo ou em parte, com as coisas ou os bens recuperados, ou removidos, ressalvado o direito do responsável de reaver a posse até 30 (trinta) dias após a recuperação, mediante pagamento do valor da fatura, do seguro ou de mercado, o que for maior, da mesma coisa ou bem, além do pagamento do que faltar para reembolso integral das despesas havidas ou contratadas para a operação executada.

§ 2º - Na falta de disposição em contrário



no contrato ou autorização ou sendo a recuperação feita pela Autoridade Naval, as coisas ou os bens resgatados, nacionais ou nacionalizados, serão imediatamente vendidos em licitação ou hasta pública, dando-se preferência na arrematação àquele que efetuou a remoção ou recuperação, ressalvado o direito do responsável de reaver sua posse, na forma e no prazo estabelecidos no parágrafo anterior.

Art. 13 - O responsável pelas coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, seu cessionário e o segurador, que tenham coberto especificadamente os riscos de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens, permanecerão solidariamente responsáveis:

I - pelos danos que venham provocar, direta ou indiretamente, à segurança da navegação, a terceiros ou ao meio-ambiente, até que as coisas ou os bens sejam removidos ou demolidos, ou até que sejam incorporados ao domínio da União pelo decurso do prazo de 5 (cinco) anos a contar do sinistro; e

II - pelo que faltar para reembolsar ou indenizar a União, quando a Autoridade Naval tiver atuado conforme disposto no art. 10 e no § 2º do art. 11.

§ 1º - No caso de uma embarcação, o seu responsável responderá, solidariamente, com o responsável pela carga, pelos danos que esta carga possa provocar à segurança da navegação, a terceiros e ao meio-ambiente.

§ 2º - No caso de haver saldo a favor do responsável pelas coisas ou pelos bens, após a disposição das coisas e dos bens recuperados, e depois de atendido o disposto no inciso II deste artigo, o saldo será mantido pela Autoridade Naval, à disposição do interessado, até 5 (cinco)



anos a contar da data do sinistro, depois do que será consi
derado como receita da União.

§ 3º - As responsabilidades de que tratam o inciso I e o § 1º deste artigo permanecerão, mesmo nos ca
sos em que os danos sejam decorrentes de operações realizada
das pela Autoridade Naval, nos termos do art. 10 e do § 2º do art. 11.

Art. 14 - No caso de embarcação que contiver carga e que em decorrência de sinistro ou fortuna do mar se encontrar em uma das situações previstas no art. 1º desta Lei, será adotado o seguinte procedimento:

I - não havendo manifestação de interesse por parte do responsável pela carga, o responsável pela em
barcação poderá solicitar autorização para remoção ou recu
peração da carga ou ser intimado pela Autoridade Naval a re
mover a carga, juntamente com a embarcação ou separadamente
dela;

II - o responsável pela carga poderá solici
tar à Autoridade Naval autorização para sua remoção ou recu
peração, independente de pedido por parte do responsável pe
la embarcação.

§ 1º - A Autoridade Naval poderá, a seu cri
tério, exigir a remoção da carga intimando o seu responsá
vel e o responsável pela embarcação, junta ou separadamente
te.

§ 2º - A Autoridade Naval poderá negar auto
rização ao responsável pela carga, para sua remoção ou recu
peração, quando, a seu critério, concluir haver sério risco de resultar em modificação de situação em relação à embarca
ção, que venha a tornar mais difícil ou onerosa a sua remo



ção.

§ 3º - A Autoridade Naval, ao assumir a operação de remoção da embarcação, poderá aceitar, a seu critério, a colaboração ou participação do responsável interessado pela recuperação da carga..

Art. 15 - Ao solicitar autorização para a pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, o responsável deverá indicar:

I - Os meios de que dispõe, ou que pretende obter, para a realização das operações;

II - a data em que pretende dar início às operações e a data prevista para o seu término;

III - o processo a ser empregado; e

IV - se a recuperação será total ou parcial.

§ 1º - A Autoridade Naval poderá vetar o uso de meios ou processos que, a seu critério, representem riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, para terceiros ou para o meio-ambiente.

§ 2º - A Autoridade Naval poderá condicionar a autorização à remoção, pelo responsável, de todas as coisas ou bens, e não parte deles, bem como de seus acessórios e remanescentes ou, quando se tratar de embarcação, também de sua carga.

§ 3º - A Autoridade Naval fiscalizará as operações e, na hipótese de que o responsável venha a abandoná-las sem completar a remoção do todo determinado, poderá substituí-lo nos termos do art. 10.



Art. 16 - A Autoridade Naval poderá conceder autorização para a remoção ou exploração, no todo ou em parte, de coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, que tenham passado ao domínio da União.

§ 1º - O pedido de autorização para exploração ou remoção deverá ser antecedido por pedido de autorização para pesquisa de coisas ou bens.

§ 2º - Havendo mais de um pedido de exploração ou remoção, em relação à mesma coisa ou bem, apresentados no prazo de intimação ou do edital a que se refere o § 3º deste artigo, terão preferência, independente de prazos para início e fim das operações, mas desde que ofereçam as mesmas condições econômicas para a União:

I - em primeiro lugar, aquele que, devidamente autorizado a pesquisar, tenha localizado a coisa ou o bem;

II - em segundo lugar, o antigo responsável pela coisa ou pelo bem.

§ 3º - Para que possam manifestar sua preferência, se assim o desejarem, deverão aqueles mencionados nos incisos I e II do § 2º deste artigo ser intimados, pessoalmente ou por edital, obedecendo-se no que couber, as regras estabelecidas no art. 9º e seus parágrafos. O custo das intimações ou da publicação de editais correrá por conta dos interessados.

§ 4º - Nas intimações ou editais será estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias para que aqueles mencionados nos incisos I e II do § 2º deste artigo manifestem seu desejo de preferência. Manifestada a preferência, a Autoridade Naval decidirá de acordo com o que dispõe o § 2º deste artigo.



§ 5º - Não será concedida a autorização para realizar operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção ou demolição a pessoa física ou jurídica estrangeira ou a pessoa jurídica sob controle estrangeiro, que também não poderão ser subcontratados por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras.

Art. 17 - A Autoridade Naval, quando for de seu interesse, poderá pesquisar, explorar, remover e demolir quaisquer coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, já incorporados ao domínio da União.

Art. 18 - A Autoridade Naval, no exame de solicitação de autorização para pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, levará em conta os interesses da preservação do local, das coisas ou dos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, a segurança da navegação e o perigo de danos a terceiros e ao meio-ambiente.

Parágrafo único - A autorização de pesquisa não dá ao interessado o direito de alterar o local em que foi encontrada a coisa ou bem, suas condições, ou de remover qualquer parte.

Art. 19 - A Autoridade Naval, ao conceder autorização para pesquisa, fixará, a seu critério, prazos para seu início e término.

§ 1º - A Autoridade Naval, a seu critério, poderá autorizar que mais de um interessado efetue pesquisas e tente a localização de coisas ou bens.

§ 2º - O autorizado a realizar operações de pesquisa manterá a Autoridade Naval informada do desenvolvimento das operações e, em especial, de seus resultados e achados.



Art. 20 - As coisas e os bens resgatados, de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, permanecerão no domínio da União, não sendo passíveis de apropriação, adjudicação, doação, alienação direta ou através de licitação pública, e a eles não serão atribuídos valores para fins de fixação de pagamento a concessionário.

Art. 21 - O contrato ou ato de autorização de remoção ou exploração poderá prever como pagamento ao concessionário, ressalvado o disposto no art. 20 desta Lei, in fine:

I - soma em dinheiro;

II - soma em dinheiro, proporcional ao valor das coisas e dos bens que vierem a ser recuperados;

III - adjudicação de parte dos bens que vierem a ser recuperados;

VI - pagamento a ser fixado diante do resultado de remoção ou exploração, conforme as regras estabelecidas para fixação de pagamento por assistência e salvamento, no que couber.

§ 1º - Serão decididos por arbitragem os pagamentos previstos nos incisos II e IV deste artigo, que não estejam ajustados em contrato ou acordo.

§ 2º - Ressalvado o disposto no inciso III deste artigo, todas as demais coisas ou bens desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, que venham a ser removidos terão sua destinação dada pela Autoridade Naval, a seu critério, ou serão alienados, pela mesma Autoridade, em licitação ou hasta pública, tendo preferência, preço por preço, o concessionário, em primeiro lugar, e o antigo responsável, em segundo lugar.



§ 3º - O valor das coisas ou dos bens que vierem a ser removidos poderá ser fixado no contrato ou no ato de concessão antes do início ou depois do término das operações de remoção.

Art. 22 - A Autoridade Naval poderá cancelar a autorização se:

I - o autorizado não tiver dado início às operações dentro do prazo estabelecido no ato de autorização, ou, no curso das operações, não apresentar condições para lhes dar continuidade;

II - verificar, durante as operações, o surgimento de riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, de danos a terceiros, inclusive aos que estiverem trabalhando nas operações, e ao meio ambiente;

III - verificar, durante as operações, que o prôcesso ou os meios empregados estão causando ou poderão cau^{sar} prejuízo às coisas ou aos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, ou danificar local que deva ser preservado pelos mesmos motivos.

Parágrafo único - Nenhum pagamento será devido ao autorizado pelo cancelamento da autorização, salvo quando já tenha havido coisas ou bens, desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, recuperados, situação em que tais coisas ou bens poderão ser adjudicados ou entregue o produto de sua venda, mesmo que em proporção inferior ao previsto no contrato ou ato de autorização, para pagamento e compensação do autorizado.

Art. 23 - Independente da forma de pagamento contratada, toda e qualquer coisa ou bem recuperados mesmosos destituídos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, deverão ser entregues, tão logo recuperados, à



Autoridade Naval. O autorizado, como depositário, será o res
ponsável pela guarda e conservação dos bens recuperados, até
efetuar a sua entrega.

Art. 24 - O autorizado para uma remoção, quan
do na autorização constar que a coisa ou o bem deve ser total
mente removido, permanecerá responsável pela operação até sua
completa remoção. A Autoridade Naval poderá intimá-lo a com
pletar a remoção, nos prazos estabelecidos na autorização, bem
como poderá substituí-lo, por sua conta e risco, para termi
nar a remoção, se necessário.

Art. 25 - O autorizado ou contratado estará su
jeito às mesmas regras de responsabilidade que se aplicam, na
forma do art. 13 desta Lei, ao responsável, ao seu cessioná
rio e ao segurador autorizados ou compelidos a efetuar remo
ção ou demolição de coisas ou de bens, referidos no art. 1º.

Art. 26 - A Autoridade Naval poderá exigir, do
interessado e requerente de autorização para pesquisa, uma cau
ção, em valor por ela arbitrado, como garantia das responsabi
lidades do autorizado.

Art. 27 - Nos casos em que exista interesse pú
blico na remoção ou demolição de embarcações ou quaisquer ou
tras coisas ou bens referidos no art. 1º desta Lei, e já in
corporados ao domínio da União, a Autoridade Naval poderá ven
dê-los, em licitação ou hasta pública, a quem se obrigue a re
movê-los ou demolí-los no prazo por ela determinado.

Art. 28 - Aquele que achar quaisquer coisas ou
bens referidos no art. 1º desta Lei, em águas sob jurisdição
nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em ter
renos marginais, não estando presente o seu responsável, fi
ca obrigado a:



I - não alterar a situação das referidas coisas ou bens, salvo se for necessário para colocá-los em segurança; e

II - comunicar imediatamente o achado à Autoridade Naval, fazendo a entrega das coisas e dos bens que tiver colocado em segurança e dos quais tiver a guarda ou posse.

Parágrafo único - A quem achar coisas ou bens nos locais estabelecidos no art. 1º, não caberá invocar em seu benefício as regras da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil Brasileiro - que tratam da invenção e do tesouro.

Art. 29 - As coisas e os bens referidos no art. 1º desta lei, encontradas nas condições previstas no artigo anterior, serão arrecadados e ficarão sob a custódia da Autoridade Naval, que poderá entregá-los, quando nacionais ou nacionalizados, aos seus responsáveis.

§ 1º - As coisas e os bens que ainda não tenham sido alienados pela Autoridade Naval, poderão ser reclamados e entregues aos seus responsáveis, pagando o interessado as custas e despesas de guarda e conservação.

§ 2º - Não sendo as coisas e os bens reclamados por seus responsáveis, no prazo de 30 (trinta) dias da arrecadação, a Autoridade Naval poderá declará-los perdidos.

§ 3º - As coisas e os bens de difícil guarda e conservação poderão ser alienados em licitação ou hasta pública pela Autoridade Naval. O produto da alienação será guardado por aquela Autoridade Naval pelo prazo de 6 (seis) meses, à disposição do responsável pela coisa ou bem. Decorrido o prazo, o produto da alienação será convertido em receita da União.

Art. 30 - As coisas e os bens de que trata o art. 1º desta Lei, quando identificados pela Autoridade Naval como de



procedência estrangeira e não incorporados ao domínio da União por força do art. 32, serão encaminhados à Secretaria da Receita Federal para aplicação da legislação fiscal pertinente.

Art. 31 - As autorizações concedidas, até a data da promulgação desta Lei, para a pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens referidos no art. 1º, não ficarão prejudicadas, ficando os interessados, no entanto, sujeitos às normas desta Lei.

Art. 32 - As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar ocorrido há mais de 20 (vinte) anos da data de publicação desta Lei, cujos responsáveis não venham a requerer autorização para pesquisa com fins de remoção, demolição ou exploração, no prazo de 1 (um) ano a contar da data da publicação desta Lei, serão considerados, automaticamente, incorporados ao domínio da União.

Parágrafo único - Os destroços de navios de casco de madeira afundados nos séculos XVI, XVII e XVIII ter-se-ão como automaticamente incorporados ao domínio da União, independentemente do decurso de prazo de 1 (um) ano fixado no caput deste artigo.

Art. 33 - Das decisões proferidas, nos termos desta Lei, caberá pedido de reconsideração à própria Autoridade Naval ou recurso à instância imediatamente superior àquela que proferiu a decisão, sem efeito suspensivo.

Parágrafo único - Para fins do disposto nesta Lei, o Ministro da Marinha é considerado a instância final, na esfera da Administração Pública, para recursos às decisões da Autoridade Naval.



Art. 34 - São consideradas Autoridades Navais, para fins desta Lei, as do Ministério da Marinha, conforme as atribuições definidas nos respectivos regulamentos.

Art. 35 - O Ministro da Marinha, sem prejuízo da aplicação imediata do estabelecido nesta Lei, baixará e manterá atualizadas instruções necessárias à sua execução.

Art. 36 - As infrações aos dispositivos desta lei sujeitam os infratores às sanções cabíveis ao Decreto-lei nº 72.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, sem prejuízo da aplicação de outras previstas na legislação vigente.

Art. 37 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 38 - Ficam revogados os arts. 731 a 739 da Lei nº 556, de 25 de junho de 1850 - Código Comercial Brasileiro; o art. 5º do Decreto-lei nº 1.284, de 18 de maio de 1939; o Decreto-lei nº 235, de 02 de fevereiro de 1938; o Decreto-lei nº 8.256, de 30 de novembro de 1945, com as alterações introduzidas pela Lei nº 1.471, de 21 de novembro de 1951, a alínea p do art. 3º da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963; o Título XXI do Livro V do Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939 (arts. 769 a 771) e o inciso XIV do art. 1.218 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil e demais disposições em contrário.

Brasília, em 26 de setembro 1986;
165º da Independência e 98º da República.



Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, ficam submetidos às disposições desta lei.

Art. 2º - Compete ao Ministério da Marinha a coordenação, o controle e a fiscalização das operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único - O Ministro da Marinha poderá delegar a execução de tais serviços a outros órgãos federais, estaduais, municipais e, por concessão, a particulares, em áreas definidas de jurisdição.

Art. 3º - As coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei serão considerados como perdidos quando o seu responsável:

I - declarar à Autoridade Naval que o considera perdido;

II - não for conhecido, estiver ausente ou não manifestar sua disposição de providenciar, de imediato, a flutuação ou recuperação da coisa ou bem, mediante operação de assistência e salvamento.



2.

Art. 4º - O responsável por coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei poderá solicitar à Autoridade Naval licença para pesquisá-los, explorá-los, removê-los ou demoli-los, no todo ou em parte.

Art. 5º - A Autoridade Naval, a seu exclusivo critério, poderá determinar ao responsável por coisas ou bens, referidos no art. 1º desta lei, sua remoção ou demolição, no todo ou em parte, quando constituírem ou vierem a constituir perigo, obstáculo à navegação ou ameaça de danos a terceiros ou ao meio-ambiente.

Parágrafo único - A Autoridade Naval fixará prazos para início e término da remoção ou demolição, que poderão ser alterados, a seu critério.

Art. 6º - O direito estabelecido no art. 4º desta lei prescreverá em 5 (cinco) anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

Parágrafo único - O prazo previsto neste artigo ficará suspenso quando:

- I - o responsável iniciar a remoção ou demolição;
- II - a Autoridade Naval determinar a remoção ou demolição;
- III - a remoção ou demolição for interrompida mediante protesto judicial.

Art. 7º - Decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data do sinistro, alijamento ou fortuna do mar, sem que o responsável pelas coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei tenha solicitado licença para sua remoção ou demolição, será considerado como presunção legal de renúncia à propriedade, passando as coisas ou os bens ao domínio da União.

Art. 8º - O responsável pelas coisas ou pelos bens referidos no art. 1º desta lei poderá ceder a terceiros seus direitos de disposição sobre os mesmos.

§ 1º - O cedente e o cessionário são solidariamente responsáveis pelos riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio-ambiente, decorrentes da existência das coisas ou dos bens referidos no art. 1º ou conseqüentes das operações de sua remoção ou demolição.

§ 2º - A cessão deverá ser comunicada à Autoridade



3.

Naval, sob pena de ser anulado o ato.

Art. 9º - A determinação de remoção ou demolição de que trata o art. 5º desta lei será feita:

I - por intimação pessoal, quando o responsável tiver paradeiro conhecido no País;

II - por edital, quando o responsável tiver paradeiro ignorado, incerto ou desconhecido, quando não estiver no País, quando se furtar à intimação pessoal ou quando for desconhecido.

§ 1º - A intimação de responsável estrangeiro deverá ser feita através de edital, enviando-se cópia à Embaixada ou ao Consulado de seu país de origem, ou, caso seu paradeiro seja conhecido, à Embaixada ou Consulado do país em que residir.

§ 2º - O edital, com prazo de 15 (quinze) dias, será publicado, uma vez, no Diário Oficial da União, em jornal de grande circulação da capital da Unidade da Federação onde se encontrem as coisas ou os bens, em jornal da cidade portuária mais próxima ou de maior importância do Estado e em jornal do Rio de Janeiro, caso as coisas ou os bens se encontrem afastados da costa ou nas proximidades de ilhas oceânicas.

Art. 10 - A Autoridade Naval poderá assumir as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, por conta e risco de seu responsável, caso este não tenha providenciado ou conseguido realizar estas operações dentro dos prazos legais estabelecidos.

Art. 11 - A Autoridade Naval determinará que o responsável, antes de dar início à pesquisa, exploração, remoção ou demolição solicitadas ou determinadas, das coisas ou dos bens referidos no art. 1º desta lei adote providências imediatas e preliminares para prevenir, reduzir ou controlar os riscos ou danos à segurança da navegação, a terceiros e ao meio-ambiente.

§ 1º - A providência determinada deverá consistir:

I - na manutenção, se possível, a bordo, ou em local próximo à embarcação, de seu Comandante ou de um Oficial ou um Tripulante; e

II - na demarcação ou sinalização das coisas ou dos bens.



4.

§ 2º - Na falta de atendimento imediato de tais providências, ou quando for impraticável ou não houver tempo para intimar o responsável, a Autoridade Naval poderá adotar providências por conta e risco do responsável.

Art. 12 - A Autoridade Naval poderá empregar seus próprios meios ou autorizar terceiros para executarem as operações de pesquisa, exploração, remoção ou demolição de coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, no exercício do direito a que se referem o art. 10 e o § 2º do art. 11.

§ 1º - No contrato com terceiros ou na autorização a estes dada poderá constar cláusula determinando o pagamento no todo ou em parte, com as coisas ou os bens recuperados, ou removidos, ressalvado o direito do responsável de reaver a posse até 30 (trinta) dias após a recuperação, mediante pagamento do valor da fatura, do seguro ou de mercado, o que for maior, da mesma coisa ou bem, além do pagamento do que faltar para reembolso integral das despesas havidas ou contratadas para a operação executada.

§ 2º - Na falta de disposição em contrário no contrato ou autorização ou sendo a recuperação feita pela Autoridade Naval, as coisas ou os bens resgatados, nacionais ou nacionalizados, serão imediatamente vendidos em licitação ou hasta pública, dando-se preferência na arrematação àquele que efetuou a remoção ou recuperação, ressalvado o direito do responsável de reaver sua posse, na forma e no prazo estabelecidos no parágrafo anterior.

Art. 13 - O responsável pelas coisas ou bens referidos no art 1º desta lei, seu cessionário e o segurador, que tenham coberto especificadamente os riscos de pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens, permanecerão solidariamente responsáveis:

I - pelos danos que venham provocar, direta ou indiretamente, à segurança da navegação, a terceiros ou ao meio-ambiente, até que as coisas ou os bens sejam removidos ou demolidos, ou até que sejam incorporados ao domínio da União pelo decurso do prazo de 5 (cinco) anos a contar do sinistro; e

II - pelo que faltar para reembolsar ou indenizar a União, quando a Autoridade Naval tiver atuado conforme disposto no art. 10 e no § 2º do art. 11.

§ 1º - No caso de uma embarcação, o seu responsável



5.

responderá, solidariamente, com o responsável pela carga, pelos danos que esta carga possa provocar à segurança da navegação, a terceiros e ao meio-ambiente.

§ 2º - No caso de haver saldo a favor do responsável pelas coisas ou pelos bens, após a disposição das coisas e dos bens recuperados, e depois de atendido o disposto no inciso II deste artigo, o saldo será mantido pela Autoridade Naval, à disposição do interessado, até 5 (cinco) anos a contar da data do sinistro, depois do que será considerado como receita da União.

§ 3º - As responsabilidades de que tratam o inciso I e o § 1º deste artigo permanecerão, mesmo nos casos em que os danos sejam decorrentes de operações realizadas pela Autoridade Naval, nos termos do art. 10 e do § 2º do art. 11.

Art. 14 - No caso de embarcação que contiver carga e que em decorrência de sinistro ou fortuna do mar se encontrar em uma das situações previstas no art. 1º desta lei, será adotado o seguinte procedimento:

I - não havendo manifestação de interesse por parte do responsável pela carga, o responsável pela embarcação poderá solicitar autorização para remoção ou recuperação da carga ou ser intimado pela Autoridade Naval a remover a carga, juntamente com a embarcação ou separadamente dela;

II - o responsável pela carga poderá solicitar à Autoridade Naval autorização para sua remoção ou recuperação, independente de pedido por parte do responsável pela embarcação.

§ 1º - A Autoridade Naval poderá, a seu critério, exigir a remoção da carga intimando o seu responsável e o responsável pela embarcação, junta ou separadamente.

§ 2º - A Autoridade Naval poderá negar autorização ao responsável pela carga, para sua remoção ou recuperação, quando, a seu critério, concluir haver sério risco de resultar em modificação de situação em relação à embarcação, que venha a tornar mais difícil ou onerosa a sua remoção.

§ 3º - A Autoridade Naval, ao assumir a operação de remoção da embarcação, poderá aceitar, a seu critério, a colaboração ou participação do responsável interessado pela recuperação da carga.

Art. 15 - Ao solicitar autorização para a pesquisa, exploração, remoção ou demolição das coisas ou bens referidos no art.

1º desta lei, o responsável deverá indicar:

I - os meios de que dispõe, ou que pretende obter, para a realização das operações;

II - a data em que pretende dar início às operações e a data prevista para o seu término;

III - o processo a ser empregado; e

IV - se a recuperação será total ou parcial.

§ 1º - A Autoridade Naval poderá vetar o uso de meios ou processos que, a seu critério, representem riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, para terceiros ou para o meio-ambiente.

§ 2º - A Autoridade Naval poderá condicionar a autorização à remoção, pelo responsável, de todas as coisas ou bens, e não parte deles, bem como de seus acessórios e remanescentes ou, quando se tratar de embarcação, também de sua carga.

§ 3º - A Autoridade Naval fiscalizará as operações e, na hipótese de que o responsável venha a abandoná-las sem completar a remoção do todo determinado, poderá substituí-lo nos termos do art. 10.

Art 16 - A Autoridade Naval poderá conceder autorização para a remoção ou exploração, no todo ou em parte, de coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, que tenham passado ao domínio da União.

§ 1º - O pedido de autorização para exploração ou remoção deverá ser antecedido por pedido de autorização para pesquisa de coisas ou bens.

§ 2º - Havendo mais de um pedido de exploração ou remoção, em relação à mesma coisa ou bem, apresentados no prazo de intimação ou do edital a que se refere o § 3º deste artigo, terão preferência, independente de prazos para início e fim das operações, mas desde que ofereçam as mesmas condições econômicas para a União:

I - em primeiro lugar, aquele que, devidamente autorizado a pesquisar, tenha localizado a coisa ou o bem;

II - em segundo lugar, o antigo responsável pela coisa ou pelo bem.



7.

§ 3º - Para que possam manifestar sua preferência, se assim o desejarem, deverão aqueles mencionados nos incisos I e II do § 2º deste artigo ser intimados, pessoalmente ou por edital, obedecendo-se no que couber, as regras estabelecidas no art. 9º e seus parágrafos. O custo das intimações ou da publicação de editais correrá por conta dos interessados.

§ 4º - Nas intimações ou editais será estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias para que aqueles mencionados nos incisos I e II do § 2º deste artigo manifestem seu desejo de preferência. Manifestada a preferência, a Autoridade Naval decidirá de acordo com o que dispõe o § 2º deste artigo.

§ 5º - Não será concedida a autorização para realizar operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção ou demolição a pessoa física ou jurídica estrangeira ou a pessoa jurídica sob controle estrangeiro, que também não poderão ser subcontratados por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras.

Art 17 - A Autoridade Naval, quando for de seu interesse, poderá pesquisar, explorar, remover e demolir quaisquer coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, já incorporados ao domínio da União.

Art. 18 - A Autoridade Naval, no exame de solicitação de autorização para pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, levará em conta os interesses da preservação do local, das coisas ou dos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, a segurança da navegação e o perigo de danos a terceiros e ao meio-ambiente.

Parágrafo único - A autorização de pesquisa não dará ao interessado o direito de alterar o local em que foi encontrada a coisa ou o bem, suas condições, ou de remover qualquer parte.

Art. 19 - A Autoridade Naval, ao conceder autorização para pesquisa, fixará, a seu critério, prazos para seu início e término.

§ 1º - A Autoridade Naval, a seu critério, poderá autorizar que mais de um interessado efetue pesquisas e tente a localização de coisas ou bens.



8.

§ 2º - O autorizado a realizar operações de pesquisa manterá a Autoridade Naval informada do desenvolvimento das operações e, em especial, de seus resultados e achados.

Art. 20 - As coisas e os bens resgatados, de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, permanecerão no domínio da União, não sendo passíveis de apropriação, adjudicação, doação, alienação direta ou através de licitação ou hasta pública, e a eles não serão atribuídos valores para fins de fixação de pagamento a concessionário.

Art. 21 - O contrato ou ato de autorização de remoção ou exploração poderá prever como pagamento ao concessionário, ressalvado o disposto no art. 20 desta lei, in fine:

I - soma em dinheiro;

II - soma em dinheiro, proporcional ao valor das coisas e dos bens que vierem a ser recuperados;

III - adjudicação de parte dos bens que vierem a ser recuperados;

IV - pagamento a ser fixado diante do resultado de remoção ou exploração, conforme as regras estabelecidas para fixação de pagamento por assistência e salvamento, no que couber.

§ 1º - Serão decididos por arbitragem os pagamentos previstos nos incisos II e IV deste artigo, que não estejam ajustados em contrato ou acordo.

§ 2º - Ressalvado o disposto no inciso III deste artigo, todas as demais coisas ou bens desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico que venham a ser removidos terão sua destinação dada pela Autoridade Naval, a seu critério, ou serão alienados, pela mesma Autoridade, em licitação ou hasta pública, tendo preferência, preço por preço, o concessionário, em primeiro lugar, e o antigo responsável, em segundo lugar.

§ 3º - O valor das coisas e dos bens que vierem a ser removidos poderá ser fixado no contrato ou ato de concessão antes do início ou depois do término das operações de remoção.



9.

Art. 22 - A Autoridade Naval poderá cancelar a auto
rização se:

I - o autorizado não tiver dado início às operações dentro do prazo estabelecido no ato de autorização, ou, no curso das operações, não apresentar condições para lhes dar continuidade;

II - verificar, durante as operações, o surgimento de riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, de danos a terceiros, inclusive aos que estiverem trabalhando nas operações, e ao meio-ambiente;

III - verificar, durante as operações, que o processo ou os meios empregados estão causando ou poderão causar prejuízo às coisas ou aos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, ou danificar local que deva ser preservado pelos mesmos motivos.

Parágrafo único - Nenhum pagamento será devido ao autorizado pelo cancelamento da autorização, salvo quando já tenha havido coisas ou bens, desprovidos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, recuperados, situação em que tais coisas ou bens poderão ser adjudicados ou entregue o produto de sua venda, mesmo que em proporção inferior ao previsto no contrato ou ato de autorização, para pagamento e compensação do autorizado.

Art. 23 - Independente da forma de pagamento contratada, toda e qualquer coisa ou bem recuperados mesmo os destituídos de valor artístico e de interesse histórico ou arqueológico, deverão ser entregues, tão logo recuperados, à Autoridade Naval. O autorizado, como depositário, será o responsável pela guarda e conservação dos bens recuperados, até efetuar a sua entrega.

Art. 24 - O autorizado para uma remoção, quando na autorização constar que a coisa ou bem deve ser totalmente removido, permanecerá responsável pela operação até a sua completa remoção. A Autoridade Naval poderá intimá-lo a completar a remoção, nos prazos estabelecidos na autorização, bem como poderá substituí-lo, por sua conta e risco, para teminar a remoção, se necessário.

Art. 25 - O autorizado ou contratado estará sujeito às mesmas regras de responsabilidade que se aplicam, na forma do art.



10.

13 desta lei, ao responsável, ao seu cessionário e ao segurador autorizados ou compelidos a efetuar remoção ou demolição de coisas ou de bens, referidos no art. 1º.

Art. 26 - A Autoridade Naval poderá exigir, do interessado e requerente de autorização para pesquisa, uma caução, em valor por ela arbitrado, como garantia das responsabilidades do autorizado.

Art. 27 - Nos casos em que exista interesse público na remoção ou demolição de embarcações ou quaisquer outras coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, e já incorporados ao domínio da União, a Autoridade Naval poderá vendê-los, em licitação ou hasta pública, a quem se obrigue a removê-los ou demoli-los no prazo por ela determinado.

Art. 28 - Aquele que achar quaisquer coisas ou bens referidos no art. 1º desta lei, em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, não estando presente o seu responsável, fica obrigado a:

I - não alterar a situação das referidas coisas ou bens, salvo se for necessário para colocá-los em segurança; e

II - comunicar imediatamente o achado à Autoridade Naval, fazendo a entrega das coisas e dos bens que tiver colocado em segurança e dos quais tiver a guarda ou posse.

Parágrafo único - A quem achar coisas ou bens nos locais estabelecidos no art. 1º, não caberá invocar em seu benefício as regras da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil Brasileiro - que tratam da invenção e do tesouro.

Art. 29 - As coisas e os bens referidos no art. 1º desta lei, encontrados nas condições previstas no artigo anterior, serão arrecadados e ficarão sob a custódia da Autoridade Naval, que poderá entregá-los, quando nacionais ou nacionalizados, aos seus responsáveis.

§ 1º - As coisas e os bens que ainda não tenham sido alienados pela Autoridade Naval poderão ser reclamados e entregues aos seus responsáveis, pagando o interessado as custas e despesas de guarda e conservação.

§ 2º - Não sendo as coisas e os bens reclamados por



11.

seus responsáveis, no prazo de 30 (trinta) dias da arrecadação, a Autoridade Naval poderá declará-los perdidos.

§ 3º - As coisas e os bens de difícil guarda e conservação poderão ser alienados em licitação ou hasta pública pela Autoridade Naval. O produto da alienação será guardado por aquela Autoridade Naval pelo prazo de 6 (seis) meses, à disposição do responsável pela coisa ou bem. Decorrido o prazo, o produto da alienação será convertido em receita da União.

Art. 30 - As coisas e os bens de que trata o art. 1º desta lei, quando identificados pela Autoridade Naval como de procedência estrangeira e não incorporados ao domínio da União por força do art. 32, serão encaminhados à Secretaria da Receita Federal para aplicação da legislação fiscal pertinente.

Art. 31 - As autorizações concedidas, até a data da promulgação desta lei, para a pesquisa, exploração ou remoção de coisas ou bens referidos no art. 1º, não ficarão prejudicadas, ficando os interessados, no entanto, sujeitos às normas desta lei.

Art. 32 - As coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar ocorrido há mais de 20 (vinte) anos da data de publicação desta lei, cujos responsáveis não venham a requerer autorização para pesquisa com fins de remoção, demolição ou exploração, no prazo de 1 (um) ano a contar da data da publicação desta lei, serão considerados, automaticamente, incorporados ao domínio da União.

Parágrafo único - Os destroços de navios de cascos de madeira afundados nos séculos XVI, XVII e XVIII ter-se-ão como automaticamente incorporados ao domínio da União, independentemente do decurso do prazo de 1 (um) ano fixado no caput deste artigo.

Art. 33 - Das decisões proferidas, nos termos desta lei, caberá pedido de reconsideração à própria Autoridade Naval ou recurso à instância imediatamente superior àquela que proferiu a decisão, sem efeito suspensivo.

Parágrafo único - Para fins do disposto nesta lei, o Ministro da Marinha é considerado a instância final, na esfera da Administração Pública, para recursos às decisões da Autoridade Naval.

Art. 34 - São consideradas Autoridades Navais, para fins desta lei, as do Ministério da Marinha, conforme as atribuições definidas nos respectivos regulamentos.



12.

Art. 35 - O Ministro da Marinha, sem prejuízo da aplicação imediata do estabelecido nesta lei, baixará e manterá atualizadas instruções necessárias à sua execução.

Art. 36 - As infrações aos dispositivos desta lei sujeitam os infratores às sanções cabíveis do Decreto-lei nº 72.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, sem prejuízo da aplicação de outras previstas na legislação vigente.

Art. 37 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 38 - Ficam revogados os arts. 731 a 739 da Lei nº 556, de 25 de junho de 1850 - Código Comercial Brasileiro; o art. 5º do Decreto-lei nº 1.284, de 18 de maio de 1939; o Decreto-lei nº 235, de 2 de fevereiro de 1938; o Decreto-lei nº 8.256, de 30 de novembro de 1945, com as alterações introduzidas pela Lei nº 1.471, de 27 de novembro de 1951; a alínea p do art. 3º da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963; o Título XXI do Livro V do Decreto-lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939 (arts. 769 a 771) e o inciso XIV do art. 1.218 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil e demais disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 18 de novembro de 1985.

128085
CÂMARA DOS DEPUTADOS

20 MAR 1987 005766

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES
PROTOCOLO GERAL

SMNº 148

Em 19 de março de 1987



Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de participar a Vossa Excelência e por seu alto intermédio à Câmara dos Deputados, ter-se verificado inexatidão material no texto da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, proveniente de remissão equivocada, em seu art. 38, ao inciso XIV do art. 1.218 do Código de Processo Civil.

2. Tendo a inexatidão sido verificada no texto inicial oriundo do Ministério da Marinha, esta Casa solicitou à Presidência da República a republicação da Lei, retificando a remissão ao inciso XIV para inciso XV.


3. Dando conhecimento do fato a Vossa Excelência, solicito que se digne ordenar as providências que julgar necessárias a fim de que seja feita a devida retificação nos autógrafos dessa Casa.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha estima e mais distinta consideração.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES

Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor Deputado PAES DE ANDRADE
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
MGS.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

20 MAR 1987 005766

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES
PROTOCOLO GERAL

PLC 185/85 (SF)

2.680-C/83 (CD)



PRIMEIRA SECRETARIA

Em 23/03/87. Ao Senhor Secretário-Geral
da Mesa.

Paes de Andrade
Deputado PAES DE ANDRADE
Primeiro Secretário

OBSERVAÇÕES

Lined area for observations.

DOCUMENTOS ANEXADOS: _____
